

**ANA CRISTINA SILVA GARCÍA**

**CAUSAS IMEDIATAS DA CRISE MEXICANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA  
CONDUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO PLANO REAL**

**SALVADOR  
2000**

**ANA CRISTINA SILVA GARCÍA**

**CAUSAS IMEDIATAS DA CRISE MEXICANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA  
CONDUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO PLANO REAL**

**Monografia apresentada no curso  
de graduação de Ciências  
Econômicas da Universidade  
Federal da Bahia como requisito  
parcial à obtenção do grau de  
Bacharel em Ciências  
Econômicas.**

**Orientador: Dr. Luiz Antônio  
Mattos Filgueiras**

**SALVADOR  
2000**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ANA CRISTINA SILVA GARCÍA**

**CAUSAS IMEDIATAS DA CRISE MEXICANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA  
CONDUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO PLANO REAL.**

**APROVADA EM 25 JANEIRO DE 2001**

**NOTA: 9,0**

**ORIENTADOR:**

**Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA**

**Prof. Dr. Antônio Plínio Pires de Moura  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA**

**Prof. Dr. Hamilton de Moura Ferreira Júnior  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA**

A MINHA MÃE

## AGRADECIMENTOS

PRIMEIRAMENTE, A  
DEUS;

AO PROFESSOR  
FILGUEIRAS PELA  
ORIENTAÇÃO  
AMIGÁVEL;

A LIELSON PELA  
AJUDA EM SALA DE  
AULA;

À LILIAN BARRETO  
(EX-COORDENADORA  
TÉCNICA DO  
INSTITUTO MIGUEL  
CALMON) PELAS  
DICAS DURANTE O  
ESTÁGIO QUE FIZ;

À VÂNIA CRISTINA  
(BLIBIOTECÁRIA DA  
FCE E FCC) PELO  
APOIO TÉCNICO E  
CONSELHOS;

À MINHA MÃE PELO  
APOIO;

AOS AMIGOS QUE  
ME AJUDARAM E ME  
SUPPORTARAM  
DURANTE A FASE DE  
ELABORAÇÃO DA  
MONOGRAFIA. E  
IGUALMENTE ÀS  
COLEGAS DO  
TRABALHO.

## RESUMO

O colapso do fordismo, na década de 70, abriu espaço para o retorno do neoliberalismo na política econômica em diversos países. Na década de 90, a difusão do neoliberalismo para a periferia do sistema capitalista tomou novo impulso com o fim do comunismo na URSS no final da década de 80. A partir daí, o FMI e o BIRD passaram a pressionar os países subdesenvolvidos para adotarem o receituário neoliberal. Este foi discutido e sistematizado num seminário, em 89, conhecido como Consenso de Washington.

As tensões políticas e sociais pelas quais passaram o México e o Brasil, no final da década de 80 e na metade da década de 90, colocaram em perigo a viabilidade da implantação e sustentação do modelo econômico neoliberal orientado pelo FMI e BIRD. Estes chegaram a conclusão que um ambiente político favorável é indispensável para atingir esses propósitos. Assim, o apoio desses órgãos a eleições fraudulentas (como no caso do México, em 1988), governos autoritários e ao projeto de reeleições de presidentes latino-americanos (a exemplo de FHC) foram e são estratégias necessárias para conseguir introduzir e conservar seu programa econômico neoliberal.

Antes da sistematização das idéias neoliberais em torno do Consenso, elas já estavam sendo adotadas no México e seu sucesso em reduzir a inflação transformou-o em modelo a ser seguido pelos outros países. No Brasil, a primeira tentativa de aplicar esse receituário foi no governo Collor, continuou (mas com menor prioridade) no governo Itamar Franco e intensificou-se no governo FHC.

Apesar do México ter seguido a risca a política neoliberal, em 1994 estourou uma grave crise cambial que repercutiu em diversas economias, dentre elas, a brasileira. A opinião dominante era que as causas dessa crise devia-se a má condução dos fundamentos econômicos por parte do governo mexicano, além da instabilidade política e social e do aumento das taxas de juros americanas. Entretanto, a conclusão é que ela (como as outras que a sucederam) foi fruto da política econômica implantada nesse país, já que o governo, seduzido pelo capital dos especuladores estrangeiros, empenhou (e ainda empenha) todos os seus esforços para atraí-los. A busca da credibilidade internacional (além dos juros altos) passou a ser o centro das decisões do governo mexicano (e da maioria dos países que se engajaram na proposta neoliberal). Além disso, a propagação da “crise tequila” (e das outras que se seguiram) foi possível graças aos avanços na telemática (além da liberalização financeira) que permitiu aos financistas retirarem seus capitais dos países emergentes em questão de minutos. A crise mexicana implicou em pequenas mudanças na economia brasileira através de medidas de ajuste. Entretanto, na essência (dependência externa, endividamento público, juros altos e privatizações), a condução do Plano Real não sofreu mudança significativa.

## SUMÁRIO

	<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	07
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>2</b>	<b>HISTÓRICO SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO MÉXICO (1988/1994) E BRASIL (1989/1994/1998)</b> .....	10
<b>3</b>	<b>BASE TEÓRICA DOS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA NOS ANOS 90: CONSENSO DE WASHINGTON</b> .....	29
3.1	PLANO REAL : Iª FASE –REFORMA OU AJUSTE FISCAL.....	38
3.2	PLANO REAL : IIª FASE –CRIAÇÃO DA UNIDADE REAL DE VALOR –URV.....	40
3.3	PLANO REAL : IIIª FASE – CONVERSÃO DA URV EM MOEDA (REAL) .....	45
3.4	PERÍODOS ANTERIORES AO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO MEXICANO..	50
3.4.1	<b>1º Período: 1982-1984</b> .....	50
3.4.2	<b>2º Período: 1985-1987</b> .....	52
3.5	O PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO MEXICANO .....	53
<b>4</b>	<b>CAUSAS IMEDIATAS DA CRISE MEXICANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO PLANO REAL</b> .....	57
4.1	CRISES CAMBIAIS POSTERIORES À CRISE MEXICANA: CRISE ASIÁTICA, RUSSA E BRASILEIRA.....	73
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	79
	<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	85
	<b>APÊNDICES</b> .....	93

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 2.1. – A economia antes e depois de Itamar .....	16
Tabela 2.1. – Brasil: Eleições 98 .....	24
Figura 2.1. – Brasil: Inferno astral: os piores momentos dos últimos presidentes.....	24
Figura 2.2. – Brasil: Totais de Medidas provisórias novas e reedições (evolução por governo).....	27
Tabela 3.1. – Brasil: Variação da URV e dos Índices de referência març-jun/94(%) .....	44
Tabela 3.2. – Brasil: Índices de preços (%) .....	46
Figura 3.1 – Balança comercial do Brasil 1991-1998 ( em US\$ milhões) .....	47
Tabela 3.4.- Brasil: Reservas internacionais no Banco Central (em US\$ milhões) jan/94 à dez/95.....	48
Tabela 3.5. – Evolução da inflação anual do Brasil, México e Argentina: preços ao consumidor 1986-1996 .....	51
Quadro 3.1 – México: Fases do Pacto de Solidariedade Econômica .....	54
Tabela 3.6. – México – Indicadores macroeconômicos 1985-1994 (%) .....	55
Tabela 4.1. – Balança de pagamentos do México (em US\$ bilhões) .....	57
Quadro 4.1. – Estrutura de um balanço de pagamentos .....	58
Tabela 4.2. – Reservas internacionais mexicanas (em US\$ bilhões) .....	59
Tabela 4.3. – Balanço da conta corrente – Brasil, México, Argentina (% do PIB) .....	59
Tabela 4.4.– Evolução dos juros americanos em 94 (% ao ano) .....	60
Figura 4.1. – Juros mexicanos em (%) – média /94 e jan à dez/95.....	61
Tabela 4.5. – Cotação da taxa de câmbio mexicana - média 89-94/94-98.....	61
Quadro 4.2. – Origens dos recursos do pacote de socorro ao México .....	62
Tabela 4.6. – Reforma preventiva: as mudanças (...) ocorridas na economia mexicana nos últimos anos....	66
Tabela 4.7 – Taxa de juros reais internacionais (% ao ano em maio/95 e média do último trimestre/95) .....	68
Figura 4.2 - Juros na real – taxa média anual de juros brasileiros desde 1995.....	69
Tabela 4.8 – Total de fluxos líquidos de capitais para mercados emergentes.....	72
Figura 4.4 - Processo circular de realimentação da deterioração financeira e de perda de confiança .....	74
Figura 4.3 – Brasil- revoada de dólares – em US\$ milhares. 05 jan à 22 jan /99.....	78
Quadro 5.2 – Mercado global 24 horas por dia – financiamento das principais bolsas de valores do mundo.....	80



## 1 INTRODUÇÃO

Apesar do México ter adotado a risca a cartilha neoliberal “proposta” pelo FMI e Banco Mundial para estabilizar sua economia, em dezembro de 1994 estourou uma grave crise cambial. Que efeitos esta crise provocou na economia mundial, em particular na economia brasileira? E além disso, como e por que essa turbulência no ambiente externo, representada pela crise mexicana, impactou na condução da política econômica do Plano Real, a partir do 1º semestre de 1995?

A finalidade do presente trabalho é mostrar que a crise cambial mexicana, em 1994, foi produto da própria política econômica neoliberal adotada naquele país. Que a busca da credibilidade internacional (um dos pontos principais dessa política) passou a ser o centro das decisões do governo mexicano (e de muitos países latino-americanos). A propagação dessa crise para outras economias foi possível graças a liberalização dos mercados financeiros e aos avanços na telemática, que permitiram que estes mercados estivessem interligados. Além disso, as medidas adotadas no Brasil, pós-crise mexicana, implicaram apenas em pequenas mudanças que objetivaram conservar a essência (dependência externa, endividamento público, juros altos e privatizações de serviços e bens públicos) do Plano Real. Estas mudanças suavizaram, por algum tempo, o desequilíbrio externo, contudo reduziram o crescimento da economia, também provocando insegurança nos agentes econômicos em relação à sustentação da âncora cambial no longo prazo. Esta sustentação foi posta em dúvidas várias vezes durante as sucessivas crises cambiais (posteriores à mexicana) e confirmada, em janeiro de 1999, quando o governo brasileiro foi obrigado a deixar a taxa de câmbio flutuar.

A escolha do tema em questão está diretamente relacionada com o interesse pessoal na observação da influência da conjuntura internacional na formulação e nas alterações das políticas econômicas de um país, no caso em particular, o Brasil.

O tema tem relevância contemporânea, pois busca compreender por que vários países (diferentes econômica, política e socialmente) estão constantemente ameaçados por crises cambiais, que acabam por destruir os esforços construídos pelos países emergentes para adquirirem a credibilidade ou confiança dos financistas internacionais.

O trabalho monográfico foi organizado em quatro capítulos, além da introdução. No segundo capítulo, partindo de uma análise histórico-político-social do México e do Brasil, descreve-se os caminhos desenhados pelas elites dirigentes desses países, com os seus

problemas e esforços para manter-se no poder e continuar a sustentar o modelo econômico patrocinado pelo FMI e pelo Banco Mundial. Assim, neste capítulo, demonstra-se que tanto no México (em 88 e 94) quanto no Brasil (em 89 e 94), suas respectivas classes dominantes passaram por sérias dificuldades para escolher e eleger um candidato que as representasse e aglutinasse o apoio da maioria da população, já que em ambos países os partidos de oposição (contrários ao modelo econômico imposto pelo FMI e Banco Mundial) ameaçaram tomar o poder pela via democrática. No terceiro capítulo mostra-se: o retorno das idéias neoliberais, a partir da crise do Fordismo; sua inserção no cenário econômico e político e sua propagação para vários países, após o declínio ideológico do comunismo; o crescimento da liquidez de capitais (a partir da ruptura do pacto social estabelecido entre os trabalhadores e capitalistas), através da adoção de novas tecnologias e métodos de produção e gestão do trabalho; a discussão e sistematização de um novo modelo de estabilização, de natureza neoliberal, para os países subdesenvolvidos (Consenso de Washington), com o objetivo de acabar com o processo inflacionário que geralmente levava à instabilidade política (um dos fatores de aversão dos investidores internacionais) e para, assim, aumentar o leque de possibilidades de investimentos e aplicações da crescente liquidez de capitais internacionais; e, finalmente, expõe-se as características e etapas dos programas econômicos neoliberais aplicados no Brasil e no México, bem como seus resultados nas respectivas economias. No quarto capítulo encontram-se as causas imediatas da crise mexicana; suas implicações na condução da política econômica do Plano Real; o pacote de socorro internacional ao México e os compromissos do mesmo para receber a ajuda financeira; o programa de ajuste do governo mexicano e suas conseqüências na economia mexicana; as medidas de ajuste adotadas na economia brasileira e suas conseqüências; e, ainda, as crises (asiática, russa e brasileira) posteriores à crise mexicana. E, finalmente, o quinto capítulo, com as principais conclusões do presente trabalho.

A presente pesquisa baseou-se em consultas a livros, publicações periódicas e páginas na Internet.

## 2 HISTÓRICO SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO MÉXICO (1988/1994) E BRASIL (1989/1994/1998)

A adoção do plano econômico de cunho neoliberal para estabilizar a economia mexicana foi implantado logo após a eleição, em 06 de julho de 1988, de Carlos Salinas de Gortari<sup>1</sup>, candidato do Partido Revolucionário Institucional (partido do governo), para a Presidência do México. A vitória de Salinas ocorreu graças, principalmente, aos mecanismos tradicionais de fraudes. Eliminação dos eleitores declaradamente de oposição da folha de votação, transporte dos eleitores da zona rural pelos cabos eleitorais de Salinas até os locais de votação onde recebiam, após o resultado da votação local, uma quantia em dinheiro e distribuição de favores e prêmios pelo governo, inclusive viagens e bolsas de estudo no exterior para alguns eleitores mais arredios, foram alguns desses mecanismos.

Apesar dessas, e outras fraudes, promovidas pela cúpula do PRI, a vitória de Salinas nas eleições não estava garantida:

“(…), pela primeira vez, os mecanismos tradicionais de fraude e manipulação do eleitorado não se mostraram suficientes para garantir a vitória do PRI. (...) Era um momento de grande descontentamento social no país. A população ansiava por mudanças depois de engolir durante seis anos a amarga receita do Fundo Monetário Internacional, sob o governo de De La Madrid e seu time de jovens tecnocratas. O que o PRI prometia, com Salinas, era apenas a continuação da mesma terapia. Foi com esse pano de fundo que surgiu a dissidência priísta, agrupando os setores do partido mais ligados à sua tradição de nacionalismo e reformas sociais. (...). As pesquisas de boca de urna apontavam uma derrota fragorosa do governo. (...) Cárdenas<sup>2</sup> (...) liderava a disputa com uma dianteira de pelos menos cinco pontos percentuais sobre Salinas. Uma prévia dava 39% a 34% para Cárdenas; em outra, a projeção era de 42% a 36%, também a seu favor. Em terceiro, bem atrás, com mais ou menos 20%, vinha Manuel Clouthier, candidato do Partido de Ação Nacional, o PAN, de linha conservadora, que tradicionalmente sempre tinha sido o mais votado entre os grupos de oposição. (...) pela primeira vez, em 150 anos como país independente, um candidato opositor estava ganhando a eleição.”(Fuser, 1995, p.25-29).

Somado a isto o sistema informatizado de votação (utilizado pela primeira vez nessa eleição e implantado pela empresa americana Burroughs Unisys) registrava Cárdenas como

<sup>1</sup>Economista com doutorado pela Kennedy School of Government de Harvard, filho de Raúl Salinas Lozano (ex-Ministro do Comércio, entre 1958-64, do governo de Adolfo López Mateo), entrou na política em 1982 no governo do Presidente Miguel de La Madrid como Ministro da Programação e do Orçamento.

<sup>2</sup>Ex-governador do Estado de Michoacán (filho do ex-presidente do México, Lázaro Cárdenas que entre 1934 a 1940 nacionalizou as empresas de petróleo e implementou substancialmente a reforma agrária em metade da área agrícola mexicana), rompeu com o PRI e passou a fazer parte do PRD (Partido da Revolução Democrática) por não concordar com o modelo econômico liberalizante e o acordo tarifário com os E.U.A. e Canadá.

primeiro colocado e com grande vantagem sobre Salinas. A “solução” encontrada pelo governo para reverter essa situação foi provocar uma pane no sistema e alterar os dados registrados no computador central.

Assim, o sistema informatizado de apuração de votos caiu na noite do dia 06/07/88 (registrando Cárdenas em primeiro lugar e Salinas em segundo) e retornou no dia seguinte já anunciando a vitória de Carlos Salinas: “*Resultado final: 50,4% para Salinas, 30,9% para Cárdenas e 16,7% para Clouthier. (...) Cerca de 25 mil urnas equivalentes a 45% do total, sequer tiveram seus resultados anunciados.*” (Ibid., p.26). Para garantir que não houvesse recontagem de votos, em dezembro do mesmo ano, o governo ordenou a incineração de todas as cédulas eleitorais.

Logo após a divulgação do resultado, a oposição e boa parte da sociedade mexicana foram às ruas protestar contra a forma utilizada pelo governo mexicano para conservar a presidência nas mãos do PRI. No entanto, estes protestos internos foram neutralizados, com apoio do governo americano à Salinas. As fraudes da eleição mexicana provocaram indignação em boa parte da imprensa nacional/internacional, constrangimento no governo americano e em certas camadas da própria sociedade americana formadora de opinião, que sempre consideraram o México como um país razoavelmente democrático (embora o PRI estivesse no poder *desde 1929*). Apesar disto, Salinas teve seu mandato endossado pela Casa Branca, já que oferecia melhores condições e vontade política para manter e intensificar a reforma econômica neoliberal em curso no país.

No Brasil, a primeira tentativa para implantar um plano econômico de cunho neoliberal começou com a posse, em 15/03/90, de Fernando Collor de Melo. O projeto neoliberal do governo Collor tratava-se de um novo modo de desenvolvimento para o capitalismo nacional, onde as principais medidas a serem adotadas seriam: abertura comercial, privatização das empresas estatais, livre negociação entre empresários e trabalhadores e desregulamentação completa da economia.

Parte do insucesso da introdução desse projeto deveu-se ao modo autoritário como o mesmo foi imposto aos diversos agentes econômicos. Esse autoritarismo por parte de Collor, foi possível devido a determinadas circunstâncias políticas, econômicas e sociais existentes na sociedade brasileira antes das eleições de 89 e nos primeiros meses de seu mandato. Estas circunstâncias permitiram que Collor exercesse um governo com fortes traços bonapartistas:

“(…) na sua forma clássica (…), tal como manifestado na França, com o golpe de estado em 2 de dezembro de 1851 desferido por Luís Napoleão (…). [o bonapartismo] (…) [é próprio] de um momento agudo de crise social, onde a inexistência de projeto político, social econômico hegemônico abre espaço para um dramático acirramento da luta de classes que coloca em questão a permanência da ordem burguesa. As características essenciais dessa forma de governo podem ser resumidas em dois elementos cruciais: **1º**) (…) desqualifica as instituições democráticas, em particular desautorizando (…) o Parlamento, (…). **2º**) (…) serve aos interesses fundamentais da burguesia (…). No entanto, no plano mais direto do exercício do poder, (…) o bonapartismo possui uma autonomia real frente à burguesia. Esta autonomia se consubstancia e se viabiliza através da destruição das instituições democráticas, em particular o Parlamento, uma vez que este se constitui a esfera privilegiada do exercício do poder político da classe dominante. (…) resumindo-se os elementos acima, pode-se afirmar que o bonapartismo é uma forma de poder que governa para o capital em geral, para a burguesia, mas sem a participação direta das diversas frações da classe dominante ou a representação dos distintos capitais particulares.” (Filgueiras, 1993, p.05).

Antes das eleições de 89 (no final do governo Sarney) o Brasil encontrava-se numa grave crise econômica, social e política que colocava em xeque a credibilidade das instituições representativas da sociedade, principalmente o Congresso Nacional. Esse descrédito, de boa parte da sociedade em relação aos políticos, foi muito bem aproveitado por Collor nos discursos de campanha, quando o mesmo procurou identificar-se com o sentimento geral de decepção da população. Em seus discursos criticava duramente todos os setores organizados da sociedade: sindicatos de trabalhadores, associações e representações empresariais, para salientar sua total desvinculação com tais setores, considerados por ele como “arcaicos e privilegiados”. Em contrapartida, apresentava-se como defensor dos pobres, dos “descamisados e pés-descalços”.

O grave conflito social, que refletia a profunda crise econômica do país acabou provocando a polarização de dois projetos políticos eleitorais totalmente opostos entre si:

“(…) [O de Lula] que incorporava entre outras coisas, a necessidade de reorientação (…) [do desenvolvimento econômico do país] na direção de uma mudança na estrutura de distribuição de renda, a realização da reforma agrária, a ‘desprivatização do Estado’, a redefinição do sistema financeiro em direção ao fomento da produção, a suspensão do pagamento da dívida externa e o estímulo à participação popular nas decisões políticas e econômicas. E o segundo projeto [Collor], de natureza neoliberal e já mencionado anteriormente, se implementado integralmente, apontava para a reafirmação da natureza do desenvolvimento capitalista tal como efetivado até aqui ou, até mesmo, para uma radicalização das suas tendências regressivas do ponto de vista social.”(Ibid., p .07).

Com o apoio maciço da mídia, principalmente da Rede Globo e, no 2º turno, da FIESP, Collor foi eleito com mais de 35 milhões de votos (Lula conseguiu 31 milhões de votos).

É importante destacar que apesar da importante sustentação da mídia a sua candidatura (Collor era pouco conhecido no cenário político nacional), não inspirava segurança no setor empresarial paulista representado pela FIESP:

“(...) tratava-se de um outsider [estranho] que não inspirava confiança no conjunto do empresariado; fato este manifestado no 1º turno das eleições, quando a burguesia não o apoiou explícita e diretamente. É fato conhecido que o candidato preferencial do empresariado era o governador Orestes Quécia, (...). (...) a burguesia e o empresariado apoiaram e ‘engoliram’ a candidatura de Collor por absoluta falta de opção, dada a ameaça da ascensão ao governo de uma proposta [do PT] claramente conflitante com seus interesses imediatos.” (Filgueiras, Ibid., p.07).

E ainda:

“(...) Collor despontou no cenário nacional, no início de 1989, como candidato de um partido [PRN] tão pouco expressivo quanto o seu passado político. O que dele se sabia é que se tratava de um rapaz bem-criado, (...) herdeiro político de seu pai, Arnon de Mello, nas Alagoas. Nem como deputado federal nem como prefeito de Maceió conseguira grande projeção. Como governador de Estado, notabilizou-se por uma campanha ruidosa, ainda que não muito bem-sucedida, contra os altos salários pagos a alguns funcionários públicos, os apelidados marajás.” (Simonsen, 1997, p.20).

Dadas as circunstâncias sociais, políticas e econômicas existentes naquele período, e com a aprovação da maioria da população e das elites, Collor (1º presidente eleito pelo voto direto após 29 anos) sentiu-se bastante fortalecido para governar o país através de pacotes e medidas provisórias:

“(...), os 35 milhões de votos aparentavam dar a Collor uma carta em branco para fazer o que bem entendesse. Collor (...), na esteira dos 35 milhões de votos conquistados sem compromissos com partidos políticos ou grupos econômicos, entendeu que fora entronizado monarca absoluto dos brasileiros. (...) É certo, porém, que nos primeiros meses de governo, enquanto os votos ainda tinham cheiro de urna, praticamente ninguém ousou objetar às medidas provisórias baixadas pelo Presidente [uma delas o congelamento de preços e seqüestro das cadernetas de poupança e depósitos bancários].”(Ibid., p.20-21).

Em suma, Collor apesar de governar a favor do capital em geral, não admitia negociação e ou a participação direta de suas várias facções. Baseava-se na vitória das urnas e no apelo constante aos descamisados e pés-descalços para governar.

A maioria dos setores formadores de opinião imobilizaram-se diante da vitória inicial do Plano Collor I no combate a inflação:

“Collor, do alto de seus 35 milhões de votos e do porte atlético, começou o governo esbanjando autoconfiança. (...) Sua primeira ação no dia 16 de março de 1990, o

seqüestro e confisco de ativos financeiros, deixou a nação perplexa e desesperada com o desaparecimento do dinheiro de cada um. Ainda assim, Collor recebeu um crédito de confiança da população, do Congresso e, temporariamente, do Poder Judiciário, já que se tratava do remédio aparentemente necessário para liquidar de vez com a inflação.” (Ibid., p.42).

Mas, esse comportamento foi mudando com o passar do tempo:

“Aos poucos, contudo, a sociedade começou a reagir; primeiro de forma tímida e, posteriormente, de forma explícita e declarada. O momento fundamental de inflexão se deu a partir do ‘Plano Collor II’, quando ficou claro para a sociedade o fracasso do governo na sua política econômica. Porém, antes mesmo deste momento, o governo já passava por um processo de isolamento no Congresso Nacional; já sofria derrotas no âmbito do Judiciário; perdia apoio na opinião pública, com o aprofundamento cada vez maior da recessão e sem, ao mesmo tempo, ter sucesso no combate à inflação; perdia credibilidade dos ‘descamisados’ e do povo em geral, dada a elevação do nível de desemprego e o profundo arrocho salarial e já não conseguia mais a adesão incondicional do empresariado como nos primeiros meses de seu governo.” (Filgueiras, op. cit., p.08)

Collor, cada vez mais isolado politicamente, e com a maioria da opinião pública contra o seu governo, sofreu o golpe definitivo quando o seu irmão, Pedro Collor, acusou-o de envolvimento em esquemas de corrupção montados pelo seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias. As denúncias de corrupção acabaram desencadeando seu julgamento pelo Senado Federal, que resultou no seu afastamento compulsório em 02/10/92 e posterior renúncia (esta foi declarada antes do término da votação do impeachment pelo Congresso) em 29/12/92. O vice, Itamar Franco, assumiu a Presidência interinamente com o afastamento de Collor e efetivamente após sua renúncia.

A partir da renúncia de Collor, o foco central da política nacional passou a ser a próxima eleição presidencial já que:

“(…) o governo de Itamar Franco era fraco, já em fim de mandato [faltavam apenas dois anos para uma nova eleição], sem base parlamentar estável e que não contava com a legitimidade associada à eleição pelo voto direto. Não havia condições políticas para construir um programa de estabilização com sólidos fundamentos fiscais e monetários [como almejava a equipe econômica do governo].” (Batista Jr., 1996, p.133).

A importância das condições políticas para a implementação de planos de estabilização é destacada por Fiori (1997, p.12-13):

“Foi ainda nos anos 80 que o reiterado insucesso das políticas monetaristas de estabilização introduziu nos debates econômicos a importância crucial para o sucesso no combate antiinflacionário do ‘fator credibilidade’, e teve como consequência a canonização de uma heterodoxia, (...) ou ‘dolarização’. (...) já nos anos 90, as novas

avaliações pessimistas (os negativos efeitos sociais e econômicos das medidas de austeridade e liberalização sobre o país), tanto do FMI como do BIRD, puseram em destaque a importância do fator ‘poder político’ (capaz de fazer os eleitores aceitarem os desastres sociais provocados (...) pelo programa neoliberal como sendo transitórios ou necessários em nome de um bem maior de longo prazo no sucesso ou fracasso de seu programa econômico). (...). Esta sim, uma condição indispensável para poder transmitir ‘credibilidade’ aos atores que realmente interessam, neste caso: os ‘analistas de risco’ das grandes empresas de consultoria financeira, responsáveis, em última instância, pela direção em que se movem os capitais ‘globalizados’.”

Neste período conturbado da política nacional, a economia brasileira apresentava-se com sérios problemas devido a inflação elevada: *“a partir do final de 1991, com a devolução dos cruzados novos bloqueados e a acumulação de reservas cambiais, a inflação chegou ao patamar mensal de 20%.”* (Simonsen, 1994, p.26). Aliado a isto, a decepção de boa parte da população que elegeu Collor acabou colaborando para o fortalecimento da candidatura de Lula (rival de Collor na eleição de 89) para a próxima eleição presidencial em 94, deixando numa encruzilhada as forças políticas conservadoras e os representantes do grande capital acerca da escolha e apoio de um novo candidato à presidência, visto que tanto Maluf quanto Quéricia não tinham força política suficiente para derrotar Lula nas eleições de 94.

Esta preocupação acabou quando Fernando Henrique Cardoso, ex-Senador e Ministro das Relações Exteriores (outubro de 92 à maio de 93) assumiu o Ministério da Fazenda (maio de 93 à março de 94). Segundo Fiori (op.cit., p.14): “FHC (...) foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial.”

Assim, com o iminente “perigo” de Lula tornar-se presidente (liderava as pesquisas de intenção de voto com larga margem até junho de 94), FHC e sua equipe econômica (com muitos de seus membros sendo ex-participantes da equipe econômica de Collor), apoiados pela classe dominante do país, implantaram um novo plano econômico de caráter neoliberal, para combater a inflação. O sucesso ou fracasso do plano subordinava a candidatura para presidência de FHC, já que no plano político ele era desconhecido pela maioria da população, apesar de ser um intelectual reconhecido no meio acadêmico nacional e internacional, ter sido militante contra a ditadura e apresentar uma boa reputação no que se refere à corrupção:

“O plano econômico tem uma importância crucial para a estratégia eleitoral conservadora. Embora com as características mencionadas acima, o nome de FHC não possui, evidentemente, a mesma penetração popular do nome de Lula, entre



outros motivos por não estar associado, para a grande massa da população, a qualquer fato ou evento específico marcante.”(Filgueiras, 1994, p.01).

Com o sucesso inicial do plano, em reduzir drasticamente a inflação, o governo Itamar terminou com um índice significativo de popularidade: “41% de ótimo e bom contra 18% no início de sua gestão; e apenas 8% de ruim e péssimo contra 21% do começo.” (Oliveira, 1996, p.15). Esta boa aceitação popular estava intimamente associada ao desempenho dos indicadores econômicos, em particular a inflação, o PIB e o salário real que, no quadro 2.1, se comparados com os da gestão anterior sofreram uma melhora substancial, apesar do déficit operacional ter piorando no final do seu governo.

QUADRO 2.1  
A economia antes e depois de Itamar

Variáveis (%)	Setembro <sup>[a]</sup> 1992	Dezembro 1994
Inflação (1)IPC-Fipe mensal	24,41	1,25
Taxa de Desemprego (2) PEA	15,5	12,6
Reservas – Caixa (3) US\$ bilhões	19,0	36,5
Déficit Operacional <sup>[b]</sup> (4) NFSP <sup>[c]</sup>	-0,91	-1,40
Crescimento (5)PIB (ano)	-0,80	5,67
Taxa de Investimento (6)	13,5(*)	15,6(**)
Salário Real (7)	179,4	249,3

FONTE: (1) Fipe; (2) Diesse/Seade/SP; (3)Bacen; (4) Ministério da Fazenda; (5)IBGE; (6)IBGE/Ipea; (7)Fiesp.

Oliveira, 1999, p.14.

Obs. do autor: (\*) III trimestre de 1992; (\*\*)III trimestre de 1994 estimado. Obs.: <sup>a</sup> Último mês em que a economia esteve sob o comando de Fernando Collor de Melo. <sup>b</sup> Déficit operacional é o déficit nominal (dívida líquida nominal sem descontar a inflação) que inclui despesas com juros.

<sup>c</sup> NFSP significa Necessidade de Financiamento do Setor Público.

“As NFSP representam aquilo que é preciso obter de financiamento para fechar a diferença entre gastos e arrecadação.” (Ibid., p.193).

Com esse quadro animador da economia brasileira, Itamar Franco fez do próprio Ministro da Fazenda seu sucessor. A campanha eleitoral de FHC, em 94, baseou-se em promessas na área social. Os cinco dedos da mão, símbolo de sua campanha, representavam as cinco prioridades – educação, segurança, emprego, saúde e agricultura - que seu governo teria, caso fosse eleito. Essas promessas, e principalmente, aliadas ao sucesso do Plano Real em reduzir a inflação, possibilitaram a vitória de FHC. Este ganhou as eleições de 1994 no 1º turno com 54,2% dos votos válidos (34 milhões de votos), enquanto Lula ficou com 27% (17 milhões de votos). (Teixeira, 1990, p.375).

Em resumo, no plano político, tanto no México (em 88) como no Brasil (em 89 e 94) as suas respectivas classes dominantes passavam por sérias dificuldades para escolher e eleger um candidato que as representassem e aglutinasse o apoio da maior parte da população. Em ambos os países, os partidos de oposição ameaçavam o poder político da classe conservadora: os opositores políticos, Cárdenas no México e Lula no Brasil, tinham posições de repúdio às propostas neoliberais implantadas pelos governos de seus respectivos países e por isto constituíam sérios obstáculos à implantação de um novo modelo de estabilização e integração internacional, que preservasse ou reafirmasse o domínio político e social de suas elites dominantes.

No México a falta de apoio da maioria da população à Carlos Salinas nas eleições presidenciais de 88 devia-se ao fato de que o mesmo tinha sido Ministro da Programação e Orçamento e ideólogo da política econômica do anterior governo de Miguel de la Madrid, onde, em 1982, implantou um plano econômico, imposto pelo FMI, que sacrificou muito a vida da maioria dos mexicanos:

“A suspensão do pagamento do serviço da dívida em agosto de 1982 foi o desfecho de um período caracterizado por forte endividamento externo e por uma política fiscal extremamente expansionista. Entre 1980 e 1982 a dívida externa mexicana passou de US\$ 40 bilhões para US\$ 90 bilhões, ao mesmo tempo que o déficit do setor público crescia de 8% para 18% do PIB, apesar de no mesmo período ter ocorrido uma grande elevação do preço real do petróleo – importante fonte de recursos do setor público mexicano.” (Landau, 1991, p. 07-10).

E além disso,

“(…) Entre 1982 e 1987, a taxa de crescimento do PIB per capita foi negativa em 2,6% ao ano em média (enquanto entre os períodos de 1973 a 1981 e 1955 a 1972 as médias foram +2,6% e +3,3% respectivamente) e a redução do salário real atingiu cerca de 60% no período. Esses custos elevadíssimos, por sua vez, não impediram que a inflação subisse (médias entre os períodos de 1955 a 1972, 1973 a 1981 e 1982 a 1987: 5,0% a.a, 22,0% a.a e 81,0% a.a respectivamente)”. (Ibid., p.09-10).

Com a rejeição da maioria do eleitorado mexicano, a tática utilizada por Salinas para chegar a Presidência foi vencer as eleições a “qualquer custo” e depois implantar um novo plano de estabilização econômica, que pudesse, ao mesmo tempo, eliminar o processo inflacionário e legitimar sua permanência no poder. Já no Brasil, FHC usou uma tática diferente, isto é, aquilo que os publicitários chamam de “timing” (literalmente: adaptação, ajustamento) que significa “*talento de encontrar o momento preciso para cada uma de suas iniciativas ou declarações*” (Fuser, *op. cit.*, p.39). Assim, FHC (ainda como Ministro) implantou primeiro o plano de estabilização (para que seus efeitos positivos fossem sentidos de imediato pela população antes da eleição) para dessa forma garantir sua vitória

sobre Lula; “(...) em vez de salientar os efeitos perversos do programa [Plano Real], faz-se de seu sucesso antecipado de curtíssimo prazo a grande arma para obter a vitória eleitoral.” (Ibid., p.21):

“O principal elemento que articula a lógica econômica do plano com o seu objetivo político fundamental, isto é, impedir que Lula chegue à Presidência, com a eleição de FHC, é o tempo, no sentido literalmente cronológico. Isto compreende tanto o momento do anúncio do plano – final do ano passado [1993] – quanto o processo de implementação do mesmo, culminando com a criação do Real como a nova moeda do país. É a adaptação do tempo econômico ao tempo político-eleitoral que explica, por exemplo, a demora de FHC em adotar uma política de combate à inflação, imediatamente após a sua posse no Ministério da Fazenda. A consequência disso foi a inflação ter pulado de 27% para 43% entre o momento de sua entrada e o de sua saída desse Ministério. O mesmo se pode dizer da criação da URV e da data de sua adoção.” (Filgueiras, op. cit., p.02).

No que diz respeito ao México, após as eleições mexicanas de 88, Salinas conseguiu permanecer no poder durante todo o seu mandato de seis anos. A estabilidade econômica e a inflação reduzida elevou consideravelmente sua popularidade interna e externa. O México e seu presidente eram “cantados em verso e prosa” na imprensa nacional e internacional, inclusive no Brasil. Salinas chegou a ser considerado como uma das 25 pessoas mais “fascinantes” do mundo pela revista, americana, Fortune e na revista Newsweek (de 29/11/93), dentre outras que lhe deram atenção especial, Salinas aparecia na capa olhando para cima onde a legenda dizia: “*Depois do Nafta, o México está olhando para cima*” (PDT, 1998, p.01), numa alusão à aprovação do tratado de livre comércio aprovado pelo Congresso americano.

Com essa ovação, no auge do poder (em 93), Salinas pensou em reeleição (proibida pelo artigo 83 da Constituição mexicana que veta que qualquer pessoa que tenha sido presidente do México, mesmo que interinamente, volte a exercer o cargo), mas a maioria dos membros de seu partido não concordou com tal proposta. A solução encontrada por Salinas foi escolher e eleger um candidato que lhe fosse fiel e obediente, para dessa maneira manter-se nos bastidores do poder:

“O continuísmo foi, indiscutivelmente, o fator determinante na escolha do sucessor de Salinas. Enquanto não pudesse mudar a Constituição para se reeleger, como fez mais tarde Carlos Menem na Argentina [posteriormente, Fujimori no Peru e FHC no Brasil], ele teria de manejar os cordéis por trás do trono, através de um presidente com o qual tivesse perfeita sintonia, como um ventríloquo e seu boneco. ‘Salinas sabia que a campanha de 1994 seria a mais difícil para o PRI desde de 1929’, analisa o jornalista Carlos Ramirez. Por isso necessitava de um candidato fiel que lhe garantisse a autoridade. Salinas sempre quis tudo: ganhar as eleições, manter o poder, influir no seguinte sexênio, estender seu projeto além do governo de seu sucessor,

prosseguir como chefe de seu próprio grupo e aniquilar Cuauhtémoc Cárdenas.” (Fuser, op. cit., p.95-97)

O primeiro candidato escolhido foi Luiz Carlos Colosio, ex-deputado, ex-senador, Ministro do Desenvolvimento Social e ex-coordenador de sua campanha eleitoral e responsável direto pelas fraudes na eleição de 94. No entanto, os planos de Salinas caíram por terra depois do levante guerrilheiro no Estado de Chiapas, no réveillon de 94, promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN<sup>3</sup>), que acabou trazendo à tona a realidade do povo mexicano, principalmente o indígena, contrapondo-se à imagem de estabilidade socio-econômica exibida pela mídia aos quatro cantos do mundo. Com a campanha eleitoral naufragando, Colosio começou a se afastar de Salinas e passou a criticá-lo severamente. Mais tarde, em 23/03/94, Colosio foi assassinado à queima roupa durante um comício no Estado de Tijuana (norte do México).

Com a morte de Colosio, o segundo candidato escolhido por Salinas foi Ernesto Zedillo Ponce de León, coordenador da campanha de Colosio e que já tinha participado do governo de Salinas em vários cargos, o último deles foi como titular do Ministério de Educação Pública. Entretanto, Zedillo (economista com doutorado pela Universidade de Yale) era pouco conhecido entre os eleitores mexicanos:

“A tarefa mais urgente era transformar Zedillo, um tecnocrata cinzento, carismático como uma berinjela, num candidato com condições de ganhar uma batalha eleitoral que se prenunciava difícil. O feito mais notável na vida pública de Zedillo, (...) ocorreu durante sua breve passagem pelo cargo de Ministro da Educação em 1992-93: (...) [ele] mandou mudar o conteúdo dos livros de história do México, amenizando os episódios de conflito com os Estados Unidos a fim de não atrapalhar as negociações do Nafta. Graças a Zedillo, as escolas secundárias de hoje minimizam a importância de fatos históricos como a anexação do Texas, as invasões americanas durante a Revolução Mexicana, a crise da nacionalização do petróleo em 1938 e as fracassadas pressões dos EUA pelo rompimento com Cuba no início da década de 60.” (Ibid., p.193-194).

Dessa maneira, a estratégia utilizada para alavancar a candidatura de Zedillo foi a de transformar a morte trágica do candidato antecessor, Colosio, num forte apelo emocional a seu favor, aliado a um discurso de campanha moderado, conciliatório, para convencer a maioria da população que o voto em Cárdenas (novamente, candidato à presidência), que apoiava os zapatistas, levaria o país a uma guerra civil. Para eficácia da estratégia, acima mencionada, foi crucial o apoio da máquina administrativa e da mídia mexicana.

<sup>3</sup> Um dos principais motivos da rebelião do EZLN foi a revogação do art. 27 da Constituição mexicana por parte do governo. Este artigo dava garantias legais à propriedade comunal das terras agrícolas e foi incluído na Constituição mexicana, em 1917, durante a Revolução Mexicana promovida por Emiliano Zapata. A revogação deste artigo foi imposta pelos EUA como pré-condição para adesão, em 1º janeiro de 1994, do México ao NAFTA (ou ALCA).

No debate político na TV (primeiro na história do México entre candidatos à Presidência) o candidato do PAN, Diego Fernandez saiu-se tão bem que, após o debate, saiu do 3º lugar nas pesquisas e passou para o 2º. Posteriormente, um acordo entre o PRI e o PAN provocou a desistência (não oficial) de Fernandez para viabilizar a vitória de Zedillo. Com esta estratégia, Zedillo ganhou as eleições com 48,7% dos votos contra 25,9% de Fernandez e 16,6% de Cárdenas<sup>4</sup>.

Com esta manobra, além dos métodos tradicionais de fraudes (mais “suave”, depois da eleição de 94), Zedillo conseguiu ser eleito Presidente dos Estados Unidos Mexicanos em 21 de agosto de 1994 para um mandato de seis anos. Algumas semanas depois de ser empossado (em 01/12/1994) como presidente a crise financeira se instalou no México.

Zedillo, para salvar seu mandato de seis anos das duras críticas e restaurar sua autoridade, abalada pela crise financeira, responsabilizou publicamente Salinas pela crise mexicana. Além disso apoiou a prisão do irmão de Salinas, Raul Salinas, acusado pelo assassinato (em 28/09/94) do ex-cunhado e secretário-geral do PRI, Francisco Ruiz Massuie, passando também a associar o ex-presidente ao assassinato: “Para Zedillo, tornou-se meta prioritária vender sua própria imagem como a de uma vítima do antecessor inescrupuloso, herdeiro de uma crise com a qual nada teria tido a ver.” (Ibid., p.174).

Apesar de Zedillo ter defendido uma tese de doutorado em economia na Universidade de Yale, relacionada com o problema da dívida externa pública mexicana e, além disso, ter participado de várias reuniões na área econômica durante o governo de Salinas, numa entrevista à revista New York Times (em 14/03/95) afirmou não ter sido capaz de ver a gravidade da enorme dívida de curto prazo que o país estava contraindo com a emissão dos bônus governamentais. Segundo suas próprias palavras: “eu não estava consciente da rapidez com que mudou a estrutura da dívida externa. Tomei consciência do problema dos tesobonos [bônus governamentais] em dezembro [de 1994].” (Ibid., p.174).

No Brasil, a estabilidade de preços, garantiu bastante popularidade a FHC que tempos depois começou a cogitar a possibilidade de permanecer mais tempo no governo através de

---

<sup>4</sup> Cárdenas foi eleito prefeito da Cidade do México, capital mexicana, em 1997. Concorreu novamente a presidência do México em julho de 2000, mas ficou em 3º lugar. Vicente Fox Quesada (PAN) ganhou a eleição com “43% dos votos dos 58,8 milhões de eleitores mexicanos, derrotando o candidato priista Francisco Labastida, que obteve 36% dos votos. Amargou um terceiro lugar, o candidato da centro-esquerda da Aliança para o México, Cuauhtémoc Cárdenas Sólórzano, com 17%.” (Mello, 2000, p.102). Além de tirar, pela primeira vez, a presidência das mãos do PRI, o PAN conseguiu a maioria na Câmara dos Deputados (224 cadeiras contra 208 do PRI e 68 do PRD). No Senado, o PAN ficou logo atrás do PRI (58 senadores) com 53 senadores, enquanto o PRD ficou com 17 senadores.

reeleição (não prevista na Constituição de 88), a exemplo do presidente argentino Carlos Menem. Com as eleições de 98 próximas, os aliados de FHC no Congresso foram mobilizados para que a emenda nº16 da Constituição sobre a reeleição fosse aprovada ainda em 1997. Em 04 de junho de 1997 o Senado aprovou em 2º turno a emenda da reeleição por 62 votos a favor, 14 contra e 2 abstenções. A emenda nº 16 tornou possível a reeleição não só do Presidente, mas também de governadores e prefeitos, sem que para isto precisassem deixar seus respectivos cargos para competir nas eleições. O art. 14, parágrafo 6º da Constituição estabelece que caso o Presidente da República, os governadores de Estado e do DF e os prefeitos concorram “*a outros cargos*” devem renunciar aos respectivos mandatos até *seis meses* antes do pleito. O Tribunal Superior Eleitoral consultado sobre se o parágrafo acima mencionado incluía também os candidatos à reeleição entendeu, pela Resolução nº 19.952 de 02/09/97, que os candidatos à reeleição não precisariam renunciar. Para Comparato (1999, p.20), se os candidatos a outros cargos devem se afastar até 6 meses antes do pleito para que seja evitado abusos no exercício do cargo em prol da candidatura, o mesmo deveria valer para os candidatos à reeleição. Segundo ele:

“contrariamente ao princípio primeiro de toda interpretação jurídica, (...) a justiça eleitoral passou a entender que um texto há de ser entendido em sua primária literalidade [ou seja, apenas conforme está escrito], sem menor ligação com o contexto normativo e sem submeter-se tampouco aos princípios fundamentais do ramo jurídico em que se insere.”

O agravamento dos indicadores sociais do país, as denúncias de compra de votos para aprovação da emenda da reeleição, o “grampo” do BNDES<sup>5</sup>, a inadimplência e falências de várias empresas, a negligência do governo em relação aos incêndios na Amazônia, os saques de alimentos por nordestinos castigados pela seca, e outros eventos, provocaram “uma perigosa aproximação entre os índices de preferência de Lula e FHC, foi dado um salto de escala no acionamento da mídia como corpo de bombeiros do sistema.”(Kucinski, 1999, p.192). Segundo esse autor, a mídia age coletivamente como um corpo de bombeiros, pronto para apagar qualquer incêndio (críticas e/ou denúncias vinculadas na imprensa) que possam comprometer as regras do jogo. Dessa maneira:

<sup>5</sup> Ligações telefônicas grampeadas no BNDES que revelavam que dirigentes da alta cúpula do PSDB barganhavam as licitações da Telebrás. Além disso, descobriu-se que o próprio Ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, “arquitetou a fundação de uma ONG, Brasil 2000”, que serviria de caixinha onde os fornecedores do setor de telecomunicações “doaram” US\$2,8 milhões para financiar campanhas, no rádio e na TV, favoráveis a privatização do sistema Telebrás. Vários apresentadores de programas de televisão “aderiram” a campanha: “Hebe Camargo recebeu R\$10.350,00; Ratinho recebeu R\$3.450,00, Ana Maria Braga, R\$920,00. No total R\$160.000,00 foram distribuídos a 59 radialistas de 55 rádios espalhados em 37 cidades. (...) Ironicamente, o próprio (...) [presidente] fez a mais constrangedora revelação sobre essa mídia que exaltou em bloco as privatizações. ‘Está demais, não é? Estão até exagerando.’ - disse Fernando Henrique no grampo do BNDES.” (Kucinski, 1999, p.195 e 199).

“ ‘Fernando Henrique convocou [em maio de 1998] para conversar um grupo de pessoas muitíssimo influentes...os barões da elite brasileira...queixou-se das televisões, que no seu entender, vinham maltratando o governo com ênfase exagerada em notícias ruins, que acabavam azedando a avaliação popular do governo. Procurou os donos da Rede Globo, reclamou que o Jornal Nacional tinha ampliado a cobertura de temas como a seca no Nordeste, os saques e o arrocho de salários, o incêndio de Roraima...depois dessas conversas em que agitou o fantasma da renúncia, teve apoio imediato. A seca desapareceu do noticiário, o aumento do salário mínimo foi esquecido e os pajés apareceram para apagar o incêndio de Roraima...’ Neste encontro, impensável em democracias do Primeiro Mundo em tempos de paz, acenando com o fantasma de Lula, ameaçando renunciar a sua candidatura à reeleição, Fernando Henrique reenquadrou a mídia e restabeleceu o caráter sistêmico de seu suporte ao governo. A outra grande consequência do encontro de FHC como os barões da burguesia brasileira foi a organização(...), em julho [do mesmo ano], sob a égide da ‘Ação Empresarial da FIESP’ [que reuniu cerca de 40 empresários importantes, como Emílio Odebrecht e Antônio Ermírio de Moraes], da secreta e subliminar ‘Campanha do Bom Astral’, com o objetivo de potencializar campanhas publicitárias regulares e rotineiras das grandes empresas a favor do Plano Real, uniformizando algumas características de suas mensagens que por sua vez seriam associadas à imagem de Fernando Henrique e de seu governo. A idéia original era a de usar intensamente as cores da bandeira nas campanhas publicitárias, e associá-las a frases otimistas sobre o Brasil, para canalizar ao governo a empatia dos torcedores durante a Copa do Mundo e defender a política econômica do governo. Nem a derrota na Copa acabou com a campanha do Bom Astral, da qual surgiu o olho azul da Veja contra o fundo verde-amarelo [e] o slogan ‘orgulho de ser brasileiro’ do grupo Pão de Açúcar.” (Ibid., p.192-193).

A partir desse realinhamento dos barões do empresariado brasileiro e dos donos dos meios de comunicação, FHC montou uma vasta operação de marketing político baseado na mais moderna técnica dessa área, desenvolvida para eleger presidentes americanos: o *trimming* (literalmente, significa enfeite) “*que consiste em oferecer ao eleitor médio a imagem e o discurso que ele espera ouvir, (...)*.” (Ibid., p.196 ). Além disso:

“Falando manso, perguntando e respondendo ao mesmo tempo, como um professor ministrando uma aula, Fernando Henrique parecia convidar à reflexão. Parecia, mas não convidava. (...). através do tom anti-retórico, banal mesmo, ia semeando frases de desqualificação da crítica, ironias, pequenos insultos, quase imperceptíveis, cujo significado os jovens jornalistas, com tanto saber, iam procurar nos dicionários. (...). A ridicularização da crítica, como atitude anacrônica, ou resultado de interesses meramente corporativos ou atrasados, ou fruto de uma mentalidade de patrulhamento estalinista, ou da mera ignorância foi um dos pilares do sistema dogmático de FHC, uma das características mais desagradáveis da sua fala, sintetizada na sua famosa referência ao ‘*nhe-nhe-nhém*’. Em 22 de agosto de 98 [exagerou], acusou os sem-terra de cooperar com produtores de maconha do Nordeste. Agricultores foram chamados de ‘*caloteiros*’, empresários afetados pelos juros anômalos e a abertura comercial indiscriminada, de ‘*ineficientes e atrasados*’, funcionários públicos [inclui-se aí os aposentados] de ‘*vagabundos*’ e os críticos do Real, de ‘*catastrofistas e/ou impatrióticos*’, minimizou o problema das crianças abandonadas, dizendo que em São Paulo ‘*não havia nem mil meninos de rua.*’” (Ibid., p.196-197).

Sem a necessidade de renunciar para disputar o pleito eleitoral, FHC (inclusive muitos governadores) usou a máquina administrativa para se reeleger:

“Cardoso fez de tudo para conseguir a reeleição: gastou, tomou emprestado e manteve a economia viva até o dia da votação. Para manter a entrada de dinheiro, adotou vencimento mais curto para as dívidas interna e externa; para manter as coisas em funcionamento, deu aos governos estaduais liberdade para gastar dinheiro que não tinham.”(Dornbusch, 1998, p.02).

A tática principal utilizada pelo candidato à reeleição para ganhar o voto da maioria da população (receosa com as altas taxas de desemprego e as crises financeira que assolavam o mundo e ameaçavam o país) foi inculcar a idéia de que *ruim comigo, pior sem mim*:

“A partir da tese de que liberar a economia era o único caminho e Fernando Henrique a única solução [adicione-se aí, um dos slogan de sua campanha: *Quem acabou com a inflação, acabará com o desemprego*], não houve debate nem mesmo durante a campanha eleitoral. O eleitorado acabou escolhendo o mal que já conhecia, por temor de um mal maior; caso elegeisse um Lula sem condições de governabilidade.” (Kucinski, op. cit., p.188)

FHC ganhou a eleição, ainda no 1º turno, em 04/10/98. No entanto, sua vitória não foi tão gloriosa como se esperava, visto que conseguiu apenas uma margem de 2.075.402 dos votos válidos a mais que os 50% + 1 legalmente necessário para ganhar o 1º turno:

“(…), [FHC] tomou um susto quando as urnas do voto eletrônico começaram a ser abertas e a mostrar que no Brasil mais moderno tanto nas grandes capitais como nas principais cidades do interior, sua vantagem sobre os adversários foi bem menor do que previam os institutos de pesquisa e sua própria assessoria. (...) menos da metade dos 106 milhões de brasileiros com direito a voto digitou ou cravou FHC na cédula.” (Meireles; Evelin, 1998, p.03).

Segundo a tabela 2.1, apenas 33,87% dos eleitores brasileiros decidiram ir às urnas e votar em FHC; 20,24% em Lula e 9,72% nos demais candidatos. O número de eleitores que não foram às urnas foi significativo: quase 23 milhões (21,49% do eleitorado). Se incluirmos os votos brancos e nulos com as abstenções veremos esse percentual de eleitores indiferentes ou desiludidos subir para 36,17% do eleitorado (38.376.334), número maior do que os votos destinados a FHC. Para se ter uma idéia de como esse número de eleitores foi expressivo: se, apenas metade dos votos nulos (4.442.215) fossem distribuídos entre todos candidatos (exceto a FHC) acabaria levando as eleições de 98 para o 2º turno, já que o 1º colocado deveria alcançar um total de 36.082.622 (votos válidos = 67.723.027 + 4.442.215 = 72.165.242 x 0,50 + 1 = 36.082.622) para ganhar as eleições no 1º turno.



TABELA 2.1- Brasil: Eleições 98

Candidatos	Votação	Válidos
1º FHC	35.936.916	53,06%
2º Lula	21.475.330	31,71%
3º Ciro Gomes	7.426.232	10,97%
4º Enéas	1.447.080	2,14%
Outros candidatos	1.437.469	2,12%
<b>Total de eleitores:</b>	<b>106.101.067</b>	
<b>Total de votos válidos:</b>	<b>67.723.027</b>	<b>81,30% dos votos apurados</b>
“ ” brancos:	6.688.610	8,03% dos votos apurados
“ ” nulos:	8.884.430	10,67% dos votos apurados
Votos apurados:	83.297.773	78,51% dos eleitores
Abstenção:	22.803.294	21,49% dos eleitores

FONTE: Brasil, 1999.

Mesmo após ter conseguido o seu 2º mandato, articulistas políticos levantaram a hipótese que FHC, visualizando as eleições do ano 2002 (e tendo em vista que, a constituição só prevê uma reeleição), estaria disposto a apoiar uma emenda futura que mudaria o sistema de governo presidencialista para o parlamentarista. No entanto, a baixa popularidade do Presidente (evidenciada na pesquisa de opinião do Instituto Vox Populi, figura 2.1, que fez uma comparação entre o índice de impopularidade dos quatro últimos presidentes) pode anular seus planos políticos futuros, caso sua impopularidade persista até o próximo pleito eleitoral:

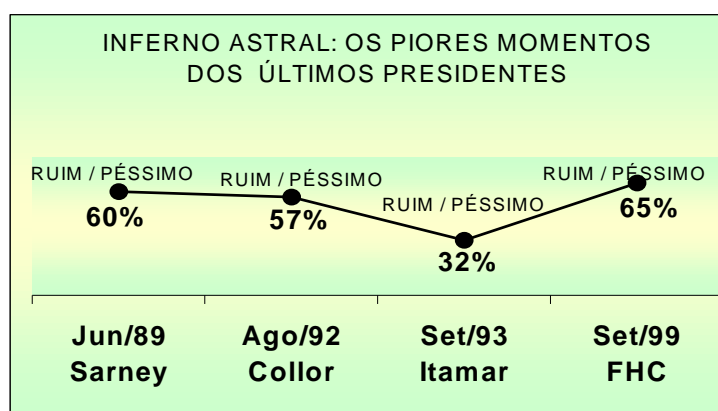


FIGURA 2.1 – BRASIL: OS PIORES MOMENTOS DOS ÚLTIMOS PRESIDENTES.

FONTE: Vox-Populi.  
Abdala, 1999, p.30.

“Embora se faça segredo, existe ainda no Planalto quem sonhe constrangido [ou não] com parlamentarismo, tendo como chefe de Estado o próprio Fernando Henrique. O chefe de governo seria escolhido nas forças que o apóiam. Se esse cenário vier a se revelar mais tarde tão improvável quanto parece hoje [com a elevada taxa de rejeição ao presidente evidenciada na pesquisa mencionada], a tendência dos integrantes da alta cúpula do governo seria aceitar o crescimento da esquerda [encabeçada por Lula que tem, segundo outra pesquisa encomendada pela revista Veja ao Instituto Vox Populi divulgada em 29/09/99, 31% da intenção de votos entre os eleitores pesquisados], ou do que passa por ela. Mas de preferência, em torno de um político como Anthony Garotinho, governador do Rio de Janeiro, também de centro-direita e muito mais palatável, aos olhos do Planalto, do que Ciro Gomes [do PPS que de acordo com a segunda pesquisa mencionada já conta com 23% da preferência contra

os 11% e 17% registrados respectivamente em abril e julho de 99] .” (Lima; Expedito Filho, 1999, p.36)

Essa pesquisa acabou corroborando o que Fiori (op.cit., p.94-195) escreveu em dois artigos publicados em 13/07/97 e 20/08/1997 na Folha de São Paulo e na revista Carta Capital respectivamente (republicados mais tarde no seu livro os Moedeiros Falsos):

“Como candidato único das forças conservadoras, contando com o apoio de quase toda imprensa e dos governadores, será difícil para o presidente Cardoso conseguir não se reeleger. O problema se complicará, entretanto, a partir da sua eventual reeleição. Com ela estará dada automática largada para corrida presidencial de 2002 e, mantendo-se as atuais projeções econômicas, os desequilíbrios externos e os custos sociais serão crescentes enquanto a governabilidade fiscal deverá ser decrescente durante seu segundo mandato. Neste contexto, sem qualquer programa de governo factível, corre o mesmo perigo que seus colegas Menem e Fujimori que, depois de vitoriosas reeleições, assistem impotentes a queda livre de sua popularidade. (...) É bastante provável que a esquerda tenha avanços expressivos em cima da insatisfação, mas a esquerda, se colocado o cenário da guerra santa da estabilidade versus o demônio, fica numa posição difícil. É por isso mesmo que 2002 já está posto na mesa. O lero-lero do parlamentarismo, na verdade, é a sucessão 2002.”

E ainda, segundo Fernandes (2000, p. 28-29):

“Fernando Henrique Cardoso, o presidente da República do Brasil, com a sutileza, sofisticação e dedicação que exige um amor secreto, começou a buscar o que deseja, o que quer: mais tempo, ainda mais tempo, no Poder. Parlamentarismo, é este o objeto do desejo, de ações múltiplas, sigilosas – nem sempre – de Fernando Henrique Cardoso. (...). O desejo e a busca em curso dizem respeito a um regime parlamentarista já para a sucessão de Fernando Henrique Cardoso, em 2002. [O desejo de FHC] veio antecedido, e seguido, de atos e fatos. (...). Alguns atos e fatos são deliberados, precisos, cirúrgicos, quando reunidos indicam o desejo, apontam o caminho, enquanto outros são trabalhados a partir do acaso, como sempre é na política e na vida. É longa, embora propositalmente dispersa e aparentemente desconectada, a lista de atos e fatos deliberados.

Os atos e fatos que o autor menciona são: a criação das agências Anatel (telecomunicação), Aneel (energia elétrica) e ANP (petróleo). Segundo Fernandes (Ibid., p.29): “agências são instituições de um regime parlamentarista.”; a montagem do bloco PSDB-PTB que derrubou o PFL como a 1ª bancada da Câmara; a missão de articular a reforma política delegada ao (“discreto e eficaz”) vice- presidente, Marcos Maciel; a reinstalação, em março de 2000, da comissão do parlamentarismo na Câmara. Além desses, o autor descreve outros fatos “aparentemente” sem interferência do Planalto:

“A seguir, fatos, outros, estes, obra do fortuito do acaso ... Quem sabe? Ainda assim, a administração de suas decorrências não escapam aos interesses de quem planeja manter o Poder. Não se fará aqui uma leitura utilitarista ante o verbo Nicéia contra o marido, Maluf, ACM, etc., etc., e seus desdobramentos (...). Mas, não sejamos ingênuos diante dos fatos que antecederam e se seguiram ao derrame verbal. É solar que Antônio Magalhães, queira ele ou não, saiu menor do episódio [Nicéia Pitta]. E

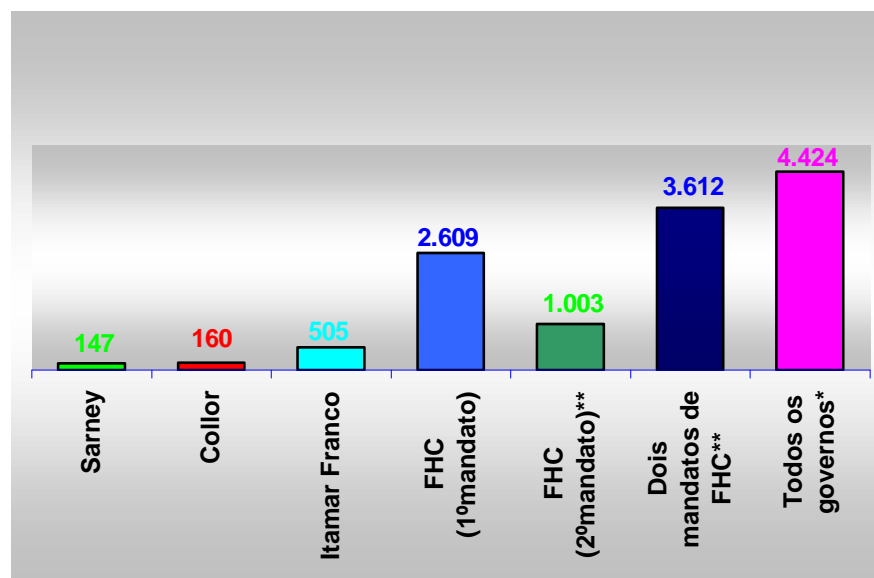
da mesma forma solar que, para decidir começar queimar sua pontes com Antônio Carlos – pontes antigas, extremamente sólidas e rentáveis – as Organizações Globo mediram o risco [ao fazer a entrevista exclusiva com a ex-primeira dama de São Paulo]; que não é pequeno (...). E o que pode ser, para Globo, maior do que os sólidos e antigos laços com Antônio Carlos Magalhães? O futuro parece ser maior. O Poder, os negócios do futuro, e do presente, valem o risco. (Ibid., p.32)

O autor concluiu:

(...) Fernando Henrique ama o Poder. Não se cansa de repetir aos convidados como gosta da vida no Palácio da Alvorada. O mobiliário é novo, muito confortável. Poltronas estilo Barcelona. E o closet? Todos aqueles ternos enfileirados... Com este, recebeu Bill Clinton. Com aqueles, passou dias com os chefes de Estado do G7, em Florença. (...) Fernando Henrique Cardoso ama o Poder. E quer mais. (Ibid., p.34).

Outra alternativa que se visualiza para FHC tentar ficar mais tempo no Planalto é o projeto de emenda constitucional nº 554-A, de 1997, que se votado na Câmara e no Senado vai alterar vários dispositivos da Constituição, um deles o art.14, parágrafo 5º da Constituição: *O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.* Neste parágrafo se for eliminada a frase: “*para único período subsequente*” permitiria FHC concorrer à Presidência novamente. Segundo Comparato (op. cit., p.22): “Não é a toa que o Presidente da República declarou-se (docemente constrangido, como é de seu feitio) favorável à proposição.”

Entretanto, estas duas alternativas para FHC tentar se fixar no poder depende do Congresso Nacional. Este, apesar de conter uma maioria expressiva favorável ao governo, têm um relacionamento difícil com o Executivo dada as divergências entre ambos, principalmente com o PFL, no que se refere a barganha de verbas e cargos públicos. Este difícil relacionamento do Presidente com o Congresso é demonstrado pelo papel de legislador que o primeiro vem ocupando, desde seu 1º mandato, através da edição e reedição de Medidas Provisórias novas (figura 2.2): “atualmente, o Presidente da República não se limita a exercer um poder absoluto apenas no ramo executivo do Estado: ele é também legislador, e dos mais prolíficos.” (Comparato, op. cit.:18):



<b>MPs novas</b>	125	87	141	160	42	202	555
<b>Média mensal de MPs novas</b>	7,1	2,8	5,2	3,3	3,8	3,4	4,1
<b>Reedições</b>	22	73	364	2.449	961	3.410	3.869

FIGURA 2.2- Brasil: Total de Medidas Provisórias novas e reedições (evolução por governo)

FONTE: Presidência da República

Madueño & Ulhôa, 1999, p. 06.

\*Desde a Constituição de 1988, que instituiu as MPs.

\*\* Até 02 de dezembro de 1999.

Se analisamos as edições de MPs novas por governo, separadamente, verificamos (na figura 2.2) que o governo FHC foi o que mais editou MPs novas. Nas reedições, o mesmo se destaca: de um total de MPs reeditadas em todos os governos (3.869), o de FHC participa com 88% do total (até 02/12/99). Só no seu primeiro mandato foram 2.449 reedições que superaram as reedições do governo Sarney, Collor e Itamar juntos. Essa posição de legislador tomada pelo Executivo provocou indignação em vários congressistas. Um deles, Antônio Carlos Magalhães, afirmou: “(...) Viver autoritariamente, para quem pregava a democracia, é intolerável.” (Madueño; Ulhôa, 1999, p.06). Para reverter essa situação, a Câmara aprovou, a contra-gosto do governo (em fevereiro de 2000) um projeto que limita a emissão e reedição de MPs pelo Executivo.

Por outro lado, o governo, para mudar sua posição de refém da maior bancada majoritária na Câmara, o PFL, articulou a formação de um bloco composto pelo PSDB-PTB (agora, maior bancada da Câmara) e outro composto pelo PMDB-PST-PTN (2ª bancada), que superaram o PFL (agora, 3ª bancada) na condição de maior partido da Câmara. Essa manobra foi importante para o governo, pois o PFL perde o direito de eleger os dirigentes das comissões técnicas, a indicação dos relatores para os projetos mais importantes (como

por exemplo, os projetos de emenda sobre o parlamentarismo e o da emenda 554-A) e a liderança na escolha do presidente da Câmara.

Todos esses esforços do presidente FHC, para manter-se no poder (assim como o de muitos presidentes da América Latina), visa sustentar (e dar continuidade ao que falta ser feito) o modelo econômico neoliberal instalado no país sob o patrocínio do FMI e do BIRD.

As tensões políticas e sociais pelas quais passaram o México e o Brasil, no final da década de 80 e na metade da década de 90, colocaram em perigo a viabilidade da implantação e sustentação do modelo econômico neoliberal orientado pelo FMI e o BIRD. Estes últimos chegaram a conclusão que um ambiente político favorável é indispensável para os propósitos já mencionados. Assim, o apoio desses órgãos a eleições fraudulentas (como no caso o México, em 1994), governos autoritários e aos projetos de reeleições de presidentes latino-americanos (a exemplo de FHC) foram (e são) estratégias necessários para implantar e sustentar seu programa econômico.

### 3 BASE TEÓRICA DOS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA NOS ANOS 90: CONSENSO DE WASHINGTON

A referência central dos planos econômicos atuais da América Latina é o Consenso de Washington. O Consenso de Washington tem como alicerce as idéias neoliberais. O neoliberalismo não é uma concepção nova, surgiu após a 2ª Guerra Mundial em contraposição ao Estado de Bem-Estar Social promovido pelas nações vencedoras: “(...), o neoliberalismo surgiu como uma doutrina que postulava um retorno ao passado, pré-crise de 1929, no qual a regulação econômica era feita, essencialmente, através do mercado e a exclusão social da maior parte da população era marca registrada.” (Filgueiras, 1997, p.14-15). E ainda: “[Neoliberalismo] resume o senso comum imposto pelas classes dominantes de nossa época que tem por base a idolatria ao mercado; demonização do Estado; exaltação da empresa privada; e o ‘darwinismo’ social de mercado, que aparece como desejável e eficaz” (Borón apud Cordioli, 1997, p.05-06).

O texto de origem do neoliberalismo é “O Caminho da Servidão”(1944), de Friedrich Hayek:

“a obra é um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, (...). O alvo de Hayek era o partido trabalhista inglês, que acabaria por vencer as eleições no ano seguinte. Pouco tempo depois, em Mont Pèlerin, na Suíça, Hayek reuniu célebres pensadores da época e ferrenhos adversários do Estado do bem-estar europeu e do New Deal norte-americano. (...). Ali se fundou uma sociedade, espécie de franco-maçonaria neoliberal, para combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes, e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.” (Para, 1997, p.28).

As idéias neoliberais<sup>6</sup> começaram a ser colocadas em prática no governo de Margareth Thatcher (Inglaterra-1979), Ronald Reagan (EUA-1980) e Helmut Kohl (Alemanha-1982)<sup>7</sup>. Posteriormente, todos os países do norte da Europa Ocidental (exceto a Suíça e a Áustria) seguiram o programa neoliberal. A adoção do modelo neoliberal está intimamente ligada ao colapso, no início da década de 70, do modo de produção fordista. O fordismo é concebido como um modo de organização da produção sustentado tecnologicamente pela

<sup>6</sup> Vale ressaltar que na implantação de uma política econômica neoliberal são levadas em consideração as características do país onde será aplicada. Isto significa que para torná-la aplicável um governo pode alterá-la, modificá-la ou acrescentar-lhe elementos, sem no entanto mudar sua essência: o favorecimento absoluto do capital em relação ao trabalho.

<sup>7</sup> O Chile foi um dos primeiros países a tentar ajustar, entre 1974-78, sua economia tomando como base as idéias neoliberais. Antecedendo, portanto, as experiências em outros países na década de 80. Foi tido por muito tempo como modelo a ser seguido pelo 3º Mundo. O Chile abdicou da industrialização e deu ênfase ao modelo agro-industrial exportador e ao livre mercado de capitais, mas com instrumentos de controle sobre sua entrada e saída.

2ª Revolução Industrial (fim do séc. XIX) e pelos métodos de produção Taylorista (tarefas e produtos padronizados, elevada especialização do trabalhador, separação entre o trabalho intelectual e trabalho manual), aplicado na indústria automobilística americana no início do século XX, onde o acréscimo da esteira rolante automatizada no interior da fábrica permitiu, entre outras coisas:

\* eliminar os tempos “mortos” dedicados ao transporte de matérias-primas e do produto de um posto de trabalho para outro, reduzindo dessa maneira os pontos de contatos entre trabalhadores e assim dificultando sua socialização no interior da fábrica;

\* facilitar a circulação das mercadorias na linha de montagem através da decomposição das mesmas em muitos elementos constitutivos;

\* especializar ainda mais os trabalhadores em uma única e repetitiva tarefa em consequência da total decomposição da mercadoria e do ritmo ditado pela esteira na linha de montagem;

\* produzir em grande escala (oferta em massa), com um grande nível de certeza sobre quanto o mercado consumirá (demanda em massa);

\* separar ainda mais a concepção e o planejamento do trabalho de sua execução;

\* alongar a jornada de trabalho pela concentração e intensificação do trabalho gasto.

Dessa maneira, a adoção do fordismo permitiu o surgimento de uma grande acumulação de capital, não mais através da apropriação da mais valia absoluta (extensão da jornada de trabalho) e sim da mais valia relativa, que nada mais é do que a intensificação do trabalho através da aplicação de novas técnicas de produção no ambiente de trabalho.

Além de ser um regime de acumulação, o fordismo representava também um modo de vida, já que a produção em massa requeria um mercado comprador certo e trabalhadores (também consumidores) adestrados de tal forma que até seu tempo livre e suas relações sociais são condicionadas pela lógica da produção fordista:

“(…) os novos métodos de trabalho são indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro. Na América a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para

controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem risse destas iniciativas (mesmo falidas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de ‘puritanismo’, estaria desprezando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance objetivo do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem.” (Gramsci apud Druck, 1999, p.36).

Mas a existência dos trabalhadores como consumidores efetivos dependia da disponibilidade de renda. Para tanto foi necessário distribuir parte dos ganhos de produtividade entre os trabalhadores. Esta distribuição foi concretizada por aumentos reais de salários que permitiu a “inclusão social de grandes parcelas da população, até então marginalizadas do consumo e dos direitos de cidadania.” (Filgueiras, 1997, p.16).

A distribuição do ganho capitalista estava inserida no contexto do pacto social que os capitalistas (coagidos pela ameaça ideológica do comunismo) foram obrigados a fazer com os trabalhadores. A existência deste pacto social deveu-se à crescente ameaça ideológica do comunismo no Ocidente:

“[o comunismo] (...) determinou uma reforma do capitalismo na direção do Estado do Bem-Estar Social. A mera existência do comunismo permitiu integrar em uma única geração o movimento trabalhista e seus programas de viés social e democrático.” (Hobsbawn, 1999, p.12).

E ainda,

“[O] pacto, (...), implicou pelo lado dos capitalistas, no reconhecimento dos sindicatos como legítimos representantes da classe trabalhadora e elemento essencial do processo de barganha salarial, inclusive com o direito à utilização da greve econômica. Pelo lado dos trabalhadores, o pacto exigiu um movimento sindical/trabalhista tendo por limite a ordem capitalista, através do reconhecimento e legitimidade dos capitalistas como detentores dos meios de produção e organizadores do processo produtivo.” (Filgueiras, 1997, p.16).

Posteriormente, já no início da década de 70, a crise do fordismo já se tornava evidente no campo micro e macroeconômico:

“Essa crise, (...), se evidencia, no âmbito microeconômico, pelo lento crescimento, ou mesmo queda, da produtividade do trabalho. Esta última decorrente do envelhecimento do paradigma tecnológico dominante e da crescente insatisfação dos trabalhadores com o padrão de gestão fordista, manifestada na elevação do grau de absenteísmo ao trabalho, na alta rotatividade da mão-de-obra nos empregos, no desinteresse generalizado pelo processo de trabalho, no crescimento no número de greves e na difusão de muitas outras formas silenciosas de protesto. Nessas novas



circunstâncias, a disputa distributiva entre lucros/salários tendeu a se agravar, manifestando-se, no plano macroeconômico, na elevação da inflação, uma vez que o capital, já não mais aceitando a elevação do salário real, começou a repassar aos preços dos produtos todo aumento de custo daí derivado. Além disso, a redução do crescimento dos mercados consumidores, motivada pelo esgotamento do processo de difusão do padrão de consumo americano, também se constituiu em uma das causas essenciais da crise, uma vez que levou à redução dos níveis de investimento. Do ponto de vista fiscal e do financiamento do Estado, a situação também se agravou, uma vez que a desaceleração do ritmo de crescimento econômico, por um lado, reduziu a capacidade de tributação do Estado, comprometendo, assim, as suas receitas; e, por outro, aumentou os seus gastos, em razão do crescimento do desemprego. O resultado final se expressou em crescente déficit público, que acabou pressionado pela elevação dos preços e terminou por solapar as bases de sustentação do ‘welfare state’.” (Ibid., p.17).

Outros fatores agravaram ainda mais a crise do fordismo: o fim da paridade do dólar com o ouro<sup>8</sup> em 1971, que levou à flutuação da taxa de câmbio e provocou desvalorizações competitivas e sucessivas entre as nações; a elevação em 1973 e 1979 dos preços do petróleo<sup>9</sup>; e a política americana do dólar forte<sup>10</sup>, posta em prática em 79, com o aumento da taxa de juros americana, que acabou desencadeando a crise da dívida externa, deflagrada, em 1982, com a moratória mexicana.

Para contornar esta crise, tanto os governos quanto os capitalistas chegaram à conclusão que a solução era aumentar a produtividade através da reestruturação do processo de trabalho, junto com investimentos elevados em setores de alta tecnologia (informática, biotecnologia, química, telecomunicações e etc.) aliada à liberalização dos mercados:

“Para fazer frente a esta crise o capitalismo articula e põe em cena um dupla solução: o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Estas duas estratégias constituem uma mesma processualidade. (...) como resolver a questão complexa da incorporação dos trabalhadores ao capitalismo de sua integração passiva e ao, mesmo tempo manter a capacidade acumulativa? Os teóricos – e práticos – do capitalismo reintroduziram uma velha alternativa: modificar a gestão e a tecnologia. É necessário mudar a política na produção: a gestão, o comando. Trata-se, obviamente, da obtenção da velha disciplina. E, via revolução tecnológica, buscar a possibilidade de ampliar a produtividade do trabalho. A recriação do trabalhador torna-se, novamente uma necessidade estratégica do Capital. Com as chamadas novas tecnologias passa a ser possível obter a disciplina, a incorporação ativa do trabalho vivo ao trabalho morto e

<sup>8</sup> O Tesouro americano era obrigado por lei a trocar dólares por ouro a taxa oficial de US\$35,00 a onça (aproximadamente 28,349 gramas) de ouro. Entretanto, essa cotação fixa permitia uma flutuação de 1% acima do dólar ou 1% para baixo.

<sup>9</sup> Entre 1952 e 1971 o barril de petróleo custava cerca de US\$ 4,00. Em 73 aumentou para US\$16,00 e em 82 já estava a US\$39,00.

<sup>10</sup> “a diplomacia do dólar forte’ foi uma decisão unilateral dos E.U.A. que, com sua política de juros altos, promoveu valorizações da ordem de 50%, entre 1980 e 1985, destinadas não apenas a fechar o balanço de pagamentos, mas também reverter a decadência da moeda americana no cenário mundial.” (Tavares; Fiori, 1993, p.29).

conseguir que o trabalhador vista a camisa da empresa. Fazê-lo desejar o capital. Para realizar essa tarefa faz-se necessária a introdução de tecnologias mais sofisticadas.” (Dias, 1998, p.03).

Dessa maneira: “Para responder à crise do fordismo, a difusão do modelo japonês [toyotismo] no ocidente assume um lugar central. No entanto, este é adaptado às realidades locais e nacionais, levando em conta os fatores econômicos, culturais e políticos.” (Druck, 1999, p.39). Esse modelo de produção permitiu consideráveis aumentos de produtividade e competitividade nas empresas japonesas, a tal ponto que começaram ameaçar a hegemonia econômica dos EUA a partir da década de 70.

A ruína econômica da ex-URSS e do Leste Europeu, na década de 80, resultaram no declínio ideológico do comunismo como sistema alternativo. Desta maneira, o grande capital pôde romper unilateralmente e sem receio o pacto social estabelecido desde o surgimento do fordismo e radicalizar ainda mais as formas de acumulação intensiva do capital. Sem a ameaça das idéias comunistas, e com a ajuda dos novos métodos de gestão do trabalho e da tecnologia, foi possível diminuir cada vez mais o número de trabalhadores no interior da fábrica e, conseqüentemente, ajudar os capitalistas a atingir um de seus principais desejos: impedir a dispersão de seus lucros através da quebra do poder dos sindicatos, já que o elevado número de desempregados acaba tornando inócua o principal instrumento de reivindicação dos trabalhadores - a greve.

As mudanças no âmbito do processo de trabalho permitiu elevar de forma extraordinária a lucratividade das empresas. Isto implicou no surgimento de um excesso inimaginável de liquidez de capitais. No entanto, como boa parte desse excesso não poderia ser reaplicado na produção, devido a retração da demanda e em razão do aumento persistente e contínuo do desemprego, a opção mais viável e lucrativa para os capitalistas foi direcioná-los para o mercado financeiro, já em processo de liberalização e globalização :

“O colapso do sistema Bretton Woods e a adoção do regime de câmbio flexível em 1973 foi o ponto de partida de uma instabilidade cambial e monetária crônica. As dificuldades crescentes de valorização do capital investido na produção em conseqüência da crise do padrão de acumulação vigente [o Fordismo] no pós-guerra resultaram no surgimento de uma elevada massa de capital – essencialmente lucros não-distribuídos e não-reinvestidos pelas empresas americanas – procurando valorização na esfera financeira, que passou a alimentar o mercado de

euromedas<sup>[11]</sup>. Esse contexto, somado à reciclagem dos petrodólares [os exportadores de petróleo depositaram seus ganhos<sup>[12]</sup> nos bancos dos países centrais elevando ainda mais a liquidez no sistema financeiro já que esses bancos saíram oferecendo volumosos empréstimos a juros baixos] e à estagflação nos países centrais, implicou um crescimento espetacular do euromercado e dos fluxos financeiros internacionais, principalmente daqueles direcionados aos países periféricos na forma de empréstimos (...).” (Prates, 1999, p.62).

A partir daí, o crescimento econômico de um país não é mais, necessariamente, sinônimo de elevação de empregos como em outras épocas: “A crise dos anos de ouro do capitalismo confirma uma nova fase do desenvolvimento da economia capitalista, que não mais possibilita a manutenção das formas tradicionais de pleno emprego como aquelas que foram estabelecidas no período 1945/74.” (Pochamann, 1995, p.43). Segundo esse autor, na década de 70, por exemplo, cada ponto percentual de crescimento do PIB brasileiro significava 0,40% de elevação do número de empregos, já entre 93 e 95 essa relação caiu para 0,13%. A atividade econômica nesse período cresceu cerca de 15%, enquanto o número de empregos aumentou somente 1,95%. (Pochamann apud Gonçalves; Barelli, 1996, p.08).

O FMI, BIRD e o BID (como representantes do grande capital internacional) passaram a pressionar os países, principalmente os subdesenvolvidos, para adotarem políticas de cunho neoliberal, para dessa maneira aumentar o leque de possibilidades de investimento e aplicações da crescente liquidez de capitais internacionais. O problema é que esses países

<sup>11</sup> Inicialmente, euromedas referia-se apenas aos dólares que eram transacionados na Europa (hoje, engloba outras moedas fortes como o marco alemão, iene, libra esterlina e etc). As transações desses dólares deram origem ao euromercado que representa um mercado privado entre os bancos. O exemplo a seguir mostra como funciona o euromercado: “uma empresa francesa recebe um cheque de US\$ 1 milhão como produto de exportação para o Brasil. Procura um banco francês (por exemplo, o Crédit Lyonnais) e pede para abrir uma conta em seu nome e em dólares na agência desse banco em Paris, no que é atendida. O Crédit Lyonnais deposita o cheque de US\$ 1 milhão em sua conta, em seu correspondente em New York (por exemplo, Citibank).” (Maia, 1999, p.241-242). Existem, portanto, duas contas para esses dólares: uma da empresa no banco francês e outra do banco francês no banco nova-iorquino. Tanto o banco francês como o de Nova York podem fazer empréstimos baseados na totalidade desses depósitos, já que não há encaixe obrigatório para esses dólares (na prática os bancos retém alguns dólares em caixa, no entanto, esta parcela é geralmente inferior àquela que os bancos centrais impõem aos encaixes obrigatórios). Segundo Chénais (1996, p.253-254): “Com o euromercado, créditos foram criados dentro de uma rede fechada de bancos ligados entre si pelo emaranhado de suas posições devedoras e credoras (...) em 1952, o mercado de eurodólares movimentava aproximadamente 2 bilhões de dólares; (...), às vésperas da alta no preço do petróleo em 1973, esse montante atingia 160 bilhões. A partir de 1973, a massa movimentada dobra a cada três anos até 1981, depois segue-se um período de estagnação, até retomar o crescimento, sob o impulso da liberalização monetária e financeira dos governos liberais.” De acordo com Moffitt (1984, p.65): “(...), o euromercado (...) se tornou o quartel-general do Sistema Financeiro Mundial. (...) é um enorme conglomerado de ‘dinheiro sem pátria’ - como coloca a Business Week - reunindo a impressionante soma de US\$2 trilhões.” E, ainda, segundo Maia (op. cit., p.243) o mercado de eurodólares em 89 já estava no montante de US\$ 2,7 trilhões, em 92 US\$ 5,8 trilhões e em 95 US\$ 6,7 trilhões.

<sup>12</sup> “O Tesouro americano estimou que entre 1974 e 1980 os países da OPEP colocaram cerca de US\$ 117 bilhões no euromercado e outros US\$11 bilhões em depósitos em bancos domésticos, ou seja um terço do excedente estimado da OPEP em dólares no período.”(Moffitt, op. cit., p.59).

apresentavam sérias dificuldades na economia devido ao processo inflacionário que, não raramente, levava a instabilidade política (um dos principais fatores de aversão dos investidores internacionais). Como a adoção de políticas de estabilização de caráter monetarista recomendada pelo FMI na década de 80 revelaram-se ineficazes, o BIRD, BID e o próprio FMI apoiaram o governo americano na realização de um seminário em Washington, em novembro de 1989, com o objetivo de discutir e sistematizar um novo modelo de estabilização econômica de natureza neoliberal “para o 3º Mundo”, que desse ênfase ao novo panorama internacional onde não existia mais barreiras ideológicas que pudessem impedir o fluxo contínuo de capitais e a busca de novos mercados lucrativos. Esse seminário teve a participação de executivos de governos, bancos e empresas privadas, cientistas políticos, acadêmicos e 11 representantes da Ásia, África, América Latina (inclusive o Brasil que foi representado pelo ex-ministro Bresser Pereira). Este seminário foi chamado por John Williamson (um dos seus membros mais importante) de “*Washington Consensus*”. Os dez mandamentos relativos às reformas exigidas da América Latina a partir do Consenso são explicitados abaixo, segundo o próprio Williamson (1992, p.44-45):

“(…) sugeri uma taxionomia de dez pontos relativos às reformas políticas exigidas da América Latina por ‘Washington’, ou seja, em primeiro lugar, o Banco Mundial, o FMI e governo dos Estados Unidos. Denominei isso de ‘consenso’ de Washington. (...), resumi minha taxionomia aqui.

1. **Disciplina fiscal.** Déficit orçamentários, devidamente medidos para incluir governos provinciais, empresas estatais e o banco central, devem ser reduzidos ao ponto de serem financiados sem o recurso do imposto inflacionário. Isso tipicamente implica um superávit primário (i.e., antes da adição do serviço da dívida aos gastos) de muitos porcentos do PIB, e um déficit operacional (i.e., o déficit descontado da parte dos juros que apenas compensam a inflação) de não mais de cerca de 2% do PIB.

2. **Prioridade dos gastos públicos.** A reforma política consiste em redirecionar os gastos de áreas politicamente sensíveis, que recebem mais recursos que seu retorno econômico justifica, como a máquina administrativa, defesa, subsídios indiscriminados e elefantes brancos, para áreas negligenciadas com alto retorno econômico e potencial para melhorar a distribuição de renda, como saúde e educação, e infra-estrutura.

3. **Reforma fiscal.** envolve o aumento da base tributária e o corte de taxas tributárias marginais para estimular incentivos e melhorar a igualdade horizontalmente, sem diminuir a progressividade já adquirida. A melhoria do controle tributário é um fator importante para o aumento da base dentro do contexto latino-americano. Juros tributários adquiridos sobre ativos no exterior (‘fuga de capitais’) deve ser outra grande prioridade para o aumento da base tributária nesta década.

4. **Liberalização financeira.** O objetivo final é uma taxa de juros determinada pelo mercado, mas a experiência já demonstrou que, dadas as condições de falta de confiança crônica, os juros determinados pelo mercado podem ser tão altos quanto

uma ameaça à solvência financeira de empreendimentos produtivos e do governo. Sob essas circunstâncias, um objetivo intermediário sensato seria o fim de juros privilegiados para devedores privilegiados e a obtenção de uma taxa de juros real positiva e moderada.

5. **Taxa de câmbio.** Os países precisam de uma taxa de câmbio unificada (pelo menos para fins comerciais) fixada em um nível suficientemente competitivo para induzir o crescimento rápido em exportações não-tradicionais, e gerenciada de tal forma que assegure aos exportadores que essa competitividade será mantida no futuro.

6. **Liberalização do comércio.** Restrições quantitativas devem ser rapidamente substituídas por tarifas e estas progressivamente reduzidas até atingirem uma tarifa uniformemente baixa, em torno de 10% (ou, no máximo, perto de 20%). Existem, contudo, alguma controvérsia sobre a velocidade com que as tarifas devem ser unificadas (com recomendações recaindo em uma faixa de três a dez anos) e se seria recomendável a desaceleração do processo de liberalização quando as condições macroeconômicas são adversas (recessão e déficits).

7. **Investimento externo direto.** Barreiras impedindo a entrada de firmas estrangeiras devem ser abolidas; as firmas estrangeiras e nacionais devem competir em pé de igualdade.

8. **Privatização.** Empresas estatais devem ser privatizadas.

9. **Desregulamentação.** O governo deve extinguir regulamentações que impeçam a entrada de novas firmas ou que restrinjam a competição e assegurar que toda regulamentação seja justificada por critérios tais como segurança, proteção ao meio ambiente ou uma supervisão prudente de instituições financeiras.

10. **Direito de propriedade.** O sistema judiciário deve garantir o direito de propriedade, sem custos excessivos, e torná-lo disponível ao setor informal.”

Em resumo, a solução do Consenso de Washington para que os países em vias de desenvolvimento, inclusive os ex-comunistas, estabilizassem suas economias inflacionárias era adotar as seguintes medidas:

\* Estabilização da economia com redução do déficit público e combate a inflação. Esta através de um processo, explícito ou não, de dolarização da economia e sobrevalorização da moeda nacional.

\* Reforma estruturais: privatizações (Estado mínimo), desregulamentação do mercado financeiro e abertura comercial.

\* Retomada dos investimentos estrangeiros diretos.

O combate à inflação através da dolarização da economia pressupõe algumas condições básicas:

1. “(...) é necessário que haja equilíbrio fiscal ou a recuperação de um mínimo de crédito público, de forma que o governo possa assegurar de forma convincente, que não financiará o Tesouro com emissão de moeda. O aumento da oferta de moeda só poderá ocorrer para compra de reservas cambiais, ou para atender a demanda de monetização da economia decorrente da estabilização.

2. (...) é necessário que o volume de reservas e as perspectivas de superávit comercial e de balanço de pagamentos garantam a conversibilidade. (...) O superávit no fluxo de capitais depende de uma taxa de juros interna positiva. Esta não precisa ser tão absurdamente alta (...), mas precisa ser claramente superior à taxa de juros internacional.

3. (...) É necessário que a economia já esteja dolarizada. Especialmente, é essencial que o indexador da economia já seja a taxa de câmbio, em vez dos índices de inflação. Em outras palavras, é necessário que seja a taxa de câmbio que determine a taxa de inflação, e não o inverso.” (Pereira, 1992, p.04).

Significa, nessa terceira condição, que os agentes econômicos já utilizariam o dólar como meio de troca e/ou reserva de valor e/ou unidade de conta. Isto acontece em decorrência de uma hiperinflação onde a moeda nacional acaba por perder duas de suas funções básicas: unidade de conta e a reserva de valor restando, apenas, a função de servir como meio de troca. Essa condição, dolarização informal, era pouco desenvolvida no Brasil devido a indexação da economia brasileira. Este obstáculo, como veremos adiante, foi contornado quando o governo criou um mecanismo para dolarizar indiretamente a economia.

A dolarização da economia é entendida como uma tentativa de atacar a crise hiperinflacionária no ponto mais sensível: a *desconfiança* dos agentes na moeda nacional. Eliminada as expectativas pessimistas dos agentes econômicos em relação à inflação, a paridade entre o dólar e a moeda nacional garante a estabilidade dos preços internos e torna a moeda nacional valorizada. Dessa maneira, segundo o Consenso, os preços internos estabilizam-se, promovendo o crescimento da economia através do aumento dos investimentos e consumo; ocorre também uma valorização dos salários, aluguéis e das rendas sem a indexação diária, diminuindo os conflitos distributivos; a economia nacional moderniza-se e pode inserir-se em melhores condições no mercado internacional; e por fim, as receitas do governo aumentam em decorrência do crescimento econômico.

A segunda medida do Consenso, as reformas estruturais (privatizações, desregulamentação dos mercados financeiro e abertura comercial) nada mais é do que a reestruturação do papel do Estado na economia. Tal medida tem como principal objetivo reduzir a interferência do governo nos diversos setores da economia (principalmente no financeiro e comercial). O Estado só deveria intervir na economia para garantir e manter as condições essenciais para

atrair e conservar os investimentos estrangeiros através de uma política de taxas de juros atrativas, redução dos impostos financeiros e etc.

A maioria dos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil e Argentina, a partir do final da década de 80, passaram a adotar as medidas acima patrocinadas pelo FMI e Banco Mundial. Antes da sistematização das idéias neoliberais em torno do Consenso de Washington, elas já estavam sendo adotadas no programa de estabilização mexicano. O sucesso dessa adoção tornou o México o protótipo do Consenso de Washington. No Brasil a adoção das propostas do Consenso começou no governo Collor, manteve-se (com menor prioridade) no governo de Itamar Franco e solidificou-se no de FHC após implantação do Plano Real.

O Programa de Estabilização Econômica brasileiro foi anunciado em 07/12/93 e foi implantado no 1º semestre de 1994 e tinha como base a idéia de que o surgimento da inflação brasileira devia-se ao excesso de demanda (inflação de demanda) ocasionada pelos elevados gastos do governo e a indexação dos preços e salários (inflação inercial). O Plano Real, como foi batizado posteriormente (inicialmente foi chamado de Plano Fernando Henrique por Bresser Pereira), foi dividido em 03 fases: Reforma ou Ajuste Fiscal, Criação da URV, Conversão da URV em Moeda (Real). Essas fases não foram concebidas para ter um seqüenciamento cronológico rígido (exceto a Criação da URV que teve começo e fim preestabelecido) por exemplo, o Ajuste Fiscal (como veremos adiante) começou antes da implantação do Plano de Estabilização e continuou sendo umas das prioridades do governo FHC, pelo menos no discurso.

### 3.1 PLANO REAL: 1ª FASE - REFORMA OU AJUSTE FISCAL

Inicialmente o governo pretendia que o ajuste fiscal fosse definitivo, ou seja acabar com o desequilíbrio financeiro e orçamentário do governo através da reforma tributária, fiscalização sobre os sonegadores e reestruturação da previdência social. Mas, a adoção destas medidas mostrou-se difícil, já que para sua implantação seria necessário a aprovação do Congresso Nacional e esta dependia de uma série de “negociações” entre o governo e os partidos. Para se ter uma idéia da dificuldade encontrada pelo governo, só em 15 de dezembro 1998 o governo conseguiu aprovar no Congresso as novas regras para aposentadorias dos trabalhadores públicos e privados. Já a reforma tributária até o presente momento ainda não foi sequer amplamente discutida e votada no Congresso, dada as divergências entre as propostas do Governo e dos agentes econômicos. A partir desta

dificuldade política o governo deixou de lado em 94 a solução definitiva para o déficit público (inflação de demanda) e concentrou-se no combate da inflação inercial de forma rápida.

Desta maneira, o combate aos indexadores da economia tornou-se essencial, deixando de lado o ajuste fiscal definitivo. Entretanto, o equilíbrio das contas do governo era um dos fatores principais para o sucesso inicial do plano, já que o seu desequilíbrio é provocado pela dívida interna que obrigava o governo brasileiro a emitir títulos públicos com vencimentos de curto prazo (normalmente 28 dias). Isso levava o governo a rolar a dívida emitindo novos títulos com taxas de juros mais elevadas. A solução mais coerente seria elevar os prazos de vencimentos destes títulos (nos países desenvolvidos estes tipos de títulos tem prazos de vencimentos normais em anos). No entanto, para não desagradar os possuidores (na maioria estrangeiros) dos títulos brasileiros o governo tomou as seguintes medidas para atenuar a dívida interna pública através do Programa de Ação Imediata (PAI), lançado em 14/06/93:

- \* corte de gastos públicos, através da redução nos investimentos em pessoal e nos orçamentos das empresas públicas, de cerca de US\$ 7 bilhões e 20% no crédito orçamentário nas áreas de educação, saúde, segurança pública e etc;
- \* aumento de alíquotas de todos os impostos e taxas federais em 5%;
- \* controle sobre os bancos estaduais e começo do saneamento dos bancos federais;
- \* reorientação das privatizações de maneira a dar mais destaque às vendas em moeda corrente ;
- \* renegociação das dívidas dos Estados e Municípios com a União;
- \* combate a sonegação fiscal;
- \* para não criar novas dívidas o governo proibiu a emissão de títulos públicos novos, no entanto a emissão dos mesmos seria permitida para rolar a dívida antiga;



\* criou um novo tipo de imposto incidente sobre a movimentação financeira, IPMF<sup>13</sup>, com duração prevista de um ano.

Em 07 de dezembro do mesmo ano o governo, dentro do Programa de Estabilização Econômica, criou o Fundo Social de Emergência (FSE), com fontes (mais de 4/5) originárias de receitas já existentes. O FSE foi concebido (no discurso) para amenizar os efeitos sociais negativos originados da adoção do plano. Na prática, entretanto, a criação deste imposto foi um instrumento que o governo utilizou para aumentar sua liberdade de ação dentro da gestão orçamentária de 1994 e 1995.

Estas medidas emergenciais em conjunto possibilitaram o surgimento de um superávit operacional de 1,3% do PIB em 1994. Em média o déficit operacional do governo brasileiro situou-se em 5,3% entre 86-89. Já entre 90-94, as contas públicas atingiram um pequeno superávit de 0,04% em média. Segundo Oliveira (op. cit., p.33):

“Mesmo depois de realizado um ajuste prévio mínimo, na Fase I, o esforço deve prosseguir paralelamente à condução das demais fases. (...), no governo FHC, as reformas da Constituição, bem como a continuidade e aceleração de outras reformas como da privatização, são cruciais para assegurar equilíbrio permanente das contas públicas, formando aquilo [reformas estruturais] que poderia ser considerado a Fase IV do programa de estabilização.”

### 3.2 PLANO REAL: IIª FASE - CRIAÇÃO DA UNIDADE REAL DE VALOR - URV

Como a indexação pelo dólar era pouco disseminada no país, antes da implantação do Real foi necessário reproduzir indiretamente a dolarização. Para isto a equipe econômica do governo brasileiro criou “um mecanismo inovador [a URV] que apenas encontra precedente na pouco conhecida experiência do rentenmark alemão nos anos 20.” (Franco, 1995, p.49). Na realidade, proposta semelhante foi discutida na época do Plano Cruzado.

O fundamento teórico da URV liga-se a *teoria da inflação inercial*. A partir dessa teoria foi possível compreender melhor a elevada e crônica inflação que se abatia na América Latina, em particular no Brasil, a partir da década de 70.

<sup>13</sup> O governo posteriormente prorrogou o IPMF com a modificação da letra inicial, passando a se chamar CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) até 98 e seria destinado a financiar os gastos com a saúde: “entretanto, os recursos gerados pela CPMF foram desviados de sua destinação pelo governo (...): dos 5 bilhões de reais gerados pela CPMF em 1997 somente 2,9 bilhões foram alocados ao Ministério da Saúde; enquanto ao exercício de 1998, supõe-se que o desvio chegue a 3,9 bilhões de reais.” (Neto, 1999, p.83). No presente momento o governo conseguiu ressuscitá-la por mais 36 meses através da aprovação de uma medida provisória que elevou sua alíquota de 0,2% para 0,38%. O governo já sinalizou para sociedade que pretende implantar definitivamente a CPMF no Código Tributário Nacional através da reforma tributária.

Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano ao tentarem explicar por que a inflação brasileira permanecia por muito tempo estável em patamares muito elevados<sup>14</sup>, independente da existência de demanda, diferenciaram os fatores que aceleram dos que mantêm a inflação. Todas as teorias<sup>15</sup> sobre inflação buscavam explicar por que ela acelerava-se. B. Pereira e Y. Nakano, diferentemente, concentraram-se nos fatores que mantêm a inflação num determinado patamar. Segundo eles:

“(...) a manutenção do patamar de inflação decorre do fato de que os agentes econômicos em seu esforço para manter sua participação na renda, e dado que os aumentos de preços são realizados defasadamente, não têm outra alternativa senão repassar aumentos de custos para preços, repetir no presente a inflação passada, indexar informalmente seus preços. A inflação inercial torna-se assim o resultado do conflito distributivo entre empresas, entre capitalistas, burocratas e trabalhadores para manter sua participação na renda. Através da indexação informal, realizada através de reajustes defasados, assíncronicos, os preços relativos vão sendo continuamente equilibrados e desequilibrados.” (Pereira, 1996 a, p.25).

De acordo com Oliveira (op. cit., p.25):

“a indexação funciona como uma espécie de morfina para um organismo econômico gravemente enfermo. Torna suportável os sintomas da doença sem contudo combater suas causas. E, o que é pior, transforma a indexação em vício arraigado o que, por sua vez, dificulta enormemente a política antiinflacionária, pois esforços para reduzir a inflação presente acabam sendo menos eficazes. Isto porque, mesmo quando o governo toma medidas que, de fato, podem reduzir o ritmo de crescimento dos preços no presente e futuro, vários preços relevantes da economia [salários, aluguéis, tarifas públicas e alimentos] continuam sendo reajustados de acordo com a inflação passada.”

Peculiarmente, no Brasil a indexação ou correção monetária não surgiu naturalmente, foi criada no meado da década de 60 pelo governo militar e curiosamente num contexto de queda inflacionária: nos governos que antecederam o golpe militar, entre 59 e 64, a inflação anual passou de 10% para 100%. “Depois do golpe militar, a forte repressão dos salários fez com que ela descesse para 20% em 1968, permanecendo nesse patamar até o primeiro choque do petróleo [em 73], quando subiu para 40%. Ali ficou, até 1979.” (Cardoso; Helwege, 1993, p.183).

<sup>14</sup> “Depois de ter estacionado no patamar dos 20% anuais do período 1967-73, a taxa de inflação sobe para a faixa dos 40% em 1974-78, dos 100% em 1977-82 e 200% em 1983-85.” (Paulani, 1997, p.164).

<sup>15</sup> “Os monetaristas afirmavam que a inflação era causada (acelerada) pelo aumento da quantidade nominal de moeda acima do aumento da renda; os keynesianos atribuíram-na ao excesso de demanda em relação a oferta agregada; os estruturalistas, a estrangulamentos na oferta e aos efeitos propagadores dos aumentos setoriais de preços; os administrativistas, ao poder monopolista de empresas, sindicatos e do próprio Governo, que eram capazes de impor choques constantes de preços os quais em seguida se propagavam para o resto da economia.” (Pereira, 1996 a, p.25).

Depois de definida e equacionada teoricamente surgiram duas propostas políticas de estabilização para combater a inflação inercial:

“A primeira alternativa foi o **congelamento de preços** acompanhado de tabelas de conversão dos preços para a média. Foi proposta originalmente por Bresser Pereira e Nakano (julho 1984) e por Francisco Lopes (agosto 1984). Nesta alternativa a coordenação dos reajustes de preços ocorria ao mesmo tempo em que o processo inercial era paralisado pelo congelamento transitório de preços. O choque era constituído pelo próprio congelamento e pela reforma monetária, através dos quais se desindexava a economia. A segunda alternativa – (...) que serviu de base para o Plano Real -, previa a **indexação total da economia [dolarização]** como estratégia de coordenação prévia dos aumentos de preços, acompanhada de uma reforma monetária na qual se procedia à desindexação (Arida, setembro 1983, outubro 1984, novembro 1984; Lara Resende, setembro 1984; Mesquita Neto, novembro 1984; Arida e Lara Resende, novembro 1984; e Francisco Lopes, dezembro 1984). Nesta segunda proposta haveria a coexistência transitória da moeda velha e de uma nova moeda, que seria indexada ao índice de inflação e tornada constante em relação ao dólar. O pressuposto é de a nova moeda tenderia a rapidamente expulsar a antiga.”(Pereira, 1994 a, p.130).

A adoção de uma ou outra proposta devia compor-se de duas ações básicas:

“a coordenação dos aumentos defasados de preço e, em seguida (ou ao mesmo tempo), a interrupção súbita (por choque, não gradual) do aumento inercial dos preços, em princípio através de uma reforma monetária que desindexava a economia.” (Ibid., p.130).

Devido a complexidade da segunda proposta, a primeira (congelamento de preços) prevaleceu nos planos de estabilização aplicados no Brasil a partir do governo Sarney (Plano Cruzado, fev/86, Plano Bresser, abr/87, Plano Verão, jan/89).

Com os sucessivos fracassos dos planos econômicos que recorreram ao congelamento de preços, os economistas, que estudavam a inflação inercial, começaram a articular um maneira de aplicar a segunda proposta (indexação total da economia) para debelar a inflação brasileira. Lopes (em 88) apresentou um plano onde a proposta principal era adotar uma nova moeda logo no início do processo: “Isto seria feito por meio da criação de uma nova moeda que seria indexada ao cruzeiro, mantendo a paridade fixa em ORTN<sup>16</sup> no primeiro dia de cada mês, e que conviveria por um certo tempo com a antiga moeda.” (Paulani, 1997, p.172). Posteriormente, em 92, Lara Resende apresentou uma proposta onde seria criada um currency board<sup>17</sup> e insistindo na existência simultânea de duas moedas plenas. Arida (em 93) “sugeriu replicar virtualmente o efeito de contratar através da criação de uma moeda indexada puramente referencial [um índice-moeda].” (Pereira,

<sup>16</sup> Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, título da dívida pública federal que variava mensalmente de acordo com os índices inflacionários oficiais.

<sup>17</sup> Sistema onde a taxa de câmbio é fixa e a nova moeda tem livre conversibilidade.

1994 a, p.131). Sendo que a paridade entre a moeda indexada e a moeda corrente seria fixada pelo Banco Central. A proposta de Arida prevaleceu, visto que a convivência com uma moeda virtual (a URV) com a moeda corrente (CR\$) era mais simples do que a de duas moedas com plenos poderes liberatórios:

“A diferença entre a proposta de uma moeda indexada e um índice-moeda – a URV que foi finalmente adotada – é pequena, mas significativa. No caso da moeda indexada, teríamos durante algum tempo uma dualidade efetiva de moedas, as duas com poder liberatório. Por outro lado, a reforma monetária seria feita no início do plano, ao invés de após a introdução do índice-moeda. Não haveria duas fases – a fase URV e a fase reforma monetária -, mas apenas uma fase na qual a moeda lastreada no dólar aos poucos iria substituindo a antiga moeda. Além dessas diferenças conceituais, há entretanto uma diferença essencial. O sistema de índice-moeda é mais simples do que o da convivência de duas moedas plenas. Provavelmente foi devido à complexidade da idéia inicial que Arida e Lara Resende, quando participaram da equipe do Plano Cruzado, não insistiram nela, e adotaram o congelamento de preços com tabelas de conversão. Esse era o modelo mais simples, que já havia sido provado em Israel em 1985 (e que teria novamente êxito no México, em 1987). Foi também devido aos recorrentes fracassos de planos de estabilização baseados em congelamento que afinal Arida e Lara Resende tiveram condições de fazer prevalecer sua idéia de uma moeda indexada, ou, mais precisamente um índice-moeda (...). (Ibid., p.131).

Segundo a equipe econômica do governo, bastava separar as funções básicas da moeda para criar uma moeda virtual (ou índice-moeda). No caso específico, a URV ficou com a função de servir como padrão de valor e unidade conta, enquanto o Cruzeiro Real ficava, apenas, com a função de servir como meio de pagamento. A moeda virtual passava, então, a ser indexada ao dólar.

A proposta brasileira de moeda indexada partiu da análise dos casos de hiperinflação clássicas da Alemanha (em 1923) e da Hungria (em 1946). Franco, particularmente, deu maior destaque a análise da experiência alemã<sup>18</sup> por ter sido, segundo ele, o mais bem

<sup>18</sup> “A explosão inflacionária na Alemanha em 1923 (em outubro desse ano, a inflação alemã atingiu seu maior pico: 32.400% enquanto a inflação média situou-se em 322% entre agosto de 1922 à novembro de 1923) levou os agentes econômicos desse país a se defenderem através da indexação. Entidades públicas e privadas passaram a emitir títulos indexados a diversas commodities como centeio, carvão, trigo, açúcar, cevada, ouro e outras mercadorias que tinham seus preços cotados em dólares no mercado internacional e, portanto, permaneciam com seus valores mais ou menos constantes ao longo do processo inflacionário. Os títulos não eram conversíveis nessas mercadorias. Elas serviam apenas para proporcionar um índice de preços pelo qual os títulos eram indexados, os pagamentos eram feitos em marcos com base na cotação diária da mercadoria de referência.” (Franco, op. cit., p.109). A aceitação desses títulos pelos agentes econômicos estimulou o governo alemão a combater o processo hiperinflacionário, através da emissão de um outro título indexado ao dólar, chamado de *rentenmark*:“(…), o governo simultaneamente trocava marcos [reishmark] por *rentenmark* a uma taxa de um trilhão por um, e ao mesmo tempo empregava suas reservas internacionais para intervir no mercado de câmbio e sustentar a taxa de 4,2 trilhões de marcos por dólar. Como resultado desse duplo ataque a taxa de câmbio ficou estabilizada, e como a dolarização transmitiu a estabilidade do câmbio para os preços domésticos, o processo inflacionário terminou em um só golpe.” (Franco, Ibid., p.109)

sucedido caso de moeda indexada. Segundo FHC, a análise dessa experiência foi importante, pois fundamentou as decisões tomadas na elaboração do Plano Real.

A URV foi instituída em 27/02/94 pela MP 434 e adotada em 1º de março de 94 (a URV, por decisão do BC, correspondia nessa data a CR\$ 647,50) com duração até 30 de junho do mesmo ano (a URV ou Real, nesse último dia de vida, valia CR\$ 2.750,00). Como a legislação brasileira proíbe o uso do dólar como indexador de preços, o governo brasileiro passou a utilizar os índices inflacionários para desempenhar essa função, já que os mesmos, historicamente, acompanham a variação da taxa de câmbio. O governo definiu a URV como um indexador contemporâneo, pois seu valor nominal era corrigido em um curto espaço de tempo e com base na melhor estimativa da inflação. Através de decreto, o Banco Central fixou o valor diário da URV:

“(...) a variação da expressão em cruzeiros reais da URV do primeiro dia ao último [dia útil] do mês (...) situar-se em um intervalo delimitado pela maior e pela menor variação mensal dos três índices mencionados [IPC-FIPE/USP 3ª quadrimestre, IPCA-E-IBGE, IGP-M-FGV].” (Decreto nº 1.066/94, art. 1º, parágrafo 1º apud Hornn, 1994, p.83).

A tabela reproduzida a seguir mostra as variações da URV, no último dia útil do mês e último dia do mês calendário, e dos índices de preços adotados pelo BC como parâmetros para fixação da mesma:

**TABELA 3.1**–Variação da URV e dos índices de referência  
març-jun/94 (%)

Índices	Março	Abril	Maior	Junho	Mar-Jun
URV					
Último dia útil	43,26	42,60	44,00	46,60	331,28
Mês-calendário	46,01	42,20	41,69	46,60	331,28
IPC-FIPE*	41,31	45,43	44,66	48,97	342,87
IPCA-E	43,63	41,25	44,21	44,65	323,20
IGP-M	45,71	40,91	42,58	45,21	325,10

FONTE: FGV, FIPE e IBGE

Hornn, 1994, p. 83.

\* refere-se à medida para terceira quadrimestre.

“Considerando os valores nos últimos dias úteis de cada mês, constata-se que a variação em cruzeiros reais da URV resultou sempre intermediária entre a menor e a maior das variações do índice de referência. No acumulado do período, a variação da URV foi inferior à do IPC-FIPE e maior do que as variações do IPCA-E e do IGP-M.” (Ibid., p.83).

No que se refere aos salários, estes foram compulsoriamente convertidos em URV, através da média dos salários reais pagos nos quatro meses anteriores a março de 94. Essa

conversão pela média gerou uma discussão, principalmente entre os sindicalistas, sobre as prováveis perdas dos salários com a conversão em URV. No entanto:

“As alegações quanto a perdas salariais viram-se enfraquecidas, pois este deixava patente que não era a conversão em URV, ou seja, a mudança de enunciado monetário nos salários, que produziria o desequilíbrio econômico mas o que ocorreria depois da conversão. (...) Apesar da retórica sindical e de espantosas estimativas de perdas, pareceu claro que a ocorrência destas dependeria da proteção que o novo sistema poderia oferecer ao salário no futuro, e nesse aspecto a defesa da nova proposta era muito mais fácil: os salários expressos em URV e pagos em cruzeiros reais tinham reajuste mensal pleno, como se fossem pagos em dólares, (...)” (Franco, op.cit., p.44)

Já os preços e contratos privados foram convertidos em URV gradualmente, pressionados pela conversão dos preços, tarifas e contratos públicos em URV. Vale ressaltar que os agentes privados, desde o anúncio do plano, já vinham praticando remarcações preventivas, intensificadas na mudança da Fase II para a Fase III devido ao receio por parte dos mesmos de um congelamento de preços.

Além da função técnica de alinhar os preços relativos da economia, a URV teve uma função política importante: o apoio político da maioria dos trabalhadores de renda mais baixa a FHC nas eleições de 94, visto que no início do plano real a renda das famílias sofreu um acréscimo considerável com o fim das perdas mensais provocada pela inflação.

### 3.3 PLANO REAL: IIIª FASE – CONVERSÃO DA URV EM MOEDA (REAL)

A efetiva mudança da moeda nacional de Cruzeiro Real para Real ocorreu em 1º de julho de 1994, com o valor de uma unidade do Real equivalendo a uma unidade do dólar (R\$1 = US\$1). Essa fase representou a adoção definitiva do dólar como âncora cambial onde a meta inicial do plano era não promover nenhuma desvalorização cambial no curto prazo, dessa forma toda moeda emitida deveria corresponder ao volume total de dólares depositados no Banco Central: “Nada menos do que 3,5 bilhões de cédulas e 3,8 bilhões de moedas antigas foram recolhidas e trocadas num território tão vasto quanto o do país, sem registro de maior dificuldades ou tumulto.” (Oliveira, op.cit., p.56)

A inflação a partir da implantação efetiva da nova moeda sofreu uma redução abrupta: em junho de 94, de acordo com todos os índices de preço existentes naquele período, estava acima dos 40% (tabela 3.2), já no mês de julho do mesmo ano os índices de preços acusavam inflação inferior a 8% (mesmo com a contaminação residual do cruzeiro real) e 1 ano após implantação do Real não ultrapassava a 2,66%.

TABELA 3.2 – Brasil: Índices de preço (%)

Período	IGP-DI	IGP-M	IPC-FIPE	IPC-r *	INPC
94/ jun.	46,60	45,21	50,75	---	48,24
jul.	5,47	4,33	6,95	6,08	7,75
ago.	3,34	3,94	1,95	5,46	1,85
set.	1,55	1,75	0,82	1,51	1,40
out.	2,55	1,82	3,17	1,86	2,82
nov.	2,47	2,85	3,02	3,27	2,96
dez.	0,57	0,84	1,25	2,19	1,70
95/ jan.	1,36	0,92	0,80	1,67	1,44
fev.	1,15	1,39	1,32	0,99	1,01
mar.	1,81	1,12	1,92	1,41	1,62
abr.	2,30	2,10	2,64	1,92	2,49
maio	0,40	0,58	1,97	2,57	2,10
junho	2,62	2,46	2,66	1,82	2,18

FONTE: Ministério da Fazenda: Plano Real - Balanço dos 12 meses do Real.

Brasil, 1997.

IGP-DI: Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro; IGP-M: Índice Geral de Preços do Mercado, da FGV; IPC-FIPE: Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Universidade de São Paulo (USP); IPC-r\*: Índice de Preços ao Consumidor do Real (deixou de ser apurado desde o dia 1º de julho de 1995); INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com a inflação caindo, ajudada pela abertura às importações, super safra de grãos (80 milhões de toneladas), câmbio estabilizado, congelamento dos preços e tarifas públicas, reservas cambiais (em caixa) elevadas em torno de US\$ 40,1 bilhões (tabela 3.4), houve um aumento extraordinário do nível de emprego (na média de 3,3% entre junho de 94 a abril de 95 segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE nas regiões metropolitanas, enquanto a taxa de desemprego nessas mesmas regiões e no período mencionado foram de 5,42% e 4,35% respectivamente) e do crescimento do consumo interno, principalmente da classe mais baixa, já que a corrosão inflacionária ou imposto inflacionário dos seus rendimentos desapareceram. Elevou-se, também, o crédito a pessoas físicas: “entre junho e dezembro de 1994, os empréstimos do sistema financeiro às pessoas físicas expandiram-se em nada menos do que 150%.” (Bacha, 1997, p.180)

O Plano Real nesse período criou uma combinação pouco vista de crescimento econômico acelerado com a queda da inflação:

“Evidentemente, só foi possível conciliar a forte expansão da demanda com sucesso na redução da inflação porque havia condições de assegurar expansão correspondente da oferta agregada. A elasticidade da oferta interna refletia a capacidade ociosa acumulada durante vários anos de recessão ou crescimento medíocre da economia.” (Batista Jr., op. cit., p.52).

O PIB brasileiro, em 94, cresceu 5,67% com o setor industrial evidenciando uma expansão de 7%, o agropecuário de 7,6% e do serviços 4% (essa taxa mais baixa deveu-se ao

desaparecimento temporário do ganho inflacionário que colaborava para o grande movimento de dinheiro no sistema financeiro). Comparado com o 1º trimestre do ano anterior o PIB do 1º trimestre de 95 cresceu cerca de 10,4% (indústria 14,3%, agropecuária 7,2% e serviços 8,3%). Na área fiscal a redução brusca da inflação criou um alívio para o equilíbrio das contas públicas. A receita fiscal líquida Federal aumentou 11,5% em 94 atingindo o valor de US\$ 63,2 bilhões (em 93 essa receita foi de US\$ 56,7 bilhões). Já no 1º semestre de 95 o Governo tinha a sua disposição uma receita acumulada de R\$ 41,8 bilhões. O superávit primário do Tesouro Nacional em 94 foi de US\$9 bilhões (aumento de 65% sobre o resultado de 93).

Em relação ao balanço comercial nesse período, o aumento das importações teve um impacto negativo na balança comercial com a entrada crescente de bens de consumo. As importações pularam de US\$ 25,26 bilhões (em 1993) para US\$ 33,08 bilhões (em 1994). E, em 1995, elas já estavam superando as exportações. A partir desse ano, as exportações não conseguiram superar as importações, revelando a tendência de saldo negativo, como mostra a figura 3.1. De acordo com Batista Jr. (op. cit., p.152) :

“A modificação mais drástica ocorreu na balança comercial, que passou de um superávit de quase US\$ 7 bilhões no primeiro semestre de 1994 para um déficit de US\$ 4 bilhões no primeiro semestre de 1995. A diminuição de US\$ 11 bilhões no saldo comercial, em questão de apenas um ano, não resultou de decréscimo das exportações, que continuaram crescendo moderadamente, mas da expansão excepcional das importações, que quase dobraram nesse período.”

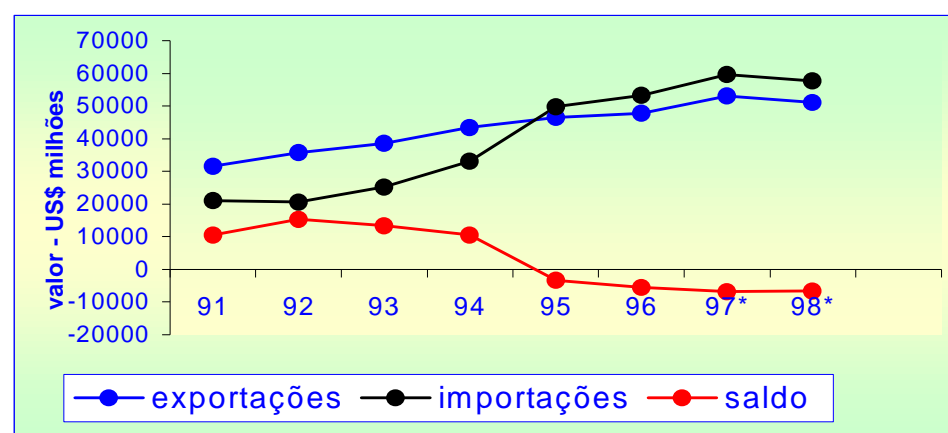


FIGURA 3.1 - Balança comercial brasileira em US\$ milhões - FOB\*\*- em 12 meses 1991-1998

FONTE: Boletim do Banco Central, v.35, nº12, p.140/148.

\* sujeitos à alteração.

\*\* Free on bord (livre a bordo) o exportador (vendedor) arca com todas as responsabilidades do deslocamento da mercadoria até o armazenamento dentro do navio. No entanto, o mesmo não paga o frete internacional. Este fica a cargo do importador (comprador).



Os formuladores da política econômica brasileira não se preocuparam muito com o aumento do déficit comercial, muito pelo contrário, achava-o essencial na medida que as importações mantinha os preços internos baixos. A cobertura do déficit comercial era feita via entrada de capitais externos que vinham crescendo desde o governo Collor. Sob a forma de investimentos diretos esses capitais aumentaram sua entrada no país de US\$ 170 milhões, em 91, para US\$ 2,8 bilhões, em 92. US\$ 6,2 bilhões, em 93, e US\$ 6,9 bilhões até setembro de 94. Já sob a forma de capital líquido (investimentos diretos mais novos empréstimos menos amortizações) de negativo em US\$ 4,1 bilhões em 91 passou para positivo em US\$ 25,3 Bilhões em 92, US\$ 9,9 bilhões em 93 e US\$ 14,5 bilhões até setembro de 94.

Além de financiar o crescente déficit comercial, a entrada desses capitais permitiu ao Banco Central acumular reservas cambiais, em torno de US\$ 43 bilhões (liquidez, tabela 3.4) até implantação do Real em julho de 94:

TABELA 3.4

Reservas internacionais no Banco Central-em US\$milhões – jan./1994 à dez./1995					
1994	Caixa*	Liquidez**	1995	Caixa*	Liquidez**
Jan	29.138	35.390	Jan	35.929	38.278
Fev.	30.525	36.542	Fev.	35.750	37.998
Mar	32.295	38.282	Mar.	31.530	33.742
Abr	35.082	38.289	Abr.	29.978	31.887
Mai	38.270	41.408	Mai	31.664	33.731
Jun.	40.131	42.881	Jun.	31.492	33.512
Jul.	40.317	43.090	Jul.	39.780	41.823
Ago	40.204	42.981	Ago.	45.776	47.660
Set.	40.873	43.455	Set.	46.614	48.713
Out.	40.441	42.845	Out.	48.231	49.694
Nov	39.531	41.937	Nov.	49.797	51.257
Dez	36.471	38.806	Dez.	50.449	51.840

FONTE: Ministério da Fazenda: Plano Real (Balanço dos 12 meses).  
Brasil, 1997.

\*Conceito operacional do BC, contemplando haveres prontamente disponíveis. Saldos em fim de período.

\*\*Agrega ao caixa os haveres representados por títulos de exportação e outros de médio e longo prazo.

Adicionalmente, na implementação do Plano Real o governo brasileiro definiu um conjunto de reformas estruturais. As reformas estruturais englobam: abertura comercial, privatizações, desburocratização, reformas constitucionais. A maioria dessas medidas já vinham sendo praticadas muito antes do governo FHC:

“(…), a agenda de reformas estruturais já estava colocada antes do governo Fernando Henrique ou de sua gestão como ministro da Fazenda em 1993. Coube à atual

administração continuar e aprofundar reformas como as da abertura e privatização e concretizar, sob a forma de propostas de revisão constitucional, modificações cuja urgência já vinha sendo apontada por vários analistas há alguns anos e cuja implementação, ainda que parcial, já vinha sendo feita desde o final dos anos 80.” (Oliveira, op. cit., p.77).

A abertura comercial foi iniciada no final dos anos 80 e intensificada a partir de 1990 no governo Collor. A tarifa média de importação de 51%, em 87, baixou para 32% em 90 e passou para 14% em 94. A liberação comercial foi importante, pois impedia que os agentes domésticos praticassem preços abusivos com os similares importados. Em muitos casos a indústria nacional baixou severamente os preços de seus produtos para enfrentar a concorrência externa:

“(…) A liberação comercial ocorrida durante o período 1990-1994 [foi crucial] (...) para o sucesso do programa de estabilização iniciado em 1994. Note-se que não bastaria reduzir de maneira abrupta as alíquotas de importação por ocasião do Plano Real, pois a reação dos agentes é demorada. Foi preciso ter montado um segmento importador no país com infra-estrutura de serviços e distribuição de importados para que a concorrência externa pudesse ser eficaz em momentos críticos da implementação do Real; este processo que demanda tempo germinou ao longo dos anos de abertura a despeito da instabilidade do quadro macroeconômico.”(Ibid.,p.80).

A privatização no Brasil começou no governo de João Figueiredo (1979-1985). Entretanto, em seu governo e no de José Sarney (1985-1989) ela foi concebida apenas para reprivatizar as empresas que haviam sido absorvidas pelo governo em situação falimentar. Só a partir do governo Collor a privatização ocupou papel central. Os setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes foram o alvo central das privatizações em seu mandato, e posteriormente no de Itamar. Este último, apesar de ter dado continuidade as privatizações do governo anterior sua intensidade diminuiu, além de impôr o uso maior de moeda corrente nas vendas. O programa de privatização só voltou a ter papel central na política econômica a partir do governo Fernando Henrique Cardoso. Durante seu mandato outros setores fizeram parte do cronograma de privatização: serviços públicos, setor financeiro, energia elétrica, telecomunicação e transportes.

Outra medida importante no conjunto das reformas estruturais é o programa de desregulamentação lançado em 1990 durante o governo Collor. O objetivo central deste programa era desburocratizar as atividades econômicas. Apesar de avançar menos que as privatizações, o governo FHC tornou o programa mais abrangente: a desregulamentação não tratava apenas da redução do excesso de formalidades exigidas pela administração pública, mas também da mudança do aparato regulatório da atividade econômica.

Como aplicação das medidas mencionadas como reformas estruturais esbarravam, muito vezes, na Constituição, foi necessário colocar também em pauta a mudança desta para

viabilizar as reformas. Assim, as reformas Constitucionais (da previdência, administrativa e tributária) foram concebidas para permitir a abertura comercial, as privatizações e a desregulamentação da economia.

Divergindo apenas em alguns pontos, tanto o programa de estabilização brasileiro, como o mexicano, o argentino e de muitos outros países subdesenvolvidos foram implantados como o mesmo conteúdo: âncora cambial, abertura comercial e financeira e privatizações. Com a homogeneidade da política econômica em torno dessas medidas, é natural que os programas de estabilização atuais praticados em outros países subdesenvolvidos apresentem traços semelhantes com o Plano Real. Entretanto, há diferenças fundamentais na concepção dos programas dada as circunstâncias políticas, sociais e econômicas de cada país.

Segundo Oliveira (Ibid., p.119): “os casos comparáveis ao Brasil na América Latina pelo tamanho, grau de industrialização e problemática macroeconômica são, de fato, México e Argentina.” Concentrando-se no México, seu programa de estabilização neoliberal começou bem antes (em dezembro de 1987) da ordenação das idéias neoliberais em torno do Consenso de Washington. Entretanto, há dois períodos distintos e relevantes que antecederam a execução completa de seu programa de estabilização:

#### 3.4 PERÍODOS ANTERIORES AO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO MEXICANO

##### 3.4.1 1º Período: 1982-1984

O México, da mesma forma que a maioria dos países, sofreu com o fim do padrão-ouro e as crises do petróleo da década de 70. A inflação mexicana, assim como a de outras economias latino-americanas (a exemplo do Brasil e Argentina), começou elevar-se continuamente a partir daquela década. No entanto, ela disparou de maneira marcante no final da década de 70 e ao longo da década de 80 com a elevação das taxas de juros americanas a partir de 1979, como mostra a tabelas 3.5. A elevação dessas taxas foi acompanhada pelo aumento das taxas dos demais emprestadores de capitais. Isto acabou aumentando o serviço da dívida externa de todos os países devedores. A dívida externa mexicana que em 1980 estava em torno de US\$ 40 bilhões, passou para US\$ 90 bilhões, em 82.

TABELA 3.5  
Evolução da inflação anual no Brasil, México  
e Argentina: preços ao consumidor 1986-1996

Ano	BRASIL	MÉXICO	ARGENTINA
	Variação % (*)	Variação % (*)	Variação % (*)
1980	99,2	29,8	87,6
1981	95,6	28,7	131,3
1982	104,8	98,8	209,7
1983	164,0	80,8	433,7
1984	215,3	59,2	688,0
1985	242,2	63,7	385,4
1986	75,5	105,7	81,9
1987	394,6	159,2	174,8
1988	993,3	51,7	387,7
1989	1.863,6	19,7	4.923,8
1990	1.584,4	29,9	1.343,9
1991	475,8	18,8	84,0
1992	1.172,0	11,9	17,5
1993	2.497,60	8,0	7,4
1994	929,3	7,1	3,9
1995	24,8	48,5	2,1
1996	19,5	21,4	2,4

FONTE: Oliveira, 1999, p.122.

(\*) variação de dezembro a dezembro.

O México, em particular, tentou reverter essa situação com a descoberta de enormes reservas de petróleo<sup>19</sup>, que transformou-o de importador em exportador dessa matéria-prima. O governo, baseado nessa riqueza (e considerando o México com um país diferente dos demais latino-americanos), continuou com sua política fiscal expansionista: na primeira metade da década de 70 o déficit público já atingia 8% do PIB. Esse déficit era financiado com os empréstimos externos, que acabou levando a dívida externa pública de US\$ 6,5 bilhões, em 1971, para US\$ 15,7 bilhões em 1975. Para piorar, o cenário internacional no início da década de 80 era de altas taxas de juros e recessão. Esta última acabou derrubando os preços do petróleo e, conseqüentemente, as receitas mexicanas dessa matéria-prima. Entretanto, confiante no volume das reservas de petróleo, o governo mexicano continuou com os déficits elevados: “entre 78 e 81 o mesmo passou de 5,7% para 9,8% do PIB, respectivamente, e em 1982 já atingia 18% do PIB.” (Landau, 1991, p.07). “O déficit operacional (receitas - despesas incluindo os juros) médio dos anos 80 registrou 2,6%, chegando a atingir 10% e 5,5% em 1981 e 1982 respectivamente.” (Oliveira, op. cit., p.129). Poucos deram importância aos dados estatísticos e econômicos do México. A maioria dos agentes financeiros internacionais acreditavam que o México representava um reduzido risco financeiro. Todavia, em meados de agosto de 1982 uma delegação

<sup>19</sup>Em 1975 as reservas de petróleo consistiam em apenas 6 bilhões de barris. Em 1978, entretanto, já atingiam 40 bilhões, chegando a 70 bilhões de barris, em 1982.

mexicana apavorou o mercado internacional ao comunicar ao Secretário do Tesouro Americano que o México não tinha como honrar suas dívidas. Estava declarada a moratória mexicana que desencadeou uma crise em torno da América Latina e outros países subdesenvolvidos, quando os banqueiros internacionais cortaram os empréstimos e passaram a exigir o pagamento dos débitos em atraso. A partir dessa crise, o presidente Miguel de La Madrid (1982-1987), juntamente com a equipe do Ministério da Programação e do Orçamento, encabeçado por Carlos Salinas e assessorados pelo FMI, promoveram uma política de ajuste externo com ênfase na redução do déficit público e organização das finanças do estado.

Graças a redução muito forte dos gastos públicos (principalmente na área social), aumento de arrecadação, enxugamento das empresas do estado, o déficit primário (gastos totais - receitas totais sem inclusão dos pagamentos de juros) “passou de 3,9% do PIB em 82 para um superávit de 4,7% do PIB em 1987.” (Landau, op.cit., p.08). Em relação as contas externas houve uma recuperação significativa das contas externas: em 82 o saldo da conta estava em US\$ - 4,9 bilhões, já em 83 o saldo foi positivo em US\$ 5,3 bilhões. Com a reversão do saldo em conta corrente as reservas internacionais sofreu um acréscimo considerável: de US\$ 4,8 bilhões em 82, passou para US\$ 4,9 bilhões em 83 e US\$ 8,13 bilhões em 1984.

Esse ajuste externo (que provocou a elevação significativa do volume das reservas) foi importante, pois permitiu o governo mexicano obter sucesso no combate inflacionário ao longo do Programa de Estabilização implantado em dezembro de 1987. Neste período o processo inflacionário começou a ser revertido: em 82 a inflação que foi de 98,8% passou para 59,2% em 1984.

#### **3.4.2 2º Período: 1985-1987**

Com a concepção de que:

“(...) o crescimento seria melhor atingido com orçamentos sensatos, baixa inflação, desregulamentação dos mercados e liberação do comércio [em1985] (...) o governo de La Madrid começou a adotar essas medidas neoliberais, sobretudo através da liberalização radical do comércio do México: cortaram-se as tarifas e reduziu-se de forma drástica a lista de importações que dependiam de licenças prévias. O governo iniciou a venda de algumas empresas de sua propriedade e abrandou a severidade das normas referentes ao controle externo das empresas no país.” (Krugman, 1999 a, p.66).

Contudo, este período foi caracterizado também por alguns problemas internos e externos: o primeiro, em 1985, foi um terremoto que causou sérios danos na capital mexicana, obrigando o governo a elevar os gastos públicos na área social. Já em 1986, o preço do petróleo caiu drasticamente no mercado internacional. A receita de petróleo de US\$ 14,7 bilhões, em 85, despencou para US\$ 6,3 bilhões, em 1986. Para piorar, em 1987, houve uma queda nas principais bolsas de valores internacionais que acabou provocando um ataque especulativo contra o peso e por conseguinte uma saída maciça de capitais. Saída agravada pelo grande pagamento de amortizações referentes à dívidas externas do setor privado mexicano.

Nestas condições, o governo mexicano foi obrigado a deixar de lado o combate à inflação e aplicar uma desvalorização na moeda para tentar recuperar o equilíbrio nas contas externas. Essa medida foi eficaz, pois provocou no final de 1987 um acúmulo de reservas de US\$ 1,7 bilhões. Entretanto, em dezembro desse ano, a variação mensal da inflação atingiu 14,8%, elevando a taxa anual para 159%. Para piorar, nas projeções para 1988, a inflação situava-se em torno de 200%. Para reverter essa situação o governo (ainda em dezembro de 87) lançou o Pacto de Solidariedade Econômica a ser negociado entre empresas, trabalhadores e governo:

“Em 15 de dezembro de 1987, o governo mexicano, com a colaboração dos sindicatos e de entidades empresariais, adotou um amplo programa de estabilização de cunho heterodoxo, cuja meta era reduzir rapidamente a taxa de inflação. (Ros, 1997, p.79).

### 3.5 O PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO MEXICANO

Os principais instrumentos do Pacto de Solidariedade Econômica (ou Pacto de Estabilidade e Crescimento):

1. Política de rendas: desindexação (ou realinhamento) e congelamento dos salários, preços, tarifas públicas e câmbio;
2. Política monetária e fiscal restritiva;
3. Intensificação do programa de liberalização do comércio exterior, iniciado em 1985.

O quadro a seguir explicita os pactos ou acordos negociados entre os agentes econômicos mexicanos. Vale ressaltar que o governo mexicano, naquele período, tinha o controle de

todas as entidades de classes, de maneira tal que os “acordos” entre os empresários e trabalhadores não foram diferentes das metas preestabelecidas pela política oficial.

**QUADRO 3.1 – México: Fases do Pacto de Solidariedade Econômica**

<p><b>FASE 1. PACTOS BIMESTRAIS</b></p> <p><i>Dez/87 a fev/88:</i>  <b>PREÇOS, SALÁRIOS, TAXA DE CÂMBIO E MEDIDAS FISCAIS</b>  Desvalorização de 18% em 14 de dezembro, seguida de uma depreciação gradual até fins de fevereiro;  Aumento de 15% para o salário-mínimo, seguido de mais 20% em janeiro. Revisão mensal de acordo com a inflação prevista;  Realinhamento dos preços públicos;  Acordos sobre controle de preços para produtos básicos e sobre manutenção de preços para produtos agrícolas em seu nível real de 1987;  Redução da tarifa máxima de importação de 40% para 20%, e da tarifa média, de 22,6% para 13,1%;  Extensão da eliminação de licenças para importação de bens de consumo;  Eliminação de subsídios (exceto à agricultura) e do incentivo à desvalorização acelerada;  Redução do gasto programável em 1,5% do PIB.</p> <p><i>Março/88-abril/88:</i>  <b>PREÇOS, SALÁRIOS, TAXA DE CÂMBIO</b>  Estabilidade de preços públicos;  Taxa de câmbio fixa – valor igual ao registrado em 29.02.88 = 2,257 pesos por dólar;  Aumento de 3% dos salários seguido de congelamento.</p> <p><i>Abril/88-maio/88:</i>  <b>PREÇOS, SALÁRIOS, TAXA DE CÂMBIO E MEDIDAS FISCAIS</b>  Preços e tarifas públicas permanecem constantes;  Previsão de peso fixo até 31 de maio;  Salários ainda congelados.</p> <p><b>FASE 2. PACTOS TRIMESTRAIS</b></p> <p><i>Junho/88-agosto/88</i>  <b>PREÇOS, SALÁRIOS E TAXA DE CÂMBIO</b>  Estabilidade de preços e tarifas públicas;  Câmbio fixo;  Salários fixos.</p> <p><i>Set/88-dez/88</i>  <b>PREÇOS, SALÁRIOS E TAXA DE CÂMBIO E MEDIDAS FISCAIS</b>  Acordo de redução dos preços privados em 3%;  Câmbio fixo;  Salários fixos;  Redução do imposto sobre o valor agregado, de 6% para zero, para alimentos processados e remédios. Redução de 30% no Imposto de Renda para pessoas com rendimentos inferiores a quatro vezes o salário-mínimo;</p> <p><b>FASE 3. PACTOS SEMESTRAIS</b></p> <p><i>Jan/89-jul/89</i>  <b>PREÇOS, SALÁRIOS E TAXA DE CÂMBIO</b>  Fixação de preços públicos importantes para a cesta básica;  Manutenção do nível real de preços mínimos da agricultura;  Desvalorização do peso em 1 peso ao dia (16% ao ano);  Redução da dispersão nas alíquotas de importação.</p> <p><i>Ago/89-março/90</i>  <b>PREÇOS, TAXA DE CÂMBIO E OUTRAS</b>  Preços controlados com revisão caso a caso;  Estabilidade de preços públicos;  Desvalorização do peso em 1 peso ao dia (16% ao ano);  Aceleração da desregulamentação.</p> <p><b>FASE 4. PACTOS ANUAIS</b></p> <p><i>Jan/90-dez/90</i>  <b>PREÇOS, SALÁRIOS E TAXA DE CÂMBIO</b></p>
--

Ajustes dos preços públicos;  
Desvalorização do peso em 80 centavos de peso ao dia (11% ao ano);  
Ajuste do salário mínimo de acordo com a inflação prevista;

**Dez/90-dez/91**

**PREÇOS, SALÁRIOS E TAXA DE CÂMBIO E MEDIDAS FISCAIS**

Ajuste dos preços públicos.  
Revisão de preços privados caso a caso.  
Ajuste do salário mínimo de acordo com o poder de compra.  
Desvalorização do peso em 40 centavos de peso por dia (5% ao ano).

**Dez/91-dez/92**

**PREÇOS, SALÁRIOS E TAXA DE CÂMBIO E MEDIDAS FISCAIS**

Ajuste de preços públicos;  
Revisão de preços privados caso a caso;  
Ajuste do salário mínimo para manter o poder de compra;  
Regime banda cambial com o teto crescendo a 20 centavos por dia (2,3% ao ano).  
Redução no imposto sobre o valor adicionado de 15% para 10% .

**Dez/92-dez/93**

**PREÇOS, SALÁRIOS E TAXA DE CÂMBIO E OUTRAS**

Aumento em eletricidade e gasolina;  
Ajuste salarial de acordo com a meta inflacionária mais produtividade;  
Teto da banda desvalorizada a 40 centavos de peso por dia (4,6% ao ano);  
Medidas adicionais de desregulamentação.

**Dez/93-dez/94**

**PREÇOS, SALÁRIOS E TAXA DE CÂMBIO E OUTRAS**

Teto da banda cambial desvalorizada a 40 centavos de peso por dia (4,6% ao ano);  
Ajuste salarial de acordo com a meta inflacionária (5%) mais produtividade;  
Redução de imposto para 34% ;  
Incentivos fiscais para investimentos.

FONTE: Oliveira, 1996, p.131/132 e Ros, 1997, p.80-81.

Assim como no caso brasileiro, o centro do programa de estabilização mexicano foi a taxa de câmbio, entretanto, a coordenação e controle dos principais preços da economia foram importante para aliviar as expectativas inflacionárias. O sucesso desse programa evidenciou-se, claramente, com a redução da inflação: de 159%, em 87, foi reduzida para 51,7% em 88, 19,7% em 89 e em 1994 já havia caído para 7,1%:

TABELA 3.6  
México: Indicadores Macroeconômicos/ 1985-1994 (%)  
Taxa de crescimento anual

Ano	PIB	Preços	Déficit conta corrente	Déficit balança comercial
1985	2,6	64	-1,3	-5,1
1986	-3,8	106	0,4	-3,9
1987	1,9	159	-2,7	-6,1
1988	1,2	52	1,1	-1,5
1989	3,3	20	2,6	2,7
1990	4,4	30	2,7	1,1
1991	3,6	19	4,6	3,2
1992	2,8	12	7,2	5,5
1993	0,6	8	6,2	4,3
1994	3,7	7	6,9	5,1
1995	-6,9	52	nd	nd

FONTE: Banco do México, Indicadores Econômicos, vários números; Banco do México, relatório anual, vários números (para superávit operacional)

Ros, 1997, p.78.

\* Índice Nacional de Preços ao Consumidor (fim de ano).



O plano de estabilização mexicano, assim como o brasileiro, foi muito eficiente na redução da inflação. De 89 a 91 houve uma recuperação do crescimento com taxas superiores a 3% anuais, e uma expansão dos investimento e do consumo privado. De acordo com Ros (1997, p.85):

“o apoio externo ao programa, proporcionado pelo acordo de redução da dívida externa em 89 [Plano Brady<sup>20</sup>], e a virada na conta de capital do balanço de pagamentos a partir desse ano, permitiram que a política cambial desempenhasse papel-chave na consolidação da estabilização, apesar dos crescentes déficits em conta corrente gerados pela recuperação econômica com defasagem cambial crescente.”

Em 1992, o déficit na conta corrente atingiu 7% do PIB, nível semelhante aos que precederam a crise da dívida de 1982. Diante dessa situação, o governo optou por frear o crescimento da economia. Mas, como veremos adiante, o México continuou com o déficit na conta corrente orientado pela *tese do consentimento de adultos*.

---

<sup>20</sup> “O denominado Plano Brady foi mais um sentimento do que um verdadeiro plano – o discurso de Brady [Secretário do Tesouro Americano] resultou de intrigas burocráticas, (...), durante as quais os especialistas que dispunham do conhecimento técnico necessário à elaboração de um projeto viável de alívio da dívida foram mantidos no escuro, pelo receio de que levantassem objeções. Mas a situação proporcionou aos mexicanos (...) a imprescindível abertura. Em poucos meses, haviam preparado um esquema funcional, que acabou substituindo boa parte da dívida pendente por títulos Brady de valor nominal mais baixo. O alívio geral para o México decorrente dessas negociações foi modesto [abatimento de 1/3 da dívida bancária de longo prazo, ou seja 1/6 da dívida total. O México cancelou aproximadamente 1,5 bilhões de dólares da sua conta de juros], mas representou um ponto de inflexão psicológico. (...) a dívida deixou de ser uma questão de política interna. Nesse ínterim, os investidores externos, que evitavam injetar fundo no México, com o receio de caírem numa armadilha, encararam as negociações como o ponto final daquela fase, e se dispuseram a aplicar dinheiro novo. (...) um ano depois do acordo Brady, transformara-se a situação financeira do México.” (Krugman, 1999 a, p. 67-68).

#### 4 CAUSAS IMEDIATAS DA CRISE MEXICANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO PLANO REAL.

O México, após seis anos de relativa estabilidade econômica, nem bem saboreava sua posição de mais novo membro do NAFTA e da OCDE<sup>21</sup>, foi obrigado a desvalorizar o peso em 20 de dezembro de 1994, diante da incontrolável saída de capitais:

“O México, melhor aluno do FMI, queridinho de Wall Street e dos jornais mais respeitados do planeta, prova viva de como a receita econômica neoliberal pode abrir as portas do Primeiro Mundo, transformou-se da noite para o dia num leproso internacional, (...). Noite para o dia não é força de expressão: o mito do México moderno e em marcha acelerada para o progresso desmoronou, literalmente, numa noite, a de 19 para 20 de dezembro de 1994, com a abrupta decisão do governo do presidente Ernesto Zedillo de desvalorizar a moeda nacional, o peso, diante do incontrolável esvaziamento das reservas nacionais. A decisão foi um verdadeiro atestado de falência do país, provocou um ataque de nervos nos investidores estrangeiros e inaugurou a pior recessão da história do México.” (Fuser, op. cit., p. 158).

A primeira vista, a falência do México ocorreu devido a perda constante de suas reservas cambiais (provocada pelo alto déficit nas transações correntes), elevação das taxas de juros americanas e instabilidade política e social.

A abertura comercial indiscriminada, aliada a valorização do peso, resultou no sucateamento de boa parte do parque produtivo mexicano e num elevado déficit na balança comercial e no saldo das transações correntes: durante os seis anos do governo Salinas (1988-94) as exportações passaram de US\$ 20 bilhões, no ano, para US\$ 32 bilhões, enquanto isso as importações de US\$ 19 bilhões, no ano, aumentaram para US\$ 55 bilhões. Nesse mesmo período o déficit na conta corrente acumulou US\$ 109,8 bilhões; US\$ 29,66 bilhões, só em 1994 (tabela 4.1), cerca de 8% do PIB mexicano desse ano (tabela 4.3). Esse déficit na conta corrente foi sendo financiado pela fluxo maciço de capitais que só entre 91-94 foi de US\$ 98 bilhões.

TABELA 4.1

<b>Balança de Pagamentos do México (em bilhões de dólares)</b>						
	88-94	94	95	96	97	98
Conta corrente	-109,8	-29,66	-1,58	-2,33	-7,45	-15,79
Comercial	-22,0	-18,46	+7,09	+6,53	+0,62	-7,74

FONTE: Banco do México y Secretaría de Hacienda: [www.quincklink.com/mexico/indicadores](http://www.quincklink.com/mexico/indicadores).

<sup>21</sup> “Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, instituição criada em setembro de 1961 em substituição à Organização Européia de Cooperação Econômica (Oece), a inclusão dos Estados Unidos e do Canadá e a adoção da ajuda ao desenvolvimento como um dos objetivos justificaram a mudança do nome.” (Sandroni, 1999, p.428). Atualmente é composta por 29 países, que “juntos produzem dois terços de todos os bens e serviços do mundo” (Organizações, 2000, p. 34). O México é, no momento, o único país latino-americano a fazer parte da OCDE.

Apesar desses dados terem sido de pleno conhecimento das autoridades mexicanas elas seguiam:

*“a tese do consentimento de adultos, atribuída ao ex-ministro das Relações Exteriores inglês, Nigel Lawson, segundo o qual um grande déficit em conta corrente financiado pelo capital privado não representava um problema de política na medida em que não derivasse de déficits fiscais.”*<sup>22</sup> (Cline, 1996, p.110).

Segundo Krugman (1999 a, p. 74), esse raciocínio deriva diretamente dos livros didáticos de economia onde constam que o Balanço de Pagamentos, contabilmente, deve se equilibrar, já que toda saída deve ser compensada com uma entrada de igual valor (quadro 4.1). Portanto, o déficit em conta corrente deve ser financiado por um superávit de igual valor na conta de capitais. Segundo ele:

*“O único motivo de preocupação, diziam os otimistas, seria se o fluxo de capitais fosse de algum modo artificial - se o governo estivesse trazendo o capital estrangeiro por meio dos seus próprios empréstimos (como ocorrera em 1982) ou incorrendo em déficits orçamentários que determinassem uma escassez de poupança interna. No entanto, o governo mexicano conduzia um orçamento equilibrado e, na realidade, estava acumulando ativos (reservas em moeda estrangeira) e não passivos no exterior. Assim, por que preocupar-se? Se o setor privado estava disposto a despejar capital no México, por que o governo deteria?”*

QUADRO 4. 1

ESTRUTURA DE UM BALANÇO DE PAGAMENTOS	
A. Transações Correntes:	B. Movimentos de Capitais:
1. Balança Comercial (export. – import.)	1. Investimentos
2. Serviços (juros, lucros e dividendos, viagens internacionais, transportes e outros serviços).	2. Financiamentos
3. Transferências unilaterais (donativos, manutenção de residentes no país)	3. Amortizações
	4. Empréstimos (curto e longo prazo).
	C. Erros e omissões
	D. Saldo (superávit ou déficit)

FONTE: Maia, 1999, p.261.

Apesar desse embasamento teórico otimista, acerca do déficit na conta corrente, as autoridades mexicanas perceberam, ainda em 93, que não podiam mais sustentar o elevado déficit em conta corrente de US\$ 23 bilhões de dólares (boa parte financiado pelo capital de curto prazo). Esse déficit representava 6,4% do PIB<sup>23</sup> de 93 (porcentagem maior do que

<sup>22</sup> “Lawson, agora [depois da crise mexicana] argumenta que a teoria aplicava-se apenas aos países industrializados e, sobretudo, não prometia ajuste indolor.” (Ibid., p.110).

<sup>23</sup> Atualmente, alguns economistas propõem um margem segura de déficit na conta corrente. Willian R. Cline, por exemplo, propõe uma relação matemática onde o nível seguro de déficit em conta corrente deve situar-se em torno de 3 a 4% do PIB se o mesmo tiver de ser sustentado por um longo tempo. Eis a relação:  $\alpha = Z \cdot g + p$ , onde  $\alpha$  é a razão constante entre o déficit em conta corrente externa e o PIB;  $Z$  é a razão entre a dívida externa e o PIB;  $g$  é a taxa de crescimento real do PIB e  $p$  a taxa de inflação internacional. Segundo Cline, supondo um país com uma taxa de crescimento de 5%, a inflação internacional de 3% e a dívida externa de 40% do PIB, então o nível seguro de déficit em conta corrente, dada as condições acima é  $\alpha = 3,2\%$  do PIB. (Cline, op. cit., p.122/123).

a soma percentual dos déficits em conta corrente do PIB da Argentina e Brasil no mesmo período, tabela 4.3). Dessa maneira, pretendiam fazer algum tipo de ajuste naquele ano. Todavia, com o objetivo de ostentar uma boa imagem internacional, o governo mexicano adiou o ajuste da economia para 94, pois em 93 o congresso americano iria votar a adesão do México ao NAFTA. Mas, diante dos choques sociais e políticos representados, respectivamente, pela rebelião em Chiapas e assassinatos políticos dentro da cúpula do PRI (durante 94) que assustaram os investidores externos, o governo resolveu não fazer o ajuste nesse ano. E ainda, para tranquilizar os investidores, o Banco Central mexicano criou (em 94) um título de curto prazo indexado ao dólar, o tesobonus, como garantia de que o peso não seria desvalorizado. Mas, em dezembro de 94, a situação tornou-se insustentável com o constante escoamento das reservas em moeda estrangeira. Para tentar estancar esta saída, o governo mexicano elevou a taxa de juros. Entretanto, acabou criando uma crise de confiança ainda maior entre os investidores, já que os juros maiores implicaram no aumento da dívida externa:

“em 95 o governo precisava saldar US\$ 43 bilhões em compromissos externos, sendo US\$ 28 bilhões em tesobonus e US\$ 15 bilhões de juros da dívida externa. (...). Só no primeiro semestre de 95, o México deveria dispor de US\$ 10,3 bilhões para resgatar os tesobonus, quantia muito elevada em relação as suas reservas [segundo a tabela abaixo, de US\$ 24,54 bilhões em dez/93, as reservas caíram para US\$ 6,15 bilhões no final de dez/94 e um mês depois (31/01/95) já tinham despencado para US\$ 3,48 bilhões].” (Maia, 1999, p.93).

TABELA 4.2

<b>Reservas Internacionais Mexicanas (em US\$ bilhões)</b>			
89-94	14,33	1996	17,51
1993	24,54	1997	28,00
1994	6,15	1998	30,14
1995	15,74	1999*	30,36

FONTE: Banco do México y Secretaría da Hacienda  
<http://www.quincklink.com/México>.

\*Até novembro.

TABELA 4.3

<b>Balço da Conta Corrente: Brasil/ México/ Argentina (% do PIB)</b>							
País	Média 91-93	91	92	93	94	95	96
Brasil	+0,3	-0,3	1,5	-0,2	-1,1	-1,9	-1,7
México	-6,3	-5,1	-7,4	-6,4	-7,7	-0,3	-0,1
Argentina	-3,1	-1,5	-3,7	-4,1	-2,8	-2,3	-2,2

FONTE: Banco Mundial  
 Burki; Edwards, 1996, p.52.

Para piorar o FED (Federal Reserv Bank) americano vinha praticando um constante aumento na taxa de juros americana. No total foram seis aumentos ao longo de 94 (tabela 4.4) com o objetivo de atrair capitais para financiar o elevado déficit comercial americano.

TABELA 4.4

Evolução dos juros americanos em 94 (% ao ano)	
04.02.94 = 3,25% a.a.	17.05.94 = 4,25% a.a.
22.03.94 = 3,50% a.a.	16.08.94 = 4,75% a.a.
18.04.94 = 3,75% a.a.	15.11.94 = 5,50% a.a.

FONTE: FED, O Estado de São Paulo, 02/02/95.  
Maia, 1999, p.93.

Sem outra alternativa, o governo mexicano foi obrigado a desvalorizar o peso. Segundo Krugman (1999 a, p.78), com base na bem sucedida experiência da Inglaterra em 92, a desvalorização de uma moeda poderia, em primeiro lugar, sinalizar aos investidores que é uma boa oportunidade para aquisições de ações a baixos preços (como de fato ocorreu na Austrália durante a crise asiática). Mas, ainda de acordo com ele:

“o perigo é que os especuladores, ao contrário, vejam a primeira desvalorização como um indicador de maior declínio, e intensifiquem ainda mais a especulação. Para evitá-lo o governo deve adotar certas regras. Primeiro, ao desvalorizar, (...) [assegurar] que a desvalorização é suficientemente grande. Do contrário, apenas se criam expectativas de maiores desvalorizações. Segundo, imediatamente após a desvalorização, (...) [emitir] todos os sinais de que as autoridades econômicas são pessoas responsáveis, que compreendem a importância de tratar os investidores de forma correta, e assim por diante. Do contrário, a desvalorização talvez confirme e reforce as dúvidas sobre a solidez da economia, iniciando o pânico. O México não observou essas regras.”

Krugman (1999 b, p.07), ainda, concluiu que os países em desenvolvimento não podem participar desse jogo confiante da desvalorização cambial conforme fez a Inglaterra:

“(…), aparentemente uma das principais lições a extrair desses últimos anos é a de que os países em desenvolvimento não podem participar desse jogo. Nessas economias, fracassaram repetidas vezes as tentativas de desvalorizações monetárias modestas, pois a queda inicial coloca em movimento um círculo vicioso no qual as expectativas de aumento da desvalorização acabam sendo daquelas profecias que se auto-realizam. Era perfeitamente pausível esperar que a decisão mexicana de desvalorizar o peso tivesse as mesmas conseqüências benignas da desvalorização britânica promovida dois anos antes. No entanto, enquanto os investidores consideraram a desvalorização da libra uma oportunidade de aquisições, o peso mexicano entrou em queda livre e só se estabilizou após ter perdido metade de seu valor. E mesmo isso só foi possível graças a um pacote de ajuda de US\$ 50 bilhões e taxas de juros de 75% ou mais ao ano. Na época, esse resultado catastrófico parecia constituir um caso especial. Historicamente, o México é um país propenso a crises, e seria possível argumentar que as incertezas políticas criadas por revoltas camponesas, assassinatos e uma esquerda populista ainda poderosa tornavam o país extremamente vulnerável a crises de confiança. Porém, à luz dos acontecimentos subseqüentes, a chamada crise “tequila” hoje deve ser vista não como uma exceção mas como um exemplo de um novo regime, resumido por alguma autoridades de

Washington pela fórmula ‘No caso dos países em desenvolvimento, não existem desvalorizações controladas’.”

Em 20/12/94, o governo mexicano desvalorizou a moeda em 15% nos limites de flutuação do peso em relação ao dólar e dois dias depois anunciou um congelamento (fracassado) de preços por 60 dias. Essa desvalorização foi metade do que vinham sugerindo economistas como Dornbusch<sup>24</sup>. Apesar dos juros atraentes e da desvalorização, o México não conseguiu acalmar o pânico no mercado financeiro e foi obrigado a abandonar o sistema de bandas cambiais (parecido com o brasileiro) permitindo (após a desvalorização autorizada pelo governo) que o peso se desvalorizasse 40% em 19 dias e em mais de 60% no final de janeiro de 1995 (tabela 4.5) e em março de 95 o México já estava pagando 86% de juros (figura 4.1) para convencer o investidores a deixar o dinheiro no país:

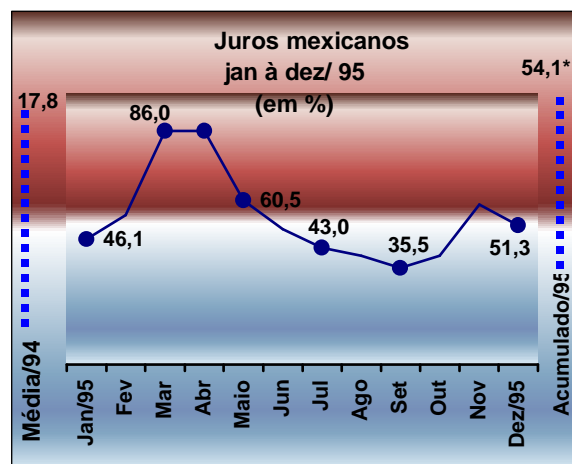


FIGURA 4.1 – Juros mexicanos em (%) jan à dez de 95.

FONTE: Banco do México e Secretaría da Fazenda Conger, 1999, p.32.

\*final de período

TABELA 4.5

Cotação da Taxa de Câmbio Mexicana			
1989-94*	3,34	31.03.95	6,79
17.04.94	3,46	30.04.95	6,06
<b>20.12.94</b>	<b>3,99</b>	30.06.95	6,10
23.12.94	4,60	30.09.95	6,39
31.12.94	5,15	31.12.95	7,70
09.01.95	5,60	31.12.96	7,66
23.01.95	5,72	31.12.97	7,97
30.01.95	6,69	25.05.98	8,66

FONTE: Banco do México y Secretaría da Hacienda in [www.quincklink.com/mexico/indicadores](http://www.quincklink.com/mexico/indicadores).

\* Média

<sup>24</sup> Rudiger Dornbush “vinha pregando a desvalorização do peso desde de 92, em programas de rádio no México e sua coluna na revista Época. (...) a fim de estimular as exportações, encolher o déficit nominal e diminuir a dependência do dinheiro de fora.” (Fuser, op. cit., p.170).

O presidente americano, Bill Clinton, na defesa dos interesses dos investidores americanos, tentou obter no congresso do Estados Unidos uma autorização de empréstimo para o México no valor de US\$ 40 bilhões. Entretanto, o mesmo rejeitou essa autorização. Diante disso, o presidente americano após consultas técnicas e jurídicas conseguiu US\$ 20 bilhões do Fundo de Estabilização Cambial do Tesouro Americano (Exchange Stabilization) sem precisar da aprovação do congresso. O governo Clinton, aproveitou-se do fato de que a legislação sobre esse fundo não especificava, ao pé da letra, que era destinado a estabilizar o dólar, usou-o para estabilizar a moeda mexicana. O FMI e os bancos centrais de vários países (através do BID) foram pressionados pelo governo americano para também ajudarem no socorro (conhecido como Operação Sombrero<sup>25</sup>) ao México. No total foram US\$ 47,75 bilhões (quadro 4.2) para ajudar o México a sair da crise: “Foi a maior operação de salvamento desde o plano Marshall em que o E.U.A. colocou US\$ 13 bilhões de dólares (equivalente hoje a US\$ 82 bilhões de dólares) na Europa no período de 1948 a 1952.”(Eurípedes, 1995, p.32).

QUADRO 4.2

<b>Origens dos Recursos do Pacote de Socorro ao México</b>	
F.E.C. do Tesouro Americano	= US\$ 20,00 bilhões
Fundo Monetário Internacional	= US\$ 17,75 bilhões
BID (Banco Internacional de Pagamentos)	= US\$ 10,00 bilhões
TOTAL = US\$ 47,75 bilhões	

FONTE: Maia, 1999, p. 97 e Aith, 1999, p. 14.

A concessão desse socorro ao México foi condicionada a vários “compromissos” que o mesmo deveria submeter-se:

- 1º. cumprir cabalmente os compromissos do país com o FMI;
- 2º. limitar a oferta de crédito interno do banco central a dez bilhões de novos pesos (menos de dois bilhões de dólares);
- 3º. restringir a taxa de crescimento da base monetária (o que inclui, entre outras coisas, as emissões de dinheiro) a níveis inferiores ao da inflação;
- 4º. manter elevadas as taxas de juros de curto prazo;
- 5º. obter um superávit nas finanças públicas;
- 6º. acelerar a privatização do que ainda resta nas mãos do Estado, em especial nos setores de transportes, telecomunicações e bancos;
- 7º. facilitar a auditores nomeados pelo Tesouro dos Estados Unidos todas as informações solicitadas, ‘a fim de que possam constatar que estão sendo cumpridas todas as condições previstas nesse acordo’;

<sup>25</sup> Sombrero porque foi concebido também para proteger os outros países da América Latina que tinham adotados política econômica semelhante ao do México.

8º. mais importante do que tudo: numa cláusula (...), o governo se compromete a depositar toda a receita obtida com as exportações de petróleo – uma média de sete bilhões de dólares por ano – numa conta especial do Banco da Reserva Federal do Estados Unidos, em Nova York, como garantia do pagamento do empréstimo. Se o México não devolver os cinquenta bilhões de dólares nos termos estipulados no acordo, os Estados Unidos embolsarão a renda do petróleo mexicano para ressarcir o *prejuízo*.” (Fuser, op. cit., p.201-202).

Fuser (Ibid., p.203) também comentou sobre essas imposições aceitas, sem pestanejar, pelo governo mexicano:

“Com suas pornográficas concessões, o governo do presidente Ernesto Zedillo desconsiderou um dado-chave: o resgate financeiro conduzido por Clinton e Rubin [Secretário do Tesouro Americano] só aconteceu porque estavam em jogo interesses vitais dos EUA. (...). Ao socorrer os especuladores, Clinton salvou também milhões de pequenos investidores, que possuíam dinheiro no México sem saber, aplicados em fundos controlados pelas corretoras. A falência mexicana arrastaria centenas de bancos norte-americanos, pequenos, médios e grandes. (...). A perda de confiança dos investidores nos países em desenvolvimento faria com que, de uma hora para outra, os dois trilhões de dólares investidos na parte pobre do planeta voassem para países seguros, como Alemanha, os Estado Unidos e o Japão. Todos os países cortariam imediatamente suas importações, jogando o mundo numa recessão pavorosa. Em resumo: o governo mexicano não perderia nada em mostrar, nas negociações, um pouquinho mais de dignidade.”

E ainda:

“Segundo Robert Rubin (então secretário do Tesouro dos E.U.A.) a ajuda americana se explica na seguinte afirmação: *‘se deixássemos o México quebrar toda proposta de economia liberal estaria morta e enterrada no 3º Mundo.’*” (Eurípedes, op. cit., p.32).

O próprio presidente americano, Bill Clinton, declarou:

“ (...) ante um grupo de líderes empresariais que o problemas econômicos do México eram ‘evidentemente, também um perigo para o futuro econômico dos Estados Unidos’. Mais adiante urgiu: ‘Se não fizermos algo, a crise de confiança na economia do México poderá estender-se a outros países em desenvolvimento da América Latina e da Ásia; o tipo de mercado que compra agora nossos produtos e serviços, e que comprará muito no futuro.’” (Baeza, 1997, p.72).

Logo após o acordo com o FMI o governo mexicano baixou, em 09/03/95 um novo programa de ajuste para a economia mexicana. Os principais pontos do programa anunciado foram:

“1. (...) ajuste nos preços dos produtos do setor público, (...) aumento do imposto sobre o valor agregado de 10 a 15% na maioria dos produtos e (...) redução no nível real de gasto público. (...).

2. As autoridades (...) adotaram um regime de taxa de câmbio flutuante, com uma política monetária destinada a ajudar a estabilizar os preços. (...).



3. Com a assistência de uma grande operação do Banco Mundial, o México desenhou um programa para o fortalecimento do setor bancário através de uma intensa supervisão e regulamentação. Elevou os requisitos para o capital e para as reservas por perda de empréstimo e removeu o limite para a aquisição de bancos mexicanos por estrangeiros. Estabeleceu uma linha de crédito em moeda estrangeira, para permitir aos bancos nacionais cumprir seus compromissos internacionais, e criou um programa de conversão de dívida subordinada para ajudar os bancos que (...) [estavam] experimentando uma queda em seus requisitos de capital. Deu ao Fundo Bancário de Proteção à Poupança (Fobaproa) o direito de converter o débito subordinado dos bancos em capital e encarregar-se dele.

4. Não obstante a severa contração fiscal, o gasto real com programas sociais e rurais em 1995 (...) [foi elevado] em 2%, (...)" (Burki; Edwards, 1995, p.07-08).

O México, respaldado pelo socorro de quase US\$ 50 bilhões e o programa de ajuste da economia, que também incluía altas taxas nominais de juros, conseguiu após alguns meses tranquilizar o mercado financeiro mundial. Entretanto, as conseqüências desse ajuste prejudicou a economia mexicana: entre 89-94 o PIB mexicano que cresceu a uma taxa positiva de 3,0%, sendo que só em 1994 essa taxa foi de +3,5%, sofreu uma queda brusca de -6,2% em 95, voltando a crescer +5,10% em 96 e 7% em 97. Ainda em 95, a inflação atingiu um patamar de 52% ao ano (índice mais alto desde 1987, tabela 3.5). No que refere-se ao balanço de pagamentos houve uma melhora significativa: o déficit em conta corrente em 94 de US\$ 29,66 bilhões caiu para US\$ 1,58 bilhões em 95 com a reversão do déficit comercial de 94 de US\$ 18,46 bilhões para um superávit de US\$ 7,09 bilhões um ano depois (tabela 4.1). Essa reversão foi conquistada não só pelo aumento das exportações, mas, principalmente, pela brutal recessão que se abateu sobre o país que reduziu drasticamente a demanda interna.

Após o arrefecimento da crise mexicana a pergunta central foi o que aconteceu para que ela ocorresse, já que o México fez tudo o que o FMI queria em termos de política econômica. Alguns vêem a resposta na já descrita valorização cambial que provocou o desequilíbrio na conta corrente (aliada aos problemas políticos e sociais internos). Entretanto, esse desequilíbrio, como já foi demonstrado, não era visto como um problema muito sério tanto pelo FMI como pelo governo americano, já que decorriam de decisões privadas do mercado financeiro em investir no México. Portanto, não haveria nenhum desvio da política econômica. Segundo Guilherme Calvo (apud Krugman, 1999 a, p.84), ex-funcionário do Banco Mundial:

“No desfecho da crise tequila, foi muito fácil rever as políticas adotadas pelo México na trajetória para a crise, e considerá-las cheias de erros; mas o fato é que, na época, pareciam muito boas, e , mesmo após o fato, era difícil encontrar quaisquer falhas grandes o bastante para justificar a catástrofe econômica de 1995.”

Fiori (apud Catastrofistas, 1995, p.15) também comentou na época:

“Esses economistas que hoje acusam os erros mexicanos são todos profetas ex-post. Lembro-me de um seminário no Rio em meados de dezembro [1994], quando estavam falando mil maravilhas de Salinas, Zedillo e companhia. Faltava 15 dias para o negócio pipocar. Como é que esses gênios não previram isso?”

Outros consideraram, como Bresser Pereira, a crise mexicana como resultante da escolha, do governo mexicano da política de “*confidence building*”, da construção da confiança internacional a qualquer preço para atrair capitais de curto prazo:

“O ‘*confidence building*’ [construção da confiança] só se preocupa com o interesse nacional em segunda instância. Em primeira instância o que ele quer é agradar o Primeiro Mundo, é obter a confiança dos investidores estrangeiros, é lograr ‘credibilidade’, é criar expectativas positivas para o país. Logrado esse objetivo, ele supõe que o interesse nacional estará automaticamente alcançado. A política do *confidence building* (...) consiste em adotar todas as recomendações vindas de Washington e de Nova York (...) para lograr mais confiança dos investidores nacionais, e em substituição de um equilíbrio macroeconômico real. Não há, obviamente, nada de errado na busca de construção de confiança internacional. Mas essa estratégia transforma-se em *confidence building* quando, em nome dela, se sacrificam os interesses nacionais reais, ou quando ela se apresenta como substituta do ajuste fiscal e da taxa de câmbio realista. (...). Ora, nenhum país se engajou mais decididamente na política do *confidence building* do que o México de Salinas de Gortari. Sua prática do *confidence building* iniciou-se em 1989, quando da negociação da dívida externa. Em fevereiro desse ano foi anunciado o Plano Brady, que permitia a redução (via securitização<sup>[26]</sup>) da dívida, e o relativo desvinculamento, no processo de negociação, entre os bancos comerciais e FMI. (...). O acordo com os credores foi contrário ao interesse nacional do México. A redução alcançada da dívida, pífia. Na verdade, se consideramos a posterior queda da taxa de juros internacional, foi nula. Não obstante, o acordo foi justificado pelo governo porque ‘construía a confiança internacional’, e assim, permitia, de um lado, a queda da taxa de juros interna e o ‘spread’ (taxa de juros adicional à *libor*) pago pelo México nos seus financiamentos comerciais externos, e de outro, porque promovia o fluxo de investimentos para o México. Em seguida, continuou sistematicamente com a política de *confidence building*, apoiada principalmente em uma taxa de câmbio crescentemente valorizada. (Pereira, 1995, p.148-149).

Após a volta da estabilidade da moeda o governo de Zedillo continuou com a política de construção da confiança:

“(...) Com juros apetitosos e os rendimentos garantidos pelo Tesouro norte-americano e pelo FMI, o México voltou a se tornar um pitéu para os aventureiros do mercado de capitais. (...) O próprio governo mexicano usa os salários de fome como chamariz para os capitais externos. O estado de Yucatán, por exemplo, mandou publicar em revistas estrangeiras um anúncio que exalta as vantagens locais como os ‘custos trabalhistas abaixo de um dólar por hora de trabalho, incluindo benefícios’. O turismo se torna uma panacéia nas mãos das autoridades que neles apostam desesperadamente em busca de dólares, mesmo que para isso tenham de estimular as maneiras mais predatórias de se conhecer o México. A Air Vias, uma das muitas empresas de vôos charter especializadas em Caribe, publicou em sua revista de

<sup>26</sup> Transformação dos empréstimos bancários em títulos e/ou ações negociáveis.

bordo, no primeiro semestre de 1995, uma reportagem sobre Cancún que é um verdadeiro convite ao vandalismo. A certa altura, afirma, num português indigente: *É claro que o emaranhado de possibilidades consumistas que Cancún oferece para os visitantes fez muitos historiadores, arqueólogos, intolerantes curiosos forasteiros (sic) a caminho de Isla Mujeres ou Cozumel, torceram o nariz frente à invasão de turistas (...). Se hoje muitas latas de 'diet' poluem a região de Yucatán (...), também muitos dólares são deixados para o governo mexicano, com os cumprimentos da indústria do turismo, que vai muito bem obrigado. Ação predatória? Que venham todos! Salve o lazer e o divertimento! Viva a Las Vegas do Caribe!*"(Fuser, op. cit., p.235-236).

E ainda, segundo Nogueira (2000, p.69):

“Hoje os mexicanos exportam de tudo graças às ‘maquiadoras’ [ou *maquiladoras*, elas são cerca de 1,5 mil e estão instaladas ao longo da fronteira com os EUA, numa estreita faixa de 3.380 quilômetros] empresas que importam partes de produtos [veículos e eletrodomésticos] para montar, aplicar o carimbo ‘made in México’ e exportar sem tarifas para o maior mercado consumidor do mundo, o americano. Graças ao enxame de empresas vindas dos Estados Unidos e da Europa, em busca de custos menores de produção, a máquina de exportações mexicana faturou 140 bilhões de dólares no ano passado. (...). O sistema financeiro, por exemplo, ainda é frágil. Há cinco anos, o banco central mexicano teve de socorrer os bancos do país com uma superdose de recursos de mais de 80 bilhões de dólares. As regiões urbanas se desenvolveram com a expansão industrial, mas fora daí, no campo, o que impera é a pobreza. (...). as exportações são um trunfo, um fator capaz de dinamizar a atividade econômica, mas o México ainda não conseguiu transformá-las numa verdadeira fonte de renda nacional. Para sustentar as exportações, o país precisa importar muito. Além disso, de tudo o que vende para o exterior, cerca de 80% vão para os Estados Unidos. Uma dependência exagerada.”

TABELA 4.6

Reforma preventiva:

As mudanças (...) ocorridas na economia mexicana nos últimos anos.

	1994	2000
◆ Regime de Câmbio	fixo	flutuante
◆ Déficit das contas corrente (em % do PIB)	7	3,1
◆ Poupança interna (em % do PIB)	14,3	21,7
◆ Reservas internacionais (em bilhões de dólares)	6,1	32,3

FONTE: Secretaria de Hacienda Y Crédito Público  
Nogueira, 2000, p.69.

Um das conseqüências da crise mexicana foi o contágio para outros países emergentes. Em vários países diferentes geográfica e culturalmente como Turquia, Argentina, Polônia e

Tailândia, as ações nas bolsas de valores foram brutalmente desvalorizadas por causa do “efeito tequila”<sup>27</sup>.

No Brasil, em pouco tempo a visão “encantada” sobre o México se desfez:

“Num debate no Congresso brasileiro, em fevereiro de 94, o então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, invocou o sucesso econômico mexicano como argumento para contestar o deputado Aldo Rebelo, do PC do B, que criticava os pressupostos do plano (...) Real. ‘*O México fez o que nós estamos propondo e, como resultado, está crescendo à taxa de 6% a 7% ao ano* [nas estatísticas oficiais mexicanas constam que entre 89-94 o México cresceu apenas 3% ao ano em média]. *O mesmo vai acontecer aqui*’, disse FHC. Como tantas outras, esta é uma declaração que o presidente preferia ver esquecida. (...). Festejado nos últimos anos como modelo de bom-comportamento, o México precisa ser esquecido porque se tornou um país com o qual nenhum outro tem a ver. (Fuser, op. cit., p. 156).

De início o governo brasileiro e muitos economistas importantes desacreditavam que a crise mexicana acabaria provocando conseqüências negativas no país. Acreditavam, sim, que boa parte dos capitais investidos (em fuga) no México seriam direcionados para o Brasil. Essa crença foi alimentada pelo fato do Brasil ter-se inserido tardiamente no circuito financeiro mundial, possuir elevadas reservas cambiais (US\$ 36,5 em caixa, em dez/94, tabela 3.4), déficit na conta corrente modesto (1,1% do PIB de 94, tabela 4.3) e não ter disputas políticas tão acirradas (a ponto de provocar o surgimento de guerrilhas) quanto no México:

“Numa reunião da equipe econômica do governo FHC, Gustavo Franco [ex-presidente do Banco Central], fez uma longa exposição com número favorável à manutenção da atual política econômica [após a crise mexicana]. Sua conclusão: Brasil e México só têm em comum o fato de estarem no mesmo continente. Na exposição, Franco chegou a dizer que, perto do Brasil, a economia mexicana é coisa de Porto Rico.” (Os ecos, 1995, p.78).

O artigo da revista concluiu:

“O Brasil vive uma situação muito mais confortável que a experimentada pelo México e pela Argentina. [O Brasil] é mais parecido com Chile, Coréia e Taiwan, países onde há sobra de reservas, excesso de entrada de capitais e valorização do câmbio.” (Ibid., p.79).

Entretanto com

“O colapso do programa mexicano em dezembro de 1994 e suas repercussões devastadoras sobre a oferta de crédito externo para vários países no início de 1995 revelariam o quanto eram infundadas as expectativas, alimentadas pela equipe

<sup>27</sup> O fenômeno de desvalorização em cadeia nas bolsas de valores em diversos países ficou conhecido com “efeito tequila” numa alusão a bebida mais popular do México.

econômica do governo brasileiro, de que o Brasil poderia conviver tranqüilamente com déficits comerciais e forte dependência de capitais internacionais.” (Batista Jr, op. cit., p.141).

A crise encontrou solo fértil com o Real valorizado, a economia superaquecida, liberdade financeira nos mercados e a balança comercial deficitária em novembro (US\$ 409 milhões) e dezembro (US\$ 809 milhões) de 94. A bolsa de valores de São Paulo (a mais importante do país) caiu 35% em três semanas, após a desvalorização do peso mexicano, anulando os ganhos obtidos desde o começo do Plano Real. As reservas internacionais a partir de setembro/94 (US\$ 40,87 bilhões, no conceito de caixa, tabela 3.4) sofreram queda gradual chegando a atingir US\$ 29,98 bilhões em abril de 1995. Entre dez/94 e março/95, US\$ 4,94 bilhões das reservas, em caixa, bateram asas e voaram. Ainda em dezembro de 94, o governo já havia estabelecido um aumento dos juros e dos depósitos compulsórios à vista e a prazo, além de criar um compulsório sobre os empréstimos bancários. Mas com o agravamento da crise mexicana a partir de janeiro de 95, o governo foi obrigado a reforçar as medidas já adotadas. As principais medidas adotadas entre março e junho de 95 foram:

1. aumento da taxa de juros, que em termos reais era a mais alta entre os países em desenvolvimento:

TABELA 4.7

**Taxas de juros reais internacionais % ao ano em maio/ 95 e média do último trimestre /95**

País	Taxa de juros em Maio de 95		Média do último trimestre de 95		Taxa de juros em Maio de 95		Média do último trimestre de 95	
	Nominal (% a.a.)	Real (% a.a.)	Real (%a.a.)		Nominal (% a.a.)	Real (% a.a.)	Real (%a.a.)	
Brasil	64,80	34,54	28,00		EUA	6,02	1,84	2,84
Argentina	21,20	21,79	12,45		Japão	1,35	3,63	2,78
México	60,98	-6,18	12,00		Canadá	7,34	3,01	4,22
Chile	21,20	5,84	3,50		Bélgica	5,13	2,77	3,45
Coréia do Sul	15,20	5,00	9,62		Portugal	10,80	0,25	5,81
Taiwan	7,00	2,49	3,21		Espanha	9,31	1,40	2,11
Hong Kong	6,26	2,96	-2,74		França	7,05	4,03	5,54
Cingapura	1,50	4,00	-0,87		Suécia	8,70	4,20	6,80
Turquia	75,59	-6,81	7,80		Alemanha	4,65	0,82	1,11
Índia	11,40	11,40	1,83		Israel	11,70	8,62	-0,09

FONTE: Dados brutos. FMI, IBGE, The Economist e Conjuntura Econômica

Batista Jr., op. cit., p.193-194 para taxas de juros em maio de 95 e

A questão, 1995, p.06 para média do último trimestre de 95.

Obs.: taxa de juros real = taxa de inflação - taxa de juros nominal. Se a taxa de inflação for maior que a taxa de juros nominal, então a taxa de juros real será negativa.

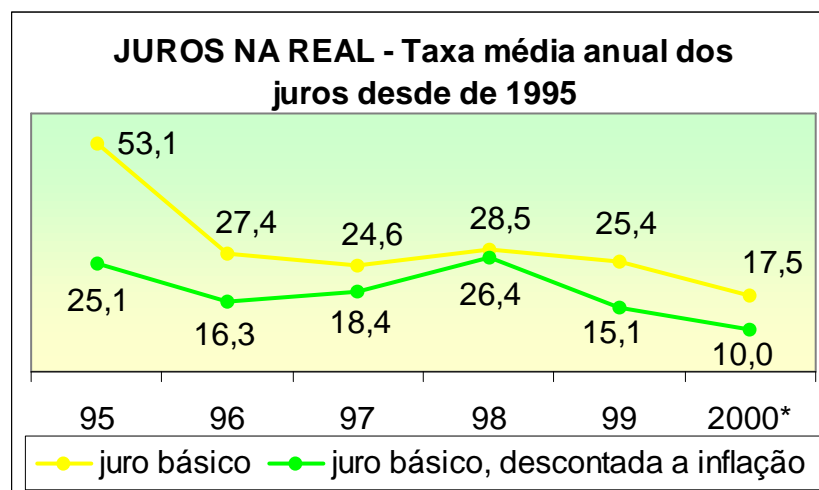


FIGURA 4.2 Juros na real - taxa média anual de juros brasileiro desde 1995.

FONTE: Vargas, 2000, p. 134

\*projeção do juro médio no ano.

2. restrição adicionais à expansão do crédito:

“Entre junho e dezembro de 94, o crédito dos bancos do setor privado havia crescido 37%, com as medidas de contração adotadas, essa expansão caiu para 21% no primeiro semestre [de 1995], e apenas 6,5% no segundo semestre de 95.” (Bacha, op. cit., p.194);

3. desvalorização de 5% do real em relação ao dólar, conjugada a adoção de um banda cambial deslizante, onde o Banco Central comprometeu-se a apenas atuar entre os dois limites da banda. A cotação do dólar passou a variar entre R\$ 0,88 a R\$ 0,93 (antes variava informalmente entre R\$ 0,83 a R\$ 0,86). Em 30 de junho de 95 ampliou-se a banda para R\$ 0,91 a R\$ 0,99;
4. fim do IOF de 3% sobre empréstimos e redução de 9% para 5% sobre o de renda fixa para o capital estrangeiro e de 1% sobre os investimentos em bolsas de valores;
5. em 06 de março, aumento de 20% para 70% das tarifas de importações sobre automóveis e eletrodomésticos e em 29/03, o governo resolve aumentar as alíquotas de importações de 109 produtos de consumo não-essencial para 70% ou 60%;
6. redução dos prazos dos consórcios de 12 para 6 meses;
7. aboliu o IPC-r, em junho de 95, instituindo livre contratação salarial a partir de julho de 95;
8. suspensão dos concursos públicos e nomeações.

A principal consequência do ajuste brasileiro foi a reversão do déficit comercial de US\$ 4,27 bilhões no 1º semestre de 95 para um superávit pequeno de US\$ 1,11 bilhões. Esse aspecto positivo da balança comercial, aliada a taxas de juros extravagantes e ao programa de socorro ao México, sinalizou aos investidores de capitais a voltarem para o Brasil.

Assim, as reservas começaram a crescer, atingindo US\$ 50,45 bilhões (em caixa) em dezembro de 95; segundo Comparato (op. cit., p.35), o PIB real, que havia crescido 5,85% em 94, ficou em apenas 4,22% em 95. Em contrapartida houve uma queda no crescimento no 1º e 2º semestre de 95. A redução da atividade econômica, aliada ao aumento dos juros, agravou a situação das empresas brasileiras, principalmente, as mais frágeis. Essa situação acabou aumentando o número de concordatas e falências: “a parcela dos empréstimos totais do sistema financeiro ao setor privado, em atraso e em liquidação, passou de 7,5% para 13,5%, entre dezembro de 94 e dezembro de 95.” (Bacha, op.cit., p.189). Essas dificuldades em reaver os empréstimos bancários desencadeou problemas no sistema bancário do país que obrigou o Banco Central a criar, em 03/11/95, um programa de reestruturação dos bancos privados (PROER); Já o déficit público no conceito operacional (inclui despesas com juros) passou de um “superávit de 1,34% do PIB em 94 para um déficit de 4,99% do PIB em 1995 uma piora de 6,33 pontos”. (Ibid., p.190).

Entre os países da América Latina, a Argentina foi quem mais sofreu com a crise do México, pois sua taxa de câmbio era fixa por lei (desde de 91): 1 dólar = 1 peso argentino. Além disso, o peso podia (e ainda pode) ser livremente trocado por dólar e sua emissão só deve ser feita se existirem dólares correspondentes em reservas, ou seja, sempre que houver saída de dólares, o banco central é obrigado a recolher o valor de pesos correspondentes. Para piorar o déficit na conta corrente argentina, entre 91-94, já atingia US\$ 32,1 bilhões e a valorização do peso argentino estava estimado em 40%. (Maia, op. cit., p.95). O governo argentino, de mão atadas com a paridade cambial fixa, apenas adotou a elevação de juros (para 25% a.a.) e a venda de dólares de suas reservas. O sistema financeiro argentino foi um dos mais prejudicados: “num brevíssimo espaço de tempo quebraram 24 dos 204 bancos argentinos.” (Maia, op. cit., p.95) e, além disso, “30.000 estabelecimentos comerciais fecharam as portas em três meses.” (Ibid., p.95). Essas dificuldades na economia Argentina levaram o Banco Mundial a socorrê-la com um pacote de US\$ 12 bilhões para ajudar os bancos argentinos. (Krugman, 1999 a, p.83). De acordo com Batista Jr. (op.cit., p.158):

“Na Argentina, o governo conseguiu preservar a paridade cambial e a lei de conversibilidade, obteve também melhora expressiva da posição externa em conta corrente (...), mas enfrentou recessão, elevação dramática das taxas de desemprego, além de grave crise bancária. A inflação continuou em declínio, mas a taxa de desemprego subiu para quase 20% e o PIB registrou queda de 4,4% em 95. A deterioração só não foi maior porque, graças ao Mercosul e ao Plano Real, a Argentina pôde expandir fortemente as suas exportações para o Brasil em 1994-1995, apesar da camisa-de-força imposta à política cambial Argentina e da forte valorização do peso com relação ao dólar.”

No Brasil, o governo ampliou novamente (em janeiro de 96) os limites da banda cambial para R\$0,97 a R\$ 1,06. E, diante do reduzido crescimento da economia no 1º semestre de 96, foram reduzidas as restrições ao crédito e ao consumo ao longo desse ano. Entretanto, as taxas de juros brasileiras continuaram elevadas:

“A política cambial de lenta desvalorização pré-anunciada do real de 7,5% ao ano contribuiu também para a política de juros nominais altos, pois era necessário proporcionar aos aplicadores taxas superiores à internacional somada aos 7,5% de desvalorização e mais uma margem correspondente ao ‘risco de país’. Em 1996 e nos primeiros três trimestres de 1997 a taxa internacional de juros, medida pelo rendimento dos títulos do Tesouro dos EUA, flutuava ao redor de 5,5%, que somados aos 7,5% da desvalorização do real dão cerca de 13%. Como a taxa interbancária brasileira foi mantida entre 20% e 22%, pode-se deduzir que o ‘risco do Brasil’ flutuou entre 7 e 9%, uma vez e meia o rendimento dos aplicadores nos títulos do Tesouro dos EUA!” (Singer, 1999, p.35-36).

Após a crise mexicana, a reflexão predominante, entre 1995 e meados de 1997, era que as causas da crise devia-se a má condição da política econômica do governo mexicano e, portanto, não tinha nada a ver com os investidores estrangeiros. Além disso, como o contágio para outros países da América Latina foi “corrigido” com a interferência do FMI, supunha-se que a crise não se repetiria mais em outros lugares. De acordo com Krugman (1999 a, p.83):

“Dois anos após a crise tequila, parecia que tudo era como dantes, retornando à situação anterior. O México e a Argentina prosperavam, os investidores que se mantiveram calmos na realidade se saíram muito bem [nos lucros]. E assim, de modo perverso, o que deveria ter sido um alerta se transformou, ao contrário, em motivo de complacência.”

Ele concluiu

“Talvez, acima de tudo, não tenhamos compreendido o alcance da sorte que o México e Washington simplesmente tiveram. O salvamento não foi, na realidade, um plano bem elaborado que atacou a essência da crise: foi uma injeção de dinheiro de emergência para um governo sitiado, que fez a sua parte, mediante a adoção de medidas dolorosas, menos porque eram as claramente indicadas aos seus problemas econômicos, e mais como demonstração de seriedade, de modo a restaurar a confiança dos mercados. Os esforços foram bem-sucedidos, embora somente depois que a economia foi punida com severidade; mais inexístiam bons motivos para supor que a mesma estratégia funcionaria numa próxima ocasião. E, assim quando eclodiu a crise asiática, ninguém estava preparado para emergência de uma nova crise no estilo tequila – ou para ineficácia do salvamento no estilo mexicano. O estranho sobre a nossa falta de memória foi que a maior economia da Ásia já se encontrava em sérias dificuldades – e estava apresentando um péssimo desempenho na defesa dos seus próprios interesses.” (Ibid., p.85-86).

Essas foram as implicações no Brasil, no curto prazo, que implicou em pequenas mudanças, já que a essência do Plano Real (dependência de capitais de curto prazo, juros



altos e remercantilização dos bens e serviços público) não foram alteradas. A manutenção dessa essência mostrou-se cada vez mais problemática na medida que ocorriam outras crises financeiras internacionais. Arruda (op.cit., p.57) comentou:

“ Já antes dos crescentes e sempre mais acelerados sinais de que uma grave crise financeira global se avizinhava, o governo brasileiro vinha fazendo a política dos troianos: optou por trazer para dentro da cidadela brasileira esse espantoso cavalo-de-Tróia, carregado não de soldados, mas de papel, que é o capital financeiro externo. Toda a política de reformas do governo FHC, obediente às diretrizes dos credores internacionais, tem como espinha dorsal a abertura da economia brasileira aos capitais internacionais e a eliminação dos instrumentos de regulação sobre eles, que o estado brasileiro detinha. Se fosse filme, poderia chamar-se: ‘Como trazer o inimigo para dentro de casa’. Ainda mais surpreendente é que, diante da crise, o governo FHC continue proclamando e agindo no mesmo sentido, ao tomar toda sorte de medida para atrair para o país mais capital internacional. E também para mantê-lo no Brasil, facilitando-lhe ganhos imensos e privilegiados.”

A certeza de que o FMI e Washington socorreria qualquer economia emergente em dificuldades influenciou ainda mais nas decisões dos investidores internacionais em especular mundo afora sobre qual país seria “a bola da vez”. Assim, mais confiantes e recuperados do susto, que a crise mexicana provocou, começaram a redirecionar cada vez mais seus capitais para os países emergentes:

“Quando o FMI e o governo dos EUA ‘salvaram’ o México em 1995 com um pacote de US\$ 50 bilhões, os gerentes de bancos e fundos de investimentos [especuladores profissionais] se sentiram animados a apostar bilhões na Ásia, na Rússia e na América Latina, pois sabiam que em caso de colapso financeiro as perdas dos investidores seriam minimizadas graças ao pacote do FMI.” (Ibid., p.75-76).

TABELA 4.8

Ano	Total de Fluxo Líquido de Capitais para Mercados Emergentes (em US\$ Bilhões )		
	Países Emergentes	América Latina América Central	Países em crise na Ásia
1991	123,80	24,10	26,80
1992	119,30	55,90	26,60
1993	181,90	62,60	31,90
1994	152,60	47,50	33,20
1995	193,30	38,30	62,50
1996	212,10	82,00	62,40
1997	149,10	87,30	- 19,70
1998	64,30	69,00	- 45,30
1999*	66,70	38,30	- 25,70
2000*	145,40	82,50	- 11,10

FONTE: FMI.  
Capitais, 1999, p.12.  
\*Estimativas.

Esse aval do FMI e dos EUA (para os investidores especularem sem medo de perdas) foi um processo de realimentação que determinou, após a crise tequila, o colapso de

sucessivas economias, em um breve espaço de tempo. Como as crises financeiras posteriores foram, de certo modo, um prolongamento da crise de 94, é oportuno descrevê-las, um pouco, aqui.

#### 4.1 CRISES CAMBIAIS POSTERIORES À CRISE MEXICANA: CRISE ASIÁTICA, RUSSA E BRASILEIRA.

A relativa “tranqüilidade” do mercado financeiro durou pouco mais de 2 anos. Em 1997, novamente, entrou em cena outra crise cambial. Desta vez, começou na distante Tailândia, propagando-se pela Ásia e outros países, inclusive o Brasil.

As causas imediatas da crise da Tailândia situa-se na conjunção de fatores internos e externos. Os fatores internos foram o clientelismo e a corrupção, principalmente no setor bancário. Os fatores externos foram a valorização do dólar americano que implicou no encarecimento das exportações tailandesas, a recessão no Japão (maior importador da Tailândia), valorização do dólar americano e o crescimento das exportações chinesas (que prejudicaram ainda mais as exportações da Tailândia). O governo tailandês recusava-se a desvalorizar sua moeda, o Baht, temendo a alta da inflação e inadimplência bancária. Assim, para contornar o déficit cambial o governo manteve as taxas de juros bastante elevadas com o objetivo de atrair e manter capitais estrangeiros no país. Além disso, o governo procurou vender cada vez mais títulos públicos com atrativas taxas de juros, que acarretou mais problemas para a economia tailandesa. Em vista disso, os investidores de capital de curto prazo, aterrorizados, e supondo que o governo iria desvalorizar a moeda, começaram a sair maciçamente da Tailândia. Assim, em maio de 1997, o Banco Central Tailandês foi alvo de um ataque especulativo, que acabou culminando com a desvalorização e livre flutuação do câmbio em 02 de julho de 1997: “De 1º de julho a 20 de agosto, o Baht caiu mais de 20% em relação ao dólar.” (Maia, op. cit., p.100).

Como consequência da maneira com as economias asiáticas estavam associadas na mente dos investidores, a crise tailandesa acabou provocando um efeito-dominó que alcançou outros países da Ásia como a Indonésia, Hon Kong, Coréia do Sul, Filipinas, Cingapura, Malásia, Taiwan, China (em menor intensidade que os demais, já que sua moeda não é plenamente conversível) e Japão. Em 23 de outubro de 97 houve um crash global, oriundo da bolsa de Hon Kong, que caiu 10,41% provocando queda generalizada nas principais bolsas do mundo. De acordo com Krugman (1999 a, p.124-125/127-128):

“Tudo estava de acordo com o enredo consagrado: era o prelúdio clássico da crise monetária, do tipo que os economistas adoram modelar – e os especuladores amam provocar. À medida que ficava evidente que o governo [tailandês] não tinha coragem de apertar os parafusos da economia interna, também se tornava cada vez mais claro que acabaria permitindo a desvalorização do baht. Mas como a moeda ainda não tinha sido desvalorizada, era tempo de tirar vantagem do evento provável. Enquanto perduravam as expectativas de que a taxa de câmbio baht-dólar permaneceria estável, o fato de os juros na Tailândia serem muito mais elevados do que nos Estados Unidos representava um incentivo para tomar empréstimos em dólares e reempréstos em baht. Tão logo se tornou altamente provável que o baht em breve seria desvalorizado, o incentivo era reverter as posições – tomar empréstimo em baht, esperando que o valor em dólar da dívida em baht se reduziria em pouco tempo; e adquirir dólares, esperando que o valor em baht dos ativos em dólar logo aumentariam. Os empresários locais tomaram empréstimos em baht e liquidaram as dívidas em dólar; os tailandeses ricos se desfizeram das suas aplicações em títulos da dívida pública e compraram notas do tesouro dos Estados Unidos; (...). Todos esses procedimentos envolviam a venda de baht e a compra de outras moedas; ou seja, exigiam que o banco central efetuasse compras crescentes de baht para evitar a queda da moeda, destruindo ainda mais rapidamente as reservas em moeda estrangeira – e reforçando a convicção de que o baht em breve seria desvalorizado. (...). Os cálculos típicos indicavam que o baht teria de cair algo em torno de 15 por cento, para tornar a indústria tailandesa novamente competitiva; e, assim, parecia provável um declínio mais ou menos daquela magnitude. Mas ao contrário, a moeda entrou em queda livre: o preço do dólar em baht disparou 50 por cento nos poucos meses seguintes e teria subido ainda mais se a Tailândia não tivesse aumentando de forma abrupta as taxas de juros. Por que a queda do baht foi tão profunda? A resposta sucinta é “pânico”. São os pânicos que, independentemente das suas causas, validam-se a si mesmos – pois o próprio pânico justifica o pânico. (...). O que de fato aconteceu foi um processo circular – um ciclo de realimentação devastador – de deterioração financeira e de perda de confiança, no qual as corridas bancárias convencionais são apenas um aspecto.”

Krugman demonstrou de forma esquemática como o processo, descrito por ele, ocorreu:

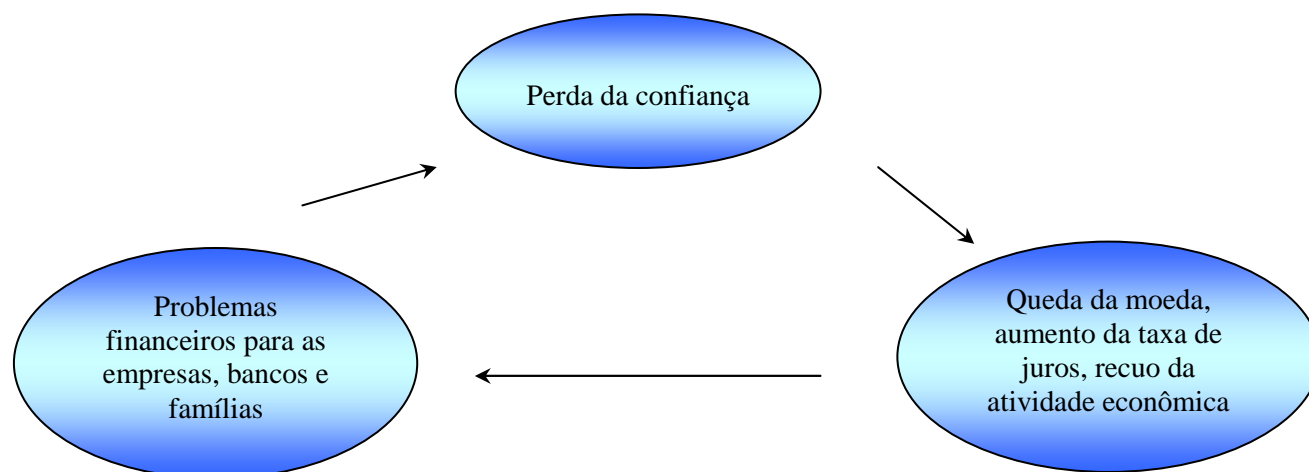


FIGURA 4.4 – Processo circular de realimentação da deterioração financeira e da perda de confiança.

FONTE: Krugman, 1999 a, p.128

“Comece em algum lugar do círculo [da figura 4.4] – digamos, com a queda da confiança na moeda e na economia tailandesa. Esse declínio de credibilidade fazia com que os investidores internos e externos quisessem retirar o dinheiro do país.

Permanecendo iguais os demais fatores, a situação provocava um mergulho no valor do baht. Uma vez que o banco central tailandês não mais era capaz de sustentar a moeda, por meio da sua compra no mercado de moedas estrangeiras (pois não tinham dólares ou ienes para gastar), a única maneira de limitar o declínio da moeda era através do aumento das taxas de juros e da retirada de moeda em circulação. Infelizmente, a queda no valor da moeda e elevação das taxas de juros criavam problemas financeiros para as empresas; tanto para as instituições financeiras, como para as de outros setores. De um lado, muitas tinham dívidas em dólares, que, de repente, ficaram mais onerosas, com o aumento da quantidade de baht por dólar; de outro, muitas também tinham dívidas em baht, cujo serviço ficava dispendioso, com a elevação das taxas de juros. E a combinação de taxas de juros mais altas com balanços patrimoniais problemáticos e com um sistema bancário incapaz de efetuar até o mais seguro dos empréstimos significava que as empresas teriam de cortar despesas, provocando a recessão, que, por sua vez, agravava ainda mais a situação dos lucros e dos balanços patrimoniais. Todos esses fatos negativos sobre a economia reduziam ainda mais a confiança – e a economia entrava em colapso. (...) todos compreendiam, em princípio, a atuação do ciclo de realimentação, a partir da queda da confiança, para os mercados financeiros, para a economia real e novamente de volta para a queda da confiança – ninguém percebeu quão poderoso o processo seria na prática. E, em consequência, ninguém se deu conta do potencial explosivo da lógica circular da crise.”(Ibid., p.127-128).

A crise asiática provocou, novamente, a redução da confiança dos grandes investidores internacionais nos países emergentes, principalmente, Brasil e Rússia. No Brasil:

“em julho de 1997, o ministro [da Fazenda, Pedro Malan] disse que ‘enquanto segue o programa de privatização e o investimento estrangeiro direto continua entrando, não há risco de ataque especulativo contra o Real’. O fato é que, apesar de o governo FHC ter privatizado estatais de formas até espúrias (...), o risco se concretizou, os dinheiros fáceis (de estrangeiros e brasileiros) saíram apressadamente e o Real caiu rápido e fragorosamente, desmentindo a previsão do ministro.” (Arruda, op.cit., p.67).

Já na Rússia (apesar da economia, também, em colapso), mais e mais investidores, durante e depois da crise asiática de outubro de 97, aportaram, em massa, seus capitais. Isto deveu-se a confiança ou aposta dos investidores de que o FMI e o EUA iriam também ajudar a economia russa com um pacote financeiro, “pois os pacotes do FMI têm sido, na verdade, operações de salvamento dos investidores e credores ocidentais, e não das economias endividadas.” (Arruda, op. cit., p.31-32). Essa aposta no socorro dos americanos e do Fundo devia-se a chantagem política do governo russo, que “sutilmente” ameaçava vender parte de seu arsenal nuclear caso não recebesse ajuda financeira do exterior. Krugman (1999 a, p.170-171) observou:

“a aparente habilidade da Rússia em utilizar suas armas nucleares como garantia de empréstimos encorajou alguns investidores estrangeiros audaciosos a assumir o risco e a colocar dinheiro na Rússia. Todos sabiam da possibilidade de uma desvalorização do rublo [moeda russa], talvez de grandes proporções, ou de o governo da Rússia simplesmente não honrar as suas dívidas. Mas parecia um boa aposta que, antes do

desastre, o Ocidente [FMI e EUA] injetaria mais dinheiro de emergência [a aposta ficava mais tentadora na medida que o governo russo aumentava a taxa de juro].”

Entretanto, os investidores erraram na aposta. Após desencadearem um ataque especulativo em agosto de 1998 ao rublo, os EUA e o FMI decidiram não interferir. Ambos estavam frustrados com a Rússia já que, desde o fim do comunismo, injetaram dólares em abundância sem resultados mais significativos na economia. Essa constatação (de que o FMI e os EUA não iriam socorrer a economia russa) levou pânico aos investidores, que começaram a retirar, apressadamente, suas aplicações da Rússia. Dessa maneira, a confiança nos mercados emergentes foi novamente abalada.

Logo após, o governo americano (preocupado com o efeito multiplicador da crise russa nos países emergentes) decidiu apoiar um acordo conjunto com o FMI, que destinou US\$ 22,9 bilhões ao governo russo. A Rússia recebeu de imediato US\$ 4,5 bilhões do FMI. Entretanto, o governo russo foi forçando, assim mesmo, a desvalorizar a moeda para captar mais capital com as exportações. Esse esforço de nada adiantou, os investidores continuaram a retirar, maciçamente, seus capitais do país. Sem outra alternativa, a Rússia decretou uma moratória de 90 dias no pagamento da dívida externa. Essa atitude implicou na queda, ainda maior, de confiança nos outros países emergentes, principalmente, o Brasil. Neste, os investidores recomeçaram (em outubro de 97, o Brasil foi alvo de um forte ataque especulativo) a retirar, violentamente, seus capitais do país: “em setembro e outubro [de 98] saíram quase US\$ 30 bilhões de dólares do Brasil. As reservas em divisas, que o Brasil tinha, baixaram de 70 para 40 bilhões de dólares.” (Arruda, op.cit., p.31).

O governo brasileiro repetiu a tática (orientada pelo FMI) utilizada nas duas crises cambiais anteriores: contenção do crédito e aumento das taxas de juros (25,18% no 3º trimestre para 36,97% no 4º trimestre de 98). Aliada a essas medidas, a reeleição e o acordo do Brasil com o FMI (que incluía um pacote de ajuda de 41,5 bilhões de dólares e um programa de estabilização fiscal) acalmaram, temporariamente, os investidores, que reduziram a intensidade da retirada de capitais do país.

Mas, logo após garantida a reeleição de FHC (em outubro de 98), os investidores recomeçaram a apostar na desvalorização do real e assim a retirar seus capitais das bolsas de valores (em dezembro de 98 houve uma saída de US\$ 5,2 bilhões). A situação tornou-se mais trágica quando o governador de Minas Gerais, o ex-presidente Itamar Franco, declarou moratória, em 07/01/99, das dívidas do estado com o governo federal. Foi o estopim para desencadear a crise brasileira:

“a declaração (...) [desencadeou] um processo de fuga num ritmo de cerca de US\$ 1 bilhão por dia. (...) [Em 13 de janeiro] o presidente do Banco Central [Gustavo Franco renunciou] (...) e o governo (...) [desvalorizou] o real – mas apenas em 8 por cento, repetindo o mesmo erro cometido pelo México e pela Rússia. (Ou seja, a desvalorização sinalizava que o compromisso com a taxa de câmbio fora rompido, mas não era suficiente para satisfazer os mercados.)” (Krugman, 1999 a, p.191).

Setenta e duas horas depois da desvalorização o Banco Central Brasileiro (com Francisco Lopes como presidente interino dessa instituição) decidiu deixar o real flutuar livremente no mercado:

“Até o dia 13 de janeiro [de 99] a cotação do real em relação ao dólar era rigidamente controlada pelo Banco Central brasileiro e estava em R\$ 1,21 por dólar. Passou a R\$ 1,32 naquele dia, e este deveria ser seu teto. Na sexta-feira 15 o governo perdeu o controle sobre essa flutuação e foi obrigado a ceder às pressões. O mercado não queria respeitar o teto. Com o câmbio livre, a cotação do dólar diante do real oscilou ao ritmo de um eletrocardiograma. Chegou a picos de R\$ 1,76 por dólar na sexta e encerrou o dia a R\$ 1,70 depois de intervenções do Banco do Brasil nas operações de câmbio.” (Pinto et al., 1999, p.23).

Apesar da boa aceitação do mercado da livre flutuação do câmbio, o FMI “insistiu” que as autoridades brasileiras elevassem as taxas de juros:

“Certamente um grande mistério é o motivo pelo qual as autoridades de Washington exigiram que o Brasil aumentasse as taxas de juros, naquele primeiro fim de semana [em 16 e 17 de janeiro as autoridades brasileiras reuniram-se com o FMI e na segunda-feira 18, o governo anunciou a elevação dos juros] decisivo após a flutuação do real. A moeda parecia ter chegado a uma estabilização espontânea; por que não lhe dar uma oportunidade? (...) Certamente teria sido arriscado não alterar as taxas de juros e aguardar os resultados. No entanto, também era do mesmo modo perigoso elevar as taxas de juros. Nessas condições, por que, pelo menos, não esperar uns poucos dias para analisar a efetiva necessidade dessa medida? O que parece ter ocorrido é que as autoridades de Washington de tal modo se comprometeram com a idéia de que sempre é preciso aumentar as taxas de juros para defender a moeda, que foram incapazes de analisar as alternativas. Talvez, de alguma maneira, também existisse um componente de auto justificativa. Caso se confirmasse que o Brasil conseguiria flutuar a moeda, caso o aumento da taxa de juros não fosse imprescindível, talvez todas as agruras resultantes dos planos típicos do FMI [no México, Ásia e na Rússia] não fossem de fato necessárias – seria até possível que tivessem provocado gratuitamente todas aquelas terríveis recessões. Não seria uma hipótese agradável e talvez esse raciocínio tenha contribuído para a indisposição do FMI em permitir que o Brasil tentasse a experiência. Mas se a intenção era justificar as políticas do passado, o efeito foi exatamente o oposto. Na verdade, a crise brasileira teve a pungência da repetição de um pesadelo. Mais uma vez, como no México, na Tailândia e na Coreia, uma economia aparentemente bem-sucedida recorrera a Washington, e foi recompensada com uma catástrofe.” (Krugman, 1999 a, p.192-193).

O aumento dos juros brasileiros trouxe o pessimismo para o mercado. Nove dias depois da desvalorização oficial do real, em 8,26%, o mercado impôs uma desvalorização de 41%. Além disso, a fuga de capitais acentuou-se de tal forma, que “US\$ 7 bilhões deixaram o

país só no mês de janeiro [figura 4.3]. As reservas internacionais do Brasil, que eram de US\$ 70 bilhões há cinco meses, estão em US\$ 36 bilhões [janeiro/99] – mas, deste total US\$ 9 bilhões são do FMI. (...) O mercado pôs o Brasil no meio do furacão. Somos a bola da vez.” (Pinto et al., op. cit., p.22-29). Segundo Conger (1999, p.32):

“Do ponto de vista mexicano, a evolução da crise brasileira em 98 e a desvalorização do real, em janeiro passado [99], são fenômenos verdadeiramente espantosos. ‘o Brasil seguiu todos os nossos passos e erros – porém quatro anos depois’, comenta (...), uma autoridade mexicana [que não quis se identificar], perfeitamente bem informada sobre o que acontece no Brasil. ‘É inacreditável’ [concluiu a autoridade].”

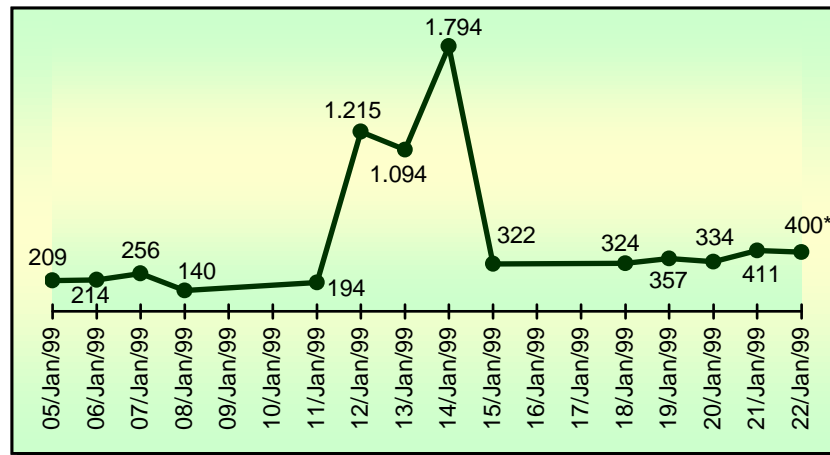


FIGURA 4.3 –Brasil: Revoada de dólares- saída de dólares disparou com expectativas de mudança do câmbio e agora está estável - em US\$ milhões. 05 de jan à 22 de jan/1999.

FONTE: Banco Central/ Tendências

Pinto et al., 1999, p.26.

\* estimativa.

## 5 CONCLUSÃO

A alteração do modelo produtivo, em decorrência da crise do fordismo, aumentou espantosamente a acumulação de capitais. Esta acumulação, não reinvestida (por causa da retração da demanda) no interior da empresa e também não distribuída entre os trabalhadores (com a quebra do pacto social com os capitalistas), foi direcionada cada vez mais para a valorização no setor financeiro. Este último, em processo de liberalização e globalização. Na década de 90, a difusão do neoliberalismo para a periferia do sistema capitalista tomou novo impulso com o fim do comunismo na URSS no final da década de 80. A partir daí, o FMI e o BIRD passaram a pressionar os países subdesenvolvidos para adotarem o receituário neoliberal. Este foi discutido, sistematizado e organizado com a ajuda do governo americano, num seminário (em 89) conhecido como Consenso de Washington. Com o apoio das idéias neoliberais, essa acumulação de capitais passou a transpor fronteiras e se deslocar (com a ajuda da telemática) facilmente entre os países. Isto permitiu a expansão e diversificação ainda maior dos ativos financeiros. De igual modo ensejou a reconstrução e solidificação da classe social dos financistas (vulgarmente conhecidos como especuladores).

A natureza do mercado financeiro mundial, na atualidade, ajuda a entender porque a crise cambial mexicana de 94 (e outras que se seguiram após esta) se propagou para outros países. Os principais atores atuais do mercado financeiro internacional não são mais os bancos multinacionais, que na década de 70 comandavam o sistema financeiro mundial: “As finanças globais deixaram de ser um confortável e restrito clube de ministérios das Finanças, bancos centrais e grandes bancos comerciais.” (Garten, 1999, p.05). Hoje, predominam as pessoas físicas e os investidores institucionais (seguradoras e fundos de pensão). Segundo a Folha de São Paulo (Derivativos, 1995, p.18), os fundos de pensão e os fundos mútuos americanos tinham ativos de pelo menos US\$ 8 trilhões (20 vezes o PIB brasileiro). Já as seguradoras e fundos de pensão da França, Alemanha, Japão e Inglaterra dispunham de US\$ 5,7 trilhões (12 vezes o PIB brasileiro).

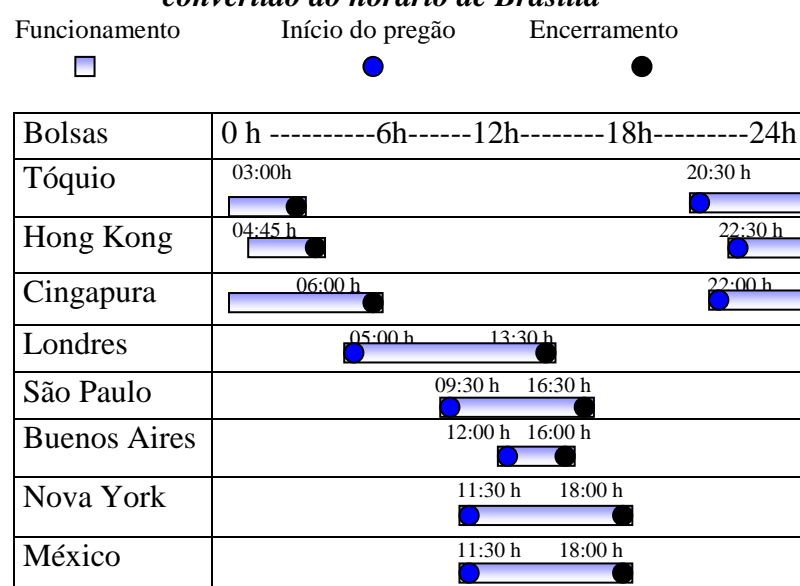
Os fundos de pensões são entidades de previdência privadas, que reúnem contribuições voluntárias dos empregados de empresas particulares ou públicas. Seu objetivo é manter o mesmo padrão de vida dos empregados quando se aposentarem. Como os planos de pensões desses trabalhadores não mais se sustentam apenas com os recursos gerados internamente, os capitais desses fundos foram, ao longo da década de 90, vinculados cada vez mais aos lucros e juros conquistados nos investimentos de curto prazo feitos nos países ditos emergentes, principalmente em títulos da dívida pública. Além de se beneficiarem



dos elevados lucros e do diferencial entre as taxas de juros doméstica e externa dos países emergentes, esses investidores podem locomover suas aplicações rapidamente com um simples comando no teclado do computador<sup>28</sup>.

Este rápido deslocamento desses capitais entre bolsas de valores deve-se aos avanços na informática e nas telecomunicações, que permitiram o surgimento de um mercado virtual global, em que as transações se realizam 24 horas por dia (quadro 5.2). Um operador pode, em qualquer lugar do mundo, observar na hora (através de um computador) as conseqüências das decisões tomadas por outros investidores (situados em qualquer ponto do planeta) alguns segundos atrás. E mais, um só aplicador pode aplicar em milhares de empresas cotadas em qualquer bolsa do mundo, comprar diferentes moedas e outros produtos financeiros. Para esses operadores, as bolsas de valores são o termômetro da economia de um país. Mostra, também, suas expectativas (normalmente, dramatizadas no pregão). Enquanto uma bolsa encerra suas atividades, transmite seu “nervosismo” para outras bolsas que iniciaram seu pregão em algum lugar do mundo, e assim, sucessivamente, conforme quadro abaixo:

**QUADRO 5.2**  
**MERCADO GLOBAL 24 HORAS POR DIA**  
Funcionamento das principais bolsas de valores do mundo  
“convertido ao horário de Brasília”



Fonte: Departamento de Investment research do Banco de Boston  
Campos; Oliveira, 1995, p.14 .

<sup>28</sup> O Chile é um dos poucos países que impõe barreiras à entrada e saída de capitais de curto prazo: “O Chile adotou uma medida preventiva. O capital de curto prazo, quando entra, fica 90 dias depositado no Banco Central (os chilenos dizem que ficam no ‘dormitório’); somente após esse prazo torna-se disponível para seus donos. Quando o investidor quer retirar seu capital do Chile, o dinheiro vai novamente para o dormitório. Além do mais, cobram uma taxa de 1% sobre toda movimentação.” (Veja, 29/03/95 apud Maia, op. cit., p.345). A China indiretamente também impõe barreiras à saída de capitais já que sua moeda, o yuan, não é conversível. Isso significa que, para converter yuan em dólares (ou qualquer outra moeda) é necessário um licença do governo, que “ não seria concedida se o objetivo fosse meramente o de especular contra a desvalorização.” (Krugman, 1999 a, p.185).

A década de 90 se caracterizou pelo predomínio do capital financeiro sobre a economia em geral. São os especuladores, ou investidores (como preferem ser chamados), que comandam as decisões mais importantes do capitalismo atual. De acordo com Kurz (1999, p.14):

“O capital virtual dos mercados financeiros cria no final deste século, um sistema industrial à sua imagem. Os produtos são palpáveis, mas sob as novas condições técnicas passam a ser virtuais. Isso significa que não há mais uma correlação intrínseca entre a produção e bens reais e o movimento dos mercados financeiros. (...). Tanto o financiamento da produção industrial, cujos custos eram crescente em decorrência da evolução técnica, quanto a crescente ampliação do número de tarefas do Estado em benefício do consumo social, imprescindível nos moldes capitalistas (...), não puderam mais ser custeados com o refluxo dos ganhos industriais. Por isso, as empresas, assim como os Estados, passaram a depender cada vez mais da antecipação virtual de receitas futuras (o crédito nas suas diferenças formas).”

Esse processo levou a duas conseqüências diferentes. Primeiro, as moedas foram desvinculadas do padrão-ouro (com o fim do acordo de Bretton Woods), ou seja, de sua cobertura objetiva (real). Em segundo, houve uma transferência do poder de decisão do sistema capitalista do setor industrial, para o setor bancário. Entretanto, apesar dessas conseqüências, essa virtualização ainda mantinha vínculos com o setor estatal e a antiga sociedade industrial através dos investimentos às indústrias. Esses vínculos objetivavam acumular rendimentos para o mercado financeiro firmar-se no longo prazo como principal setor da economia capitalista. No início da década de 80, a virtualização do capital financeiro ingressou num estágio novo, com a transformação da própria indústria através do desenvolvimento da tecnologia microeletrônica. Isto ocasionou um elevado salto na virtualização econômica das mercadorias industriais.

Hoje, os investimentos efetivos não se financiam mais com o retorno dos ganhos industriais e sim, indiretamente, pelo aumento contínuo da circulação dos títulos negociados no mercado financeiro. O empresário industrial atual é obrigado a garantir que o preço das ações de sua empresa suba a todo custo, para atrair os fundos internacionais, elevando, ainda mais, o preço de suas ações. Kurz (Ibid., p.14) observou que:

“A desregulamentação brutal dos mercados financeiros, da forma como foi implementada sob o impacto do consenso neoliberal nos anos 80 e 90, é considerada assim quase como um erro político. E, quem diria, o próprio FMI declara-se radicalmente favorável a submeter o movimento mundial dos fundos transnacionais a novas formas de regulação e controle. Não por acaso todas as considerações desse gênero permanecem vagas e imprecisas. Essa falta de pulso firme tem raízes sobretudo institucionais: para surtir efeito, não bastaria que um tal controle se restringisse a ajustes internacionais, devendo antes assumir um caráter transnacional;

ocorre que, à diferença dos fundos transnacionais, não se dispõe de uma instância política transnacional. Os Estados Unidos, a última potência mundial, negam-se por seu turno a qualquer tipo de discussão sobre mecanismos de controle, em franca oposição a muitos governos europeus, asiáticos e latino-americanos, e isso não apenas por razões ideológicas. O ‘milagre’ americano da transformação de US\$ 255 bilhões de déficit anual num superávit de US\$ 70 bilhões são o resultado exclusivo de receitas suplementares que advêm, como em nenhum outro país do mundo, da economia virtualizada, e não da criação industrial de valor. É por isso que os Estados Unidos, como última instância e receptáculo da virtualização global, não têm interesse algum em mecanismos de controle que fixem os fundos transnacionais em outros países. Cada crise dos mercados financeiros traz água para o moinho de sua felicidade, porque os fundos sempre buscam refúgio nos Estados Unidos, o ‘seu porto seguro’. A tentativa de controle dos mercados financeiros contradiria o próprio caráter da virtualização, que não pode, justamente, ser convertida por decreto em criação de valor. O fim da economia virtual só ocorrerá quando a Bolsa de Nova York quebrar, pois de lá os fundos não poderão mais fugir para lugar algum (se quebrar a Bolsa novaiorquina, todas as outras quebrarão). Nesse caso, sem dúvida, estarão na ordem do dia outros problemas que não o controle político de um capital monetário virtualizado, o qual, de resto, deixará de existir.”

Muitos especialistas (em mercado financeiro) e formadores de opinião discordam dessa tese que, num futuro (não muito distante), o predomínio da economia virtualizada deixará de existir por causa de algum colapso no sistema financeiro, através da Bolsa de Nova York. Segundo eles, após o mercado financeiro mundial passar por quatro grandes crises financeiras globalizadas (mexicana, asiática, russa e brasileira), o sistema capitalista estaria maduro o suficiente para absorver outras crises. Eles apenas acreditam que muitos governos tentaram, e talvez conseguirão, impor algumas regras disciplinadoras para os especuladores financeiros. Chesnais (1996, p.20) comentou sobre essa visão irreversível da globalização do capital financeiro de boa parte desses especialistas e formadores de opinião:

“Tornou-se lugar-comum ouvir, especialmente de figuras políticas e de jornalistas, que a mundialização [do capital] já se tornou ‘irreversível’ e que não há alternativa a não ser adaptar-se a ela, para o bem e para o mal. Não há dúvida de que a internacionalização das forças produtivas aumentou muito e que a interconexão das economias exigirá daqueles que querem construir outra forma de sociedade, ou mesmo modificar a atual ordem de prioridades, um pensamento e uma ação comuns, pois pouca ou nenhuma solução duradoura pode ser concebida no quadro de países isolados. Mas há certos campos, como o das finanças, onde soa incongruente a idéia de ‘irreversibilidade’. Basta uma vista d’olhos à história financeira do século XX para nos convencer disso. Por volta de 1913, o grau de mundialização financeira alcançado no quadro da internacionalização da época, graças à liberdade de movimento dos capitais, assegurada pelo padrão-ouro e pela liberdade de câmbio e garantida por uma série de tratados sobre comércio e investimento, parecia um fato ‘irreversível’. Nos anos 20, os mercados financeiros todo-poderosos, sobretudo Bolsas, e sua capacidade de orientarem a economia, parecia igualmente ‘irreversível’. Nos EUA, no fim de 1928 e início de 1929, o presidente Coolidge não perdia ocasião de fustigar quem expressasse alguma preocupação com o nível alcançado pela bolha especulativa de Wall Street ou com as conseqüências dessa dominação das finanças sobre a repartição e alocação do investimento. Bastou o *crash* de Wall Street e o sucessivo desmoronamento do sistema bancário para dar

origem, bem antes das adicionais conseqüências da Segunda Guerra Mundial, a um sistema de finanças compartimentadas, estritamente controladas pela autoridades monetárias e políticas. Quem ousará afirmar, com segurança, que algo semelhante não poderá ocorrer nos próximos anos?”

Portanto, as crises financeiras atuais que assolaram e continuam ameaçar as economias são apenas a ponta do iceberg. No fundo há uma crise econômica evidenciada pela crescente dificuldade das empresas em atenderem os objetivos de lucros impostos pelos financistas para a produção industrial, como observou Arruda (op.cit., p.58): “O núcleo desse furacão seria o divórcio entre o dinheiro e a produção, ou o excesso de dinheiro de todas as formas que circula no mundo sem ter um lastro na economia real.”

Esse divórcio foi sacramentado pela difusão das idéias neoliberais em boa parte do mundo. Esta, comandada pelos especuladores financeiros e liderados pelos EUA. Chesnais (1998, p.04) observou que:

“Os EUA são ao mesmo tempo pivô e beneficiário essencial desse sistema. Sua posição privilegiada como detentores da única moeda realmente mundial, a dimensão de seus mercados financeiros e a possibilidade que oferecem para a multiplicação dos capitais permitem que continuem investindo muito, mesmo com uma taxa de poupança interna extremamente reduzida. O segredo está em centralizarem uma parte enorme da poupança mundial, em terem adquirido, em escala maior que qualquer outro país, os traços de uma nação que vive de renda. É a primeira vez, na história, em que o país central do sistema capitalista absorve a poupança internacional, em vez de espalhá-la pela periferia do sistema.”

Por isto que a aplicação de qualquer solução para evitar crises financeiras globalizadas (exceto a solução proposta pelos neoliberais<sup>29</sup> e a do FMI<sup>30</sup>), como a proposta da Unctad<sup>31</sup> (de que as economias sob ataque especulativo poderiam impedir, provisoriamente, entrada livre de capitais, além de imputarem controles sobre os mesmos) e dos neokeynesianos (que propõem a criação de um imposto sobre os capitais de curto prazo<sup>32</sup>), passa pelo crivo de interesses políticos e econômicos da principal nação industrializada e beneficiária dessa atual situação, os EUA.

<sup>29</sup> As instituições internacionais e os países desenvolvidos não devem fazer nada, já que o erro é dos países que administram mal os seus fundamentos macroeconômicos e, portanto, têm o dever de ajustar-se.

<sup>30</sup> Os países emergentes devem adotar inovações financeiras para assegurar novos financiamentos ou garantir a liquidez, em caso de fuga de capitais.

<sup>31</sup> “Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. Órgão permanente da ONU (...) com sede em Genebra. Seu objetivo é acelerar a taxa de crescimento econômico dos países menos desenvolvidos, (...). Para isso, a Unctad angaria ajuda financeira e financiamentos especiais, estimula o comércio internacional de modo a favorecer as exportações desses países, promove acordos internacionais sobre produtos primários, para evitar queda dos preços.” (Sandroni, 1999, p.618).

<sup>32</sup> Essa proposta é conhecida como Imposto Tobin (idealizado por James Tobin, economista norte-americano) esse imposto deveria incidir apenas em operações financeiras cujo objetivo não é estimular o comércio e o investimento real. Segundo L. A. Simoens Silva (1998, p. 14): “Sua administração seria feita pelos governos nacionais, mas seu âmbito de aplicação seria internacional e a coordenação e apropriação da receita seriam do FMI ou do Banco Mundial.”

Neste contexto, a explicação para que uma crise financeira como a mexicana tenha ocorrido e repercutido na condução da política econômica do plano Real, situa-se na adesão do México (além da maioria da América Latina) às idéias neoliberais propostas pelo FMI e BIRD. As crises financeiras ocorridas a partir no início da década de 90 têm, portanto, como importantes agentes causadores, o próprio FMI e o BIRD, na medida que orientaram (e ainda orientam) os países subdesenvolvidos a adotarem o receituário neoliberal contido no Consenso de Washington. O governo mexicano, seduzido pelo capital abundante e fácil dos investidores estrangeiros, empenhou todos os seus esforços políticos e econômicos para atrair seus capitais. O centro de suas decisões (assim como de outros países emergentes) foi (e ainda é) a constante busca de credibilidade ou confiança internacional. Busca, na maioria das vezes, conflitantes com o real interesse nacional.

A propagação rápida da crise mexicana foi fisicamente possível graças aos avanços nas telecomunicações e informática, que permitiram que os mercados financeiros mundiais estivessem interligados através de redes de computadores.

Na essência do Plano Real (dependência externa, endividamento público, juros altos e privatização dos serviços e bens públicos) a condução da política econômica brasileira não sofreu mudança significativa. O governo brasileiro, após a crise tequila, adotou pequenas mudanças para manter o cerne da política econômica: adotou medidas de caráter monetário e fiscal (restrição do consumo, do crédito, aumento dos impostos, controle de gastos públicos). Estas medidas suavizaram, por um breve momento, o desequilíbrio externo, mas reduziu o crescimento econômico. Além disso, provocou insegurança entre os agentes econômicos em relação a sustentação da âncora cambial no longo prazo. Esta sustentação foi posta em dúvida várias vezes durante as sucessivas crises cambiais (posteriores a mexicana) e confirmada em janeiro de 99, quando o governo foi obrigado a deixar a taxa de câmbio flutuar. Mesmo após isto, o governo brasileiro continua a manter a essência do seu Plano de Estabilização.

O Brasil, assim como o México, e outros países que adotaram o modelo econômico neoliberal, optou por uma posição deficitária nos seu balanço de pagamentos, que acarretou ao longo do tempo vulnerabilidade externa. Isto criou uma situação que estes países, hoje, são prisioneiros de um circuito de poder: o mercado financeiro internacional. Assim, estes países estão obrigados a agradar, a fazer o jogo dos especuladores internacionais e daqueles setores de seus países que têm uma vinculação estreita e privilegiada com os financistas internacionais.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABDALA, Isabela. Fundo do Poço? **Isto é**. Editora Três, São Paulo, n.1564. p.30, 22 set. 1999.
- AITH, Márcio. México recebe 23,7 bilhões para evitar crise. **Folha de São Paulo**, Caderno dinheiro, 16 jun. 1999, p.14.
- ALMEIDA, Álvaro, EVELIN, Guilherme. Antes tarde do que nunca. **Isto É**. São Paulo, Três, n. 1529, p. 18-22, 20 jan.1999.
- ARRUDA, Marcos. **Dívida E(x)terna**: para o capital, tudo; para o social, migalhas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 122p.
- BACHA, Edmar L. Plano Real: uma segunda avaliação IN: PINHEIRO, Liliana Simões (coord.). **O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização**. Brasília: IPEA/CEPAL,1997, p. 177-204.
- BAER, Werner. **A economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996, p.380-391.
- BAEZA, Alejandro Valle. Neoliberalismo x intervencionismo no México: o retorno da mão invisível. **Leituras de Economia Política**, Campinas, UEC, n.5,p. 67-78, dez.1997.
- BALARIN, Raquel. Um dia na mesa de operações. **Revista Época**, São Paulo, v.1, n. 36, p.28-29, 25 jan.1999.
- BANCO do Méxicoy Secretaria da Hacienda. Disponível em: [www.Quincklink.com/México/indicadores](http://www.Quincklink.com/México/indicadores). Acesso em: 22 abr. 2000.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Plano real à luz da experiência mexicana e argentina. **Revista Estudos Avançados**, [ S.l.], v.28, n. 10, p. 129-197, 1996.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, Brasília, v. 35, n.12, p. 140/148, dez.1999.
- BRASIL [leis]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988 (edição 1999 com emendas). Art.14, §5º e §6º e emenda nº16.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Plano Real**. Balanço dos 12 meses do real. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/real/real12html>. Acesso em: 3 out. 1997.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 98**: nacional. Disponível em: [www.brasil.brasil.gov.br](http://www.brasil.brasil.gov.br).(Poder Judiciário). Acesso em: 10 jan. 99.
- BURKI, Shahid Javed; EDWARDS, Sebatian. América Latina e a crise mexicana: novos desafios In: LANGONI, Carlos Geraldo (coord.) **Nova América Latina**: ajustamento e modernização. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 01-55.
- CAMPOS, José Roberto; OLIVEIRA, João Carlos. Globalização cria crises instantâneas e tranforma regras no mercado mundial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar.1995, Caderno 1-Brasil, p.14.

CANZIAN, Fernando. Capital volátil é “droga” diz professor de Harvard. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 1995, Caderno 1-Brasil, p. 15.

CAPITAIS retornam aos países emergentes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 abr.1999, Caderno dinheiro (Economia Mundial), p.12,.

CARDOSO, Eliana; HELWEGE, Ann. **A economia da América Latina**. São Paulo: Ática, 1993. 336 p.

“CATASTROFISTAS” vêm riscos de um novo 29. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar.1995, Caderno 1-Brasil, p. 15.

CHENAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. p.23-44/297-321.

CHENAIS, François. **Crise da Ásia ou do capitalismo?**. ADUSP (associação dos Docentes da Universidade de São Paulo), 1998. Disponível em: <http://www.abbc.com/ab/nacionalismo/libe08.html>. Acesso em: 30 out. 1998.

CLINE, R. Willian. Mercados de capitais após a crise do peso. In: LANGONI, Carlos Geraldo (coord). **Nova América Latina: ajustamento e modernização**.Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 107-125.

COMPARATO, Fábio Konder. Réquiem para uma Constituição. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.15-23.

CONGER, Lucy. Lições da tequila para a caipirinha. **Gazeta Mercantil Latino-Americana**, São Paulo, 19 a 25 abr. 1999, p. 27 e 30-32.

CORDIOLLI, Marcos. **Discutindo as mudanças no capitalismo-texto 02-** paper para disciplina Economia da Educação (publicado originalmente na Revista Paranaense de Geografia, Curitiba, nº 02, 1997, p.74-82). Disponível em: <http://sites.uol.com.br/marcoscordioli>. Acesso em: 15 abr.2000.

“DERIVATIVOS” trazem risco e promessas de alto lucro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar.1995,Caderno 1-Brasil, p.18.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Restruturação produtiva- a forma atual da luta de classes**. Jornal a Página da Educação, Em foco (texto cedido pelo autor permuta com a Revista Outubro nº01, maio98, São Paulo). Disponível em: <http://www.a-pagina-da-educacao.pt/arquivo/artigos/u0202.html>. p.01-06. Acesso em: 29 out.1998.

DORNBUSCH, Rudiger. No Brasil, o pior cego é o que não que ver. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 nov. 1998, Caderno Dinheiro, p. 02.

DRUCK, Maria da Graça. Globalização e reestruturação produtiva: o Fordismo e/ou Japonismo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.19, n.02 (74), p. 31-48, abr./jun.1999.

OS ECOS da crise cucaracha. **Veja**, São Paulo, edição 1373, ano 28, n. 01, p.78-79, 4 jan.95.

EURÍPEDES, Alcântara. Alívio planetário. **Veja**, São Paulo, Abril, edição 1378, ano 28, nº06, p. 32, 8 fev. 1995.

FERNANDES, Bob. Parlamentarismo: o objeto do desejo - as ações sigilosas, nem sempre, de Fernando Henrique para sucessão em 2002. O candidato é ele mesmo. **Carta Capital**. São Paulo, v. 6, n. 119, p.28-34, 29 mar.2000.

FERREIRA JR. Hamilton de Moura. **Globalização com integração regionalizada: México (1982-1992)**. São Paulo: FUNDASP, 1995. p. 5-58.(Textos para discussão IESP).

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. **A queda da ministra e o esgotamento de forma de Governo**. Salvador, 1993, p.1-19 (Apostila do Núcleo de Estudos Conjunturais-NEC)

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. O plano econômico-político e as eleições presidenciais. **Caderno do CEAS**, Salvador, n.152, p.32-41, jul./ago. 1994.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. **A Crise do México e o Plano Real 2**. Salvador, 1995. P.2-5. (Apostila do curso de graduação em Ciências Econômicas. Disciplina: Economia Brasileira. UFBA).

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. Destruturação do mundo do trabalho e o “mal-estar” desse fim de século. **Caderno do CEAS**, Salvador, n.171, p.09-29, set./out.1997.

FINEMAN, Mark. Derrota na capital pode ser começo do fim do PRI. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jul.1997. Notícias Internacionais. Disponível em: [www.estado.com.br/edição/pano/97/06/27/int731.html](http://www.estado.com.br/edição/pano/97/06/27/int731.html). Acesso em: 26 jan.1998.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997. 239 p.

FRANCO, Gustavo H. B..**O Plano Real e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1995. p.99-126 / 27-28.

FUSER, Igor. **México em Transe**. São Paulo: Página Aberta, 1995. 245 p.

GARTEN, Jeff. Lições para a próxima crise financeira. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, n. 30, mar. 1999, caderno Foreign Affairs, p.4-9.

GIL, Geovani Jacó de Freitas. As duas vocações da globalização: integração e assepsia social. **Caderno do CEAS**, Salvador, n.171, p.41-55, set./out.1997.

GOLPE de mestre – internacional (México). **Isto É**, São Paulo, n.1572, p.174-175, 17 nov.1999.

GONÇALVES, Marcos Augusto; BARELLI, Suzana. Fim do Trabalho encerra o século. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 mar. 1996, Caderno 5, p.08.

GONZALEZ, Nora, ‘Maquiladoras’ impulsionam a economia. **Gazeta Mercantil Latino-Americana**, São Paulo, 9 a 15 nov. 1999, p.32.

GRAMACHO, Wladimir; EVELIN, Guilherme. Inflação, o retorno. **Isto É**, São Paulo, n. 1530, p. 18-24. 27 jan.1999.



HORN, Carlos Henrique. Tópicos Especiais Conjuntura. Os preços na fase dois do Plano Real: foi a URV um “indexador contemporâneo”? **Análise Conjuntural**, Porto Alegre, v. 22, n.02, p.81-91, ago.1994.

HOBBSBORN, Eric. ‘Mercado livre foi moda passeira’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Mundo, 1º jan. 1999, p. 12.

INFORME DE GOBIERNO (Mexicano). **Biografía del presidente Ernesto Zedillo**. Disponível em: [www.world.presidencia.gob.mx / pages/ briefingroom/ informes/ informe4esp/bio](http://www.world.presidencia.gob.mx/pages/briefingroom/informes/informe4esp/bio). Acesso em: 11 set.1998.

IVO, Lespauhin (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.07-13/15-44 / 75-89 / 181-199.

KRERCH, Daniela; PREVIDELLO, Maysa; TEIXEIRA, Alexandre. As saídas de FHC – o candidato anuncia um conjunto de medidas gerais ... **Isto É**, São Paulo, n.054, p. 32-33, 09 set.1998.

KRUGMAN, Paul. **Uma nova recessão/ o que deu errado: como entender a crise da economia mundial**. Tradução de Afonso Celso de Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1999 a. 213 p.

KRUGMAN, Paul. De volta à economia da depressão. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, n.28, 08 jan. 1999 b, Caderno Foreign Affairs, p.4-10.

KRUZ, Robert. A virtualização da economia: mercados financeiros transnacionais e a crise da regulação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 maio 1999, p.14.

KUCINSKI, Bernardo. A mídia de FHC e o fim da razão. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 181-199.

KURTZMAN, Joel. **A morte do dinheiro: como a economia eletrônica desestabilizou os mercados mundiais e criou o caos financeiro**. São Paulo: Altas, 1994. p.80-94.

LANDAU, Helena. Política de estabilização mexicana, 1982-1989. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n.4 (44), p. 05-25, out./dez. 1991.

LIMA, Mauricio; EXPEDITO FILHO. A cara nova da oposição. **Veja**, São Paulo, n.39, p.34-42, 29 set. 1999.

MADUEÑO, Denise; ULHÔA, Raquel. Medidas Provisórias, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 dez. 1999, p.6-Brasil.

MAGALHÃES, Vânia Cristina (Org.). **Normalização de trabalhos acadêmicos nas Faculdades de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia**. Salvador: FCE-FCC/UFBA, 2000. 24p.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 92-97/ 71-108/ 241-246/ 259-278 / 341-354/ 359-402.

MARTINS, Luciano. A estratégia política (A questão da autonomia). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. especial, p. 28/29, jan.1991.

MEIRELES, André; EVELIN, Guilherme. Eleições 98: o dia seguinte. **Isto É**, São Paulo, n. 1514, p. 03, out.1998.

MELLO, Kátia. Fox trota: na primeira eleição sem fraude do México os opositores Vicente Fox derruba sete décadas de domínio do PRI. **Isto É**, São Paulo, n. 1.606, p.102-105, 12 jul.2000.

MODELO condena países a pagar juros altos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar.1995. Caderno 1-Brasil, p.15.

MOFFIT, Michael. **O dinheiro do mundo**: de Bretton Woods à beira da insolvência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 41-70.

NOGUEIRA, César. México na linha. **Veja**, São Paulo, n.1646, p. 69, 26 abr.2000.

OLIVEIRA, Gerner. **Brasil Real**: desafios da pós-estabilização na virada do milênio. São Paulo: Mandarim, 1996. 207p.

ORGANIZAÇÕES internacionais. **Almanaque Abril**, São Paulo, p.34, 2000. Edição Mundo.

PARA Entender o Neoliberalismo: uma velha senhora de roupa nova. **In Verbis-Revista do Instituto dos Magistrados do Brasil**, Rio de Janeiro, IMB, n.06, p. 28, 28 mar.1997.

PAULANI, Leda Maria. Teoria da inflação inercial: um episódio singular na história da ciência econômica do Brasil? In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). **50 anos de ciência econômica do Brasil**. Petrópolis(RJ): Vozes, 1997, p.159-179.

PAULO NETO. José. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O Desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.75-89.

PDT (Partido Democrático Brasileiro). **Salinas era o idolo da mídia**. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/salina.html>. Acesso em: 11 set. 1998.

PDT (Partido Democrático Brasileiro). **Sobre a crise cambial mexicana**. Disponível em: [www.pdt.org.br/mexprd.html](http://www.pdt.org.br/mexprd.html). Acesso em: 11 set. 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; ALDO, Ferrer. Dolarização crônica: Argentina e Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 1 (41), p. 07-08, jan./mar.1991.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A dolarização é uma alternativa para o combate à inflação no Brasil?. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 fev.1992, Caderno Opinião, p.04.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A economia e a política do Plano Real. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 04 (56), p. 129-149. out./dez. 1994 a.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O fim do Triunfalismo neoliberal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jul.1994 b, Caderno 06 (Mais!), p.03.

PEREIRA, Luís Bresser. A lição mexicana. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2 (58), p.148-149, abr./jun.1995.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A inflação decifrada. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 04, p. 20-35, out./dez.1996 a.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; MARAVALL, José Maria; PREZEWORKI, Adam. **Reformas econômicas em democracias novas: uma proposta social-democrata**. São Paulo: Nobel, 1996 b. p.53-56/60-66.

O PESO furado: a queda da moeda mexicana abala bolsas latinas. **Veja**, São Paulo, v. 27, n. 52, p. 123, 28 dez. 1994.

PINTO, Luís Costa; BALARIN, Raquel; RODRIGUES, Cari; BARROS, Guilherme. O real balança. **Revista Época**, São Paulo, v. 1, n. 36, p.22-26. 25 jan. 1999.

O PLANO de estabilização e a criação da URV. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v.48, n. 04, p. 05-07, abr.1994.

POCHAMMAN, Márcio. **Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança**. São Paulo: LTr, 1995. p. 42-51.

PRADO, Maria Clara R.M. O exemplo mexicano, **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 abr.1999, p. A-13.

PRATES, Daniela Magalhães. A abertura financeira dos países periféricos e os determinantes dos fluxos de capitais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n.01 (73), p.55-71, jan./mar.1999.

PROPATO, Valéria. Dentro da casa. Polícia Federal conclui investigação sobre o grampo do BNDES e acusa governo. **Isto É**, Rio de Janeiro, n.1571, p. 30-31, 10 nov.1999.

A QUESTÃO das taxas de juros. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, p.5-6, jul. 1995.

RÉGNIER, Karla Von Dollinger. **Alguns elementos sobre a racionalidade dos modelos Taylorista, Fordista e Toyota**. Disponível em: <http://www.senac.br/boletim/boltec24.htm>. p.01-02. Acesso em: 29 out. 1999.

RESENDE, André Lara. Sem moeda forte, não se tem nada. **Exame**, São Paulo, p.25-27, 08 jul.1992.

ROS, Jaime. Inflação e estabilidade da economia mexicana. In:PINHEIRO, Liliana Simões (coord.). **O Plano real e outras experiências de estabilização internacionais**. Brasília:IPEA/CEPAL, 1997. P. 75-99.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme. “ FHC anestesiou o povo”. Rio de Janeiro. **Revista Época**, n.72, p.26-27, 04 out. 1999. Entrevista a Alexandre Medeiros.

SAUL, Nestor. **Euromercados**. Porto Alegre:Ortiz, 1991. p. 31-47/69-73.

SICSÚ, João. A URV e sua função de alinhar preços relativos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 16, n.02, p. 71-85, abr./jun.1996.

SILVA, Fernando de Barros. Saiba o que é consenso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 ago.1994, Caderno Especial 6, p.02-05.

SILVA, Luiz Afonso Simoens. Reforma do sistema monetário internacional. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 4,5,6 dez.1998, p. A-4.

SIMONSEN, Mário Henrique. Quem vai decidir é o próximo governo. **Exame**, São Paulo, p.26-27, 06 jul.1994.

SIMONSEN, Mário Henrique. A Tragédia de um grande ator. **Exame**, São Paulo, n. 634 (Edição Especial – O melhor de Simonsen), p.20-23, abr.1997.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**, 1999: Petrópolis(RJ): Vozes, 1999. p. 25-44.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993. p. 21-73/80-95.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. Brasil em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 375.

VARGAS, Nilson. Uma carga mais leve. **Veja**, São Paulo, v. 33, n. 14, p. 134-135, 05 abr.2000.

VIEIRA, Raimundo. Nova e difícil fase mexicana. **A Tarde**, Salvador, 9 jul. 2000, Caderno Lazer & Informação. p.11.

WILLIANSO, Jonh. Reformas políticas na América Latina. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.12, n.1, p. 43-49, jan/mar.1992.

